

HUGO ASSUNÇÃO SAMPAIO

As construções simbólicas acerca da pobreza urbana na mídia impressa de Teresina

MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

UFPI

TERESINA/2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

HUGO ASSUNÇÃO SAMPAIO

As construções simbólicas acerca da pobreza urbana na mídia impressa de Teresina

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Federal do Piauí, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas, sob a orientação da Professora Doutora Antônia Jesuíta de Lima

UFPI

TERESINA/2006

As construções simbólicas acerca da pobreza urbana na mídia impressa de Teresina

HUGO ASSUNÇÃO SAMPAIO

Dissertação de Mestrado submetida à Coordenação do Curso de Mestrado em Políticas Públicas do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí – Área de concentração: Estado, Sociedade e Políticas Públicas.

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Antônia Jesuíta de Lima
Universidade Federal do Piauí
(Orientadora e Presidente)

Professor Doutor Fabiano de Souza Gontijo
Universidade Federal do Piauí
Mestrado em Políticas Públicas

Professor Doutor Paulo Fernando de Carvalho Lopes
Universidade Federal do Piauí
Departamento de Comunicação Social

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, acima de tudo, pelo dom da vida e pelas conquistas que me são proporcionadas.

Sou grato também a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão deste trabalho, como os professores e funcionários do Mestrado, do Departamento de Comunicação Social e da minha família.

Um agradecimento especial à professora Jesuíta pelo apoio na realização deste trabalho. Em determinados momentos, o ritmo de trabalho característico de profissionais como ela e as dificuldades naturais da pesquisa podem até ter gerado em mim um certo esmorecimento para a continuação da caminhada. No entanto, seria demasiado injusto se, no fim deste longo percurso, não reconhecesse sua extraordinária competência e deixasse de expressar a honra que sinto de termos trabalhado juntos.

“Cada um chama de claras as idéias que estão
no mesmo grau de confusão que as suas próprias”

Proust

RESUMO

Na sociedade atual, observa-se a atribuição de uma crescente relevância à mídia, tendo em vista sua característica de construir discursos que, no mesmo instante em que emitem significados, atribuem esclarecimentos para determinados fatos sociais, revelando, assim, uma dimensão explicativa da realidade. Diante disso, procurou-se, nesta pesquisa, investigar a mídia impressa de Teresina, seguindo o objetivo de compreender as representações construídas pelos jornais O Dia, Meio Norte e Diário do Povo sobre a problemática social da pobreza urbana. Para tanto, procedeu-se à análise dos contratos de leitura propostos por esses veículos de comunicação, a partir do acúmulo teórico-metodológico apresentado pela Semiologia dos Discursos Sociais. Com esse instrumento, examinou-se o modo como ocorre a edificação de vínculos entre os jornais e os leitores no sentido de estimulá-los constantemente para a leitura das reportagens, bem como se analisaram as imagens que sobressaem do noticiário acerca dos pobres na cidade. Verificou-se, portanto, que os contratos de leitura dos jornais estimulam uma percepção da pobreza ligada às carências materiais, haja vista o relato que evidencia as inúmeras queixas, sobretudo relacionadas à moradia. Constatou-se também o freqüente apelo à busca de soluções mediante a realização de ações de caridade. Além disso, observa-se a revelação de algumas metáforas para os pobres urbanos, que são tidos ora como os responsáveis pela disseminação de uma doença incurável e ameaçadora, ora como verdadeiros objetos, sem vida e sem vontade própria, ou ainda como malabaristas devido à necessidade de buscar soluções alternativas para os problemas cotidianos. Esses discursos obedecem ao propósito de buscar, a todo momento, legitimar-se e suplantar os discursos contrários, uma vez que o ambiente em que figuram é marcado por constantes disputas de sentido.

Palavras-chave: pobreza urbana; análise de discursos; mídia impressa.

ABSTRACT

In the present society, it is observed attribution an attribution of an increasing relevance to the media, in view of its characteristic to make speeches that, at the same time they transmit meanings, they explain certain social facts, revealing, this way, an explanatory dimension of reality. In face of this, in this work, we look for investigating the printed media in Teresina, following the objective to understanding the representations built by O Dia, Meio Norte and Diário do Povo newspapers about the urban poverty social problematic. In such a way, it was proceeded the contracts of reading analysis proposed by these communication vehicles, from theoretical and methodological accumulation presented by the Social Speeches Semiology. With this work, we have examined the way the relations among the papers and the readers occur, stimulating them into the reading of articles constantly, and we have also analyzed the images that have importance in the news about the poor people in the city. It is verified that the contracts of reading of periodicals stimulate a perception of on poverty to the material lacks, it has seen the story that evidence the innumerable complaints, over all related to the housing. The frequent one was also evidenced appeals to the brainstorming by means of the accomplishment of action of charity. Moreover, it is observed revelation of some metaphors for the urban poor persons, who are had however as the responsible ones for the dissemination of an incurable and threatening illness, however as true objects, without life and proper will, or as still circus artists due to necessity to search alternative solutions for the daily problems. These speeches obey the intention to search, the all moment, to legitimize themselves and to supplant the contrary speeches, a time that the environment where they appear is marked by constant disputes of meaning.

Keywords: urban poverty; analysis of speeches; printed media.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	
A POBREZA URBANA, A QUESTÃO SOCIAL E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO: DESAFIOS AO MUNDO CONTEMPORÂNEO E À MÍDIA	17
1.1. A pobreza urbana como uma dimensão concreta da questão social: análise histórica e teórica sobre a centralidade da pobreza na configuração da questão social	18
1.2. Expressões da pobreza no contexto urbano de Teresina desde os anos de 1960..	29
1.3. Os novos desafios apresentados pela pobreza à sociedade e ao Estado: questionamentos da capacidade de enfrentamento dos problemas do país	34
1.4. A pobreza urbana e a mídia na sociedade contemporânea: os desafios impostos por essa problemática aos meios de comunicação	38
CAPÍTULO II	
A CONSTRUÇÃO DE REALIDADES PELA DISTRIBUIÇÃO DE SENTIDOS NA ATIVIDADE DISCURSIVA DA MÍDIA	43
2.1. O jornal como espaço de produção, circulação e recepção de discursos	45
2.2. Transformações na produção e circulação de conteúdos simbólicos	50
2.3. Contribuições para a metodologia da Análise do Discurso	55
2.4. O jornal e seu caráter de sujeito semiótico	62
2.4.1. O contrato de leitura entre o jornal e o leitor	65
CAPÍTULO III	
OS DISCURSOS CONSTRUÍDOS PELA MÍDIA IMPRESSA DE TERESINA ACERCA DA POBREZA URBANA	69
3.1. Histórico e morfologia dos três jornais diários locais analisados.....	70
3.2. A hierarquização de temas na organização da percepção do mundo	72
3.3. Uma visão da pobreza pela via das carências materiais	78

3.4. A evocação da necessidade de amenização dos problemas sociais pela solidariedade	85
3.5. A centralidade da questão da moradia no noticiário	90
3.6. As múltiplas instâncias de fala presentes nos jornais	94
3.7. O reforço de conceitos difundidos no imaginário social	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
BIBLIOGRAFIA	118

INTRODUÇÃO

A discussão sobre o drama da pobreza e suas conseqüentes demandas em Teresina, cidade que historicamente tem apresentado um alto grau de segregação sócio-espacial, suscita, na sociedade atual, debates originários de inúmeras frentes, sobretudo se se pensar que concorre para o adensamento da problemática a insistência histórica em repetir, ano após ano, péssimos indicadores socioeconômicos. Esse tipo de desempenho ruim repercute diretamente no dia-a-dia da população pobre, entre tantos fatores, devido à escassez de postos de trabalho formal, o que acarreta, por sua vez, sérias dificuldades nos rendimentos pessoais.

Diante desse cenário, um dos principais elementos que refletem a falta de soluções para os problemas acarretados pela pobreza é o movimento que se caracteriza pelo deslocamento de pessoas do campo para as cidades. É que, do mesmo modo como ocorre no Nordeste em particular e, de resto, no Brasil, a questão urbana em Teresina articula-se com a agrária, gerando disparidades na distribuição de rendas e de terras (LIMA, 1996). Como não conseguem ter a mão-de-obra absorvida no campo — o que representaria a fixação do homem na terra —, as populações rurais são dele expulsas para as cidades, colaborando, assim, para a definição da estrutura urbana nas grandes cidades. Nesse sentido,

Teresina, por ser a cidade mais desenvolvida do estado, apresenta-se como a grande receptora dos efeitos dessa problemática no campo, abrigando grandes contingentes de migrantes, os quais, para sobreviverem, submetem-se ao subemprego, situação agravada por um conjunto de problemas relativos à saúde, habitação, educação, transporte, assistência social, segurança, etc (LIMA, 1996, p. 31).

Na medida em que essas populações migrantes se deparam com a escassez de postos de trabalho no mercado formal — circunstância agravada pela ausência de qualificação da mão-de-obra —, o caminho natural é buscar a sobrevivência mediante atividades no setor informal. Tal movimento tem contribuído para a fixação de um traço característico da economia de Teresina: ao passo em que são registrados baixos índices de crescimento no setor industrial, contrapõe-se a isso o aumento do setor terciário, no qual predomina o segmento informal de atividades.

Em conseqüência do aumento do fluxo migratório e dos problemas dele decorrentes, tem início nos anos de 1970 o processo de favelamento, sendo as primeiras favelas constituídas tanto por migrantes recém-chegados à Capital, quanto por núcleos familiares expulsos de outras áreas da cidade para ceder lugar a obras de infra-estrutura, como ruas, avenidas e praças.

Tal realidade exprime um quadro de precariedade das condições de vida de parcela significativa da população, configurando-se num problema que diz respeito não só aos pobres, mas também ao conjunto da sociedade. É que a questão da pobreza urbana passa a interpelar a responsabilidade do Estado e da sociedade, demandando soluções para os problemas que se avolumam, sendo talvez essa uma das razões pelas quais haja uma busca reiterada por explicações acerca dessa problemática social.

Lima (2003, p. 29) adverte que explicações sobre a realidade não se devem ligar apenas a fatores econômicos, uma vez que a pobreza, por exemplo, não se relaciona somente à carência material na qual estão inseridas as pessoas que vivem em condições precárias, mas também se vincula, intimamente, a aspectos políticos, culturais e simbólicos, o que leva, “inevitavelmente, a pensar a pobreza como uma relação social de caráter multifacetado”.

Com o aprofundamento nos estudos dessa problemática, surgem questionamentos relacionados ao papel exercido por diversos atores sociais. Dentre eles, situam-se os meios de comunicação modernos, que hoje se tornaram constitutivos da vida social e, de acordo com Jovchelovitch (2000, p. 89), “alteraram os modos de interação, transformaram o acesso e o consumo de bens simbólicos, re-estruturaram a política institucional e, como não poderia deixar de ser, eles mudaram radicalmente as fronteiras entre a esfera pública e a privada”.

Dada essa centralidade da mídia na sociedade atual, travam-se debates que discutem-lhe o papel, o comportamento, o desempenho e a ética. Um deles trata da sua capacidade de conferir visibilidade a determinadas questões sociais mediante um processo de contínua produção de sentidos e representações, tanto que Fausto Neto (1999, p. 16)¹ certifica, em estudo sobre a AIDS, que a doença “toma uma visibilidade e face próprias à medida que vai sendo publicizada pelas práticas midiáticas”.

Esse fato aponta para a importância das mídias como um dos dispositivos instituidores do espaço público, na medida em que, pela sua ação ritualística e cotidiana, as mídias vão não só anunciando a noção de realidade, mas convertendo-se, elas mesmas, como

¹ Nessa pesquisa, o autor trata do funcionamento discursivo de práticas midiáticas para compreender a construção simbólica da AIDS na mídia impressa brasileira.

lugar pelo qual a realidade não só passa por elas, como também se faz nelas (FAUSTO NETO, 1999, p. 16).

Isso significa que, seja para mostrar como tem sido a mobilização da sociedade e do Estado em torno do problema, seja para informar ao leitor a situação pontual de alguma parcela da população imersa em condições precárias de vida — os alagados em época de cheia dos rios, por exemplo —, resulta, em todos os momentos, do trabalho da mídia, a construção de representações sobre a pobreza urbana. Assim, a pobreza passa a se manifestar, simbolicamente, sob várias dimensões, resultantes de distintas construções de sentido realizadas por diversos atores envolvidos no processo de constituição da realidade, como o governo, as associações de moradores, os meios de comunicação, o que deságua no estabelecimento de significações múltiplas acerca da questão.

Cabe, entretanto, ressaltar que, mesmo levando em conta as práticas que a fazem agir na cobertura de determinado assunto a partir dos interesses manifestados pelos anunciantes, editores e leitores ou mesmo quando há alguma pressão da sociedade civil, ainda assim é possível destacar que a mídia exerce um papel importante na divulgação dos problemas cotidianos enfrentados pelos pobres, o que contribui para dar visibilidade a essas camadas da população. Por outro lado, não se pode negligenciar a força dos meios de comunicação social no reforço de determinadas imagens sobre fatos sociais como a pobreza, a AIDS e a violência urbana, dentre outros. Sob essa ótica, Bourdieu (1977, p. 29), ao analisar a relação do indivíduo com os meios de comunicação, focaliza o papel exercido pela televisão, afirmando que

[...] a televisão, que se pretende um instrumento de registro torna-se um instrumento de criação da realidade. Caminha-se cada vez mais rumo a universos em que o mundo social é descrito/prescrito pela televisão. A televisão se torna o árbitro do acesso à existência social e política.

Aliás, é predicado inerente às sociedades modernas que os meios de comunicação forneçam sua parcela de ajuda ao dar um certo ordenamento às discussões empreendidas pelas pessoas, de tal modo que fica difícil pensar o mundo atual sem considerar o desempenho cotidiano da mídia (GUARESCHI, 2000). Daí que uma das características marcantes da atualidade é, exatamente,

o inesgotável fluxo de conteúdos simbólicos, disponibilizados pelos meios de comunicação a um número cada vez maior de pessoas e que, de certa maneira,

conformam a realidade, as relações e a subjetividade individual (GUARESCHI, 2000, p. 43).

Para realçar o poder de convencimento conferido aos meios de comunicação modernos deve-se considerar ainda que a mídia, além de cobrir a sociedade com uma gama de conteúdos simbólicos, também reúne, em si, a característica de fórum de debate de idéias onde são discutidas questões as mais diversas e que, no fim das contas, podem carrear opiniões dotadas de relativa importância para a tomada de decisões coletivas (CHAMPAGNE, 1998).

Sobre as diferentes representações pelas quais a pobreza pode ser expressa, Valladares (1991) observa que, a cada um dos três diferentes períodos estipulados em sua pesquisa — virada do século XIX para o XX, décadas de 1950-60 e décadas de 1970-80 — corresponde uma concepção particular da pobreza urbana: no primeiro, as camadas mais pobres eram vistas como “classes perigosas” devido à clara contraposição entre trabalhadores e vadios; no segundo, cresce a preocupação com a pobreza tanto pela sua propagação quanto pelo aumento de sua visibilidade, passando, então, a ser associada ao subemprego, este uma forma insignificante de utilização da força de trabalho e por decorrer do processo de superurbanização; no terceiro, a representação a partir da esfera do trabalho cede lugar à associação entre pobreza e criminalidade, alimentada essa vinculação pela crença de que o desemprego, a pobreza e a crise econômica estão inevitavelmente associados. Pela leitura dos textos pesquisados, Valladares (1991, p. 82) percebe “uma multiplicidade de discursos sobre a pobreza que foram se justapondo e se sucedendo ao longo dos anos”, colaborando para sustentar o argumento segundo o qual não pode mais ela ser explicada apenas por uma dimensão.

Diante das inquietações que envolvem a questão da pobreza urbana, algumas indagações instigaram o desenvolvimento desta pesquisa: Como se expressa na sociedade a preocupação com a pobreza? Como a sociedade entende e explica essa problemática? E a mídia, em particular, como interpreta a problemática da pobreza urbana? Noutros termos: Quais os significados que se expressam nos discursos das notícias veiculadas nos jornais impressos de Teresina acerca dos pobres e da pobreza? Que sentidos a mídia atribui à pobreza, revelando uma compreensão da realidade? Qual o percurso de leitura proposto pelos jornais para a leitura de reportagens acerca da pobreza urbana na cidade? Quais os modos de mostrar, interagir e seduzir detectados nas operações de enunciação desenvolvidas pelos diários teresinenses? Quais as marcas que essas operações deixam na superfície textual?

A preocupação com os discursos construídos pela mídia encontra razão na crescente importância demonstrada por uma característica particular a ela atribuída, qual seja, de que ao mesmo tempo em que são conferidas explicações para determinados fatos sociais, vai-se revelando uma dimensão explicativa da realidade (GUARESCHI, 2000, p. 43).

A mídia, tal como ocorre com outros atores sociais (Estado e Igreja, por exemplo), produz representações sociais sobre a pobreza, mas, durante a realização de sua tarefa fundamental de informar, sobressai uma especificidade que a difere de outras instâncias produtoras de sentido: ela possui uma particularidade relacionada à sua capacidade de conferir, instantaneamente, visibilidade aos acontecimentos, fazendo com que sua atuação seja a de um “dispositivo de construção dos modernos processos de visibilidade social” (FAUSTO NETO, 1999, p. 14).

Dá a ocupação, pela imprensa, de uma posição de destaque na atualidade, porquanto um mecanismo pelo qual se pode alcançar a publicização de questões públicas e coletivas. A mídia acaba funcionando como um dispositivo que remete à cena pública fatos que, para adquirir legitimidade, exigem, antes, visibilidade. Dar visibilidade a determinada demanda social é, pois, acenar com a possibilidade de que essa demanda seja publicizada. Por isso é que Lefort (1987) sustenta que, além do reconhecimento das autoridades para uma reivindicação popular, é preciso que esta receba aprovação pública, fazendo-se, pois, necessário que tal reivindicação se publicize, para que adquira, assim, estatuto e dimensão públicos.

Portanto, a mídia se configura como um órgão importante no mundo atual, pois reverbera os sentidos emitidos pelas problemáticas sociais, além de conferir-lhes um significado. Isso se dá em razão de ela ser um meio de difusão de informações e relatos sobre acontecimentos, com impacto na opinião pública (CHAMPAGNE, 1998). Em outros termos se diz que, ao acentuar-se a relevância da mídia no contexto atual em decorrência da função de emitir diferentes imagens e conferir múltiplos sentidos à realidade, fica subentendida também a sua constituição como espaço de interlocução da sociedade com o restante do mundo.

No contexto apresentado, Teresina é hoje um grande centro urbano em que a pobreza vem se aprofundando e onde se revela um enorme déficit de cidadania e de respostas do Estado às demandas de uma parcela significativa da população. Ademais, tendo em vista a relevância dos meios de comunicação no sentido de dar visibilidade aos fatos, surgiu o estímulo de investigação da mídia impressa local, impondo-se como objetivo a necessidade de

se analisar os discursos construídos pelos jornais sobre a problemática social da pobreza urbana.

Uma pesquisa dessa natureza se mostra pertinente por diversas razões. Uma delas é a constatação de que a pobreza se apresenta como uma problemática extremamente séria nos grandes centros urbanos hoje e, ao mesmo tempo em que ela interpela a responsabilidade pública, provoca inquietações tanto pela sua magnitude quanto por suas diferentes formas de expressão, o que suscita, em consequência, variadas percepções e compreensões de distintos setores da sociedade. Além do mais, mesmo que seja um tema exaustivamente estudado, continua ele a demandar respostas concretas não só em termos de soluções para as questões mais urgentes (desemprego, moradia, saneamento, alimentação, etc), mas também ainda exige explicações, compreensões e entendimentos seja por sua magnitude, seja em razão das diversas expressões pelas quais se manifesta.

Por isso, adotar como instrumento de análise o modo pelos quais são construídos e distribuídos conteúdos simbólicos tornou-se uma exigência teórica imposta pela natureza do objeto de estudo desta pesquisa. Isso encontra ligação também no fato de a mídia se mostrar como um importante meio de atribuição de visibilidade a problemáticas sociais e, desse modo, ser um meio para a busca de legitimação dessas questões. Nessa direção, ressalta Jovchelovitch (2000, p. 92, grifos nossos) que

dadas as formas como a mídia *transforma* e, de certa forma, *define* a circulação de bens simbólicos em sociedades contemporâneas, ela se torna uma fonte importante de reflexão para o estudo das representações sociais.

Mas, se os jornais oferecem nas reportagens conteúdos que refletem imagens reveladoras de uma compreensão da pobreza urbana e, com isso, trazem consigo um conteúdo a ser analisado na busca de um melhor entendimento de suas representações sobre essa problemática, tal conteúdo é insuficiente para encerrar a sua apreensão, porque elas significam uma compreensão da realidade manifesta sob o crivo de um sem-número de sujeitos. Por esse motivo, fez-se necessário não só analisar as reportagens, mas também recuperar o contexto social de sua construção e o que a notícia dele tinha a revelar. Tentando explicar melhor: entende-se que para a realização da tarefa de compreender o processo de enunciação dos jornais é imperioso mais que a mera catalogação de notícias. É preciso fazer uma mediação com a realidade concreta, o que inclui situar o conteúdo das reportagens nos contextos sociais, econômicos e políticos em que foi publicada.

Para se compreender os discursos produzidos pela imprensa teresinense sobre a pobreza, buscou-se apoio, então, na Semiologia dos Discursos Sociais. Trata-se de uma prática analítica baseada em teorias relacionadas à lingüística e à semiologia do uso da linguagem, utilizada para o exame de produtos culturais empíricos (os textos), buscando a revelação do modo como ocorre a produção de efeitos de sentido por esses produtos. Isso acontece na medida em que a produção de discursos (entendidos aqui como práticas sociais, que têm sempre uma finalidade predeterminada) obedece a certas regras ou convenções socioculturais, muitas delas tácitas.

Assim, não interessa à Análise de Discurso apontar causas econômicas, políticas e sociais dos discursos circulantes; sublinhe-se que seu interesse reside na compreensão das disputas por consolidação da hegemonia de discursos, num ambiente marcado por permanente conflito. Nessa ótica, o universo da linguagem insere-se na conquista do outro pelo convencimento. Portanto, conforme destaca Pinto (1995, p. 144),

torna-se necessário estudar os discursos, as diferentes modalidades do funcionamento discursivo de textos empiricamente atestáveis, procurar pelas diferenças entre eles, e não pelas semelhanças, pois só as diferenças permitem ver a contextualização. Por isso, a Semiologia que proponho trata dos discursos sociais, isto é, os discursos, múltiplos e complexos, que circulam em uma sociedade, e são na sua maioria compostos: pacotes significantes que comportam fragmentos de linguagem (verbal), mas também outras matérias significantes (como a imagem, por exemplo).

Com relação ao campo empírico da pesquisa, optou-se por investigar os meios de comunicação impressa. Esta preferência deve ser creditada à prática corrente do jornalismo observada em inúmeros países, na qual os meios impressos pautam os demais veículos, elegendo-se como suportes de análise os três jornais diários da Capital: O Dia, Meio Norte e Diário do Povo. Além disso, pesou na escolha a facilidade de acesso às suas coleções em arquivos e bibliotecas e a possibilidade de rápida manipulação do material, que tem como recorte temporal o ano de 2004.

Ao fim deste longo trajeto, espera-se ter contribuído para a criação de um campo de estudos sobre os temas da mídia e da pobreza urbana em Teresina, já que, a partir do acúmulo de experiências críticas acerca do comportamento dos jornais é possível colaborar na ampliação do debate sobre este e outros temas, para além dos muros da academia.

CAPÍTULO I

A POBREZA URBANA, A QUESTÃO SOCIAL E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO: DESAFIOS AO MUNDO CONTEMPORÂNEO E À MÍDIA

Os grandes centros urbanos brasileiros, especialmente as regiões metropolitanas e as capitais, deparam-se com problemas bastante semelhantes no que diz respeito à precariedade das condições de vida de parte da população. Buscar soluções para a gestão dos conflitos relacionados à problemática da pobreza urbana a partir da implementação de políticas públicas enérgicas e eficazes talvez seja, hoje e por isso, o mais urgente entre os muitos desafios impostos aos gestores públicos. É que os esforços empregados para a pronta solução dos problemas ligados à pobreza, além de insuficientes, não têm impedido que, a cada dia, mais pessoas sofram as conseqüências de uma vida de privações e incertezas.

Nesse cenário, multiplicam-se, em todas as cidades de médio e grande porte, as favelas, formando a base da pirâmide das regiões que as compõem e para representar as favelas e as pessoas que ali residem é comum a atribuição de características negativas, estereotipadas e degradantes, quer pelos cidadãos comuns, quer pelos órgãos políticos e governamentais ou ainda pelos meios de comunicação.

Este capítulo tem como objetivo situar as expressões atuais de pobreza, bem como as provocações que ela impõe, a partir da recuperação das diferentes maneiras pelas quais ela foi sendo compreendida e representada historicamente.

Para tanto, será empreendida uma reflexão acerca da pobreza urbana, situando-a como uma dimensão central da questão social, tanto na Europa quanto no Brasil. Dando continuidade à reflexão, pretende-se recuperar as formas históricas de expressão da pobreza no Brasil e, particularmente, em Teresina. Nesta Capital, mostrar-se-á a configuração da pobreza desde a década de 1960.

Ademais, inescapável se torna que, em seguida, discuta-se a emergência de novos desafios que se apresentam à sociedade, ao Estado e aos meios de comunicação, sendo que,

no caso destes, isso advém do evidente papel de destaque desempenhado na sociedade contemporânea, pela mídia.

1.1 - A pobreza urbana como uma dimensão concreta da questão social: análise histórica e teórica sobre a centralidade da pobreza na configuração da questão social

Discutir a questão social, ao contrário do que possa significar num exame menos minucioso, não deve ser uma tarefa restrita à constatação da realidade de pobreza, pois existem diferentes expressões e dimensões pelas quais essa questão pode vir a se manifestar. A questão social, tal como situada por Castel (1997, 1998), impõe-se à sociedade moderna como um problema a ela inerente, com característica de indissolubilidade, porque sublinha determinados distanciamentos, como os que se dão entre a dinâmica social e os movimentos que regem a economia e os mercados, entre a exigência de direitos e as pressões por eficiência e rendimento econômicos, ou mesmo entre o conjunto de leis que visam à racionalidade da vida em sociedade a partir da garantia de igualdades e a realidade, diametralmente oposta, que multiplica exemplos de assimetrias de toda ordem. Nos países com maior grau de desenvolvimento, se num primeiro momento a pobreza era analisada como um fenômeno resultante da conjuntura vivida, atualmente pesam as considerações que a apresentam como um fenômeno estrutural.

Telles (1996) vai mais além e identifica na questão social uma aporia, na qual há uma disjunção entre a esperança de melhores condições de vida e um choque de ceticismo decorrente da gravidade e envergadura dos problemas enfrentados. Segundo a autora (1996, p. 85),

a questão social é a aporia que, nos tempos que correm, diz respeito também à disjunção entre as esperanças de um mundo que valha a pena ser vivido inscritas nas reivindicações por direitos e o bloqueio de perspectivas de futuro para maiorias atingidas por uma modernização selvagem que destrutura formas de vida e faz da vulnerabilidade e da precariedade formas de existência que tendem a se cristalizar como único destino possível².

² Enquanto Castel (1997; 1998) trata da questão social na Europa, Telles concentra seus esforços de análise no caso brasileiro. No entanto, no trecho citado, a autora introduz a discussão sobre a questão social no Brasil, tendo como ponto de partida o entendimento do que ela representa em escala mundial.

Quanto aos modos pelos quais a questão social pode ser traduzida, apontam-se a fragmentação dos sistemas de proteção social, a vulnerabilidade das relações sociais e as desconfianças com relação à medida da intervenção estatal (BELFIORE-WANDERLEY *et al.*, 1997, p. 7). Outros dilemas, porém, vêm à tona, como os representados pela discussão da redefinição do papel do Estado e da responsabilidade pública, da justiça social e da redefinição do lugar do trabalho na dinâmica societária (TELLES, 1996).

Nesse sentido, Castel (1997, p. 164) interpreta a questão social como “um desafio que questiona a capacidade de uma sociedade de existir como um todo, como um conjunto ligado por relações de interdependência”. Como ele mesmo adverte, se esta construção revela certa abstração, pode ser, no entanto, demonstrada pelo momento histórico que marcou o início da industrialização no mundo, no começo do século XIX.

A questão social passa a ter, então, um caráter central num momento coincidente com o de expansão e consolidação do capitalismo, no início do referido século. É que, na esteira desse processo, começa uma crescente desestabilização dos trabalhadores, que se dá pela crise da “sociedade salarial” (CASTEL, 1998), resultante da desestruturação econômica dos países desenvolvidos e da fragmentação dos sistemas de proteção social. Ou seja, a crise da sociedade salarial diz respeito à crise, nos países desenvolvidos, do *Welfare State*.

No que diz respeito às trajetórias de desvinculação ao eixo do mundo do trabalho, Castel (1998) aponta o desemprego provocado pelo contínuo processo de precarização e instabilidade dos postos de trabalho como fatores que, conseqüentemente, terão influência na constituição de “periferias precárias” e no processo de “desestabilização dos estáveis”. Tais transformações são promovidas mesmo diante da ocorrência de movimentos reivindicatórios que buscam assegurar e reconhecer direitos sociais, políticas públicas e estatuto de cidadania.

O ambiente resultante dessas transformações evidenciará um quadro no qual se encontram tanto os que não puderam gozar dos benefícios provenientes da expansão do capitalismo mundial e das transformações propiciadas pela revolução industrial e tecnológica, quanto aqueles que passam à condição de pobres. Se antes havia ao menos a possibilidade de retorno ao mundo do trabalho, o que garantiria uma certa estabilidade social, agora não mais existe a probabilidade de que essas pessoas sejam tidas como “exército de reserva”, derivando daí uma situação em que acabam despojadas dos direitos econômicos e sociais.

Esse momento histórico é também analisado por Polanyi (2000) quando tenta demonstrar como o Estado se mobilizou para criar as condições pelas quais a sociedade foi submetida ao mercado. Ademais, como foi gerado um novo sistema social em que todos os

indivíduos se tornaram “átomos dispensáveis” dentro de uma engrenagem — o “moinho satânico” —, que, se deixado totalmente livre, sem quaisquer regulações, acabaria por destruir todas as relações sociais.

Neste sentido, Polanyi (2000) constata que durante um século a dinâmica da sociedade moderna se viu governada por um duplo movimento: o de expansão contínua do mercado e o de refreamento, este um contramovimento que cercava tal expansão em direções definidas. Sobre isso, diz Polanyi (2000, p. 161) que “embora tal contra-movimento fosse vital para a proteção da sociedade, ele era, em última análise, incompatível com a auto-regulação do mercado e, portanto, com o próprio sistema de mercado”, alertando para os resultados que poderiam advir caso se deixasse o desenvolvimento da economia de mercado ao sabor de leis próprias, “gerando grandes e permanentes males” em razão de um ajuste do sistema de mercado em relação à terra, ao homem e ao dinheiro.

A produção é a interação do homem e da natureza. Se este processo se organizar através de um mecanismo auto-regulador de permuta e troca então o homem e a natureza têm que ingressar na sua órbita, têm que se sujeitar à oferta e à procura, isto é, eles passam a ser manuseados como mercadorias, como bens produzidos para a venda. Foi este, precisamente, o ajuste que ocorreu sob o sistema de mercado. O homem, sob o nome de mão-de-obra e a natureza, sob o nome de terra, foram colocados à venda (POLANYI, 2000, p. 162).

Remontando essas considerações ao momento de expansão das economias em escala mundial, as idéias de Polanyi (2000) se ligam às explicações de Castel (1998), na medida em que busca demonstrar que a análise sobre as conseqüências sociais da Revolução Industrial se dá, muitas vezes, de maneira equivocada, já que perguntar como poderia ocorrer uma catástrofe social onde havia progresso econômico, merece maiores cuidados do que freqüentemente se afirma em análises pouco criteriosas. Daí a assertiva, um tanto conclusiva, de Polanyi, segundo o qual é fora de dúvida que uma calamidade social seja, basicamente, um fenômeno cultural, e não econômico, este mensurável por cifras de rendimentos e estatísticas populacionais.

A causa da degradação não é, portanto, a exploração econômica, como se presume muitas vezes, mas a desintegração do ambiente cultural da vítima. O processo econômico pode, naturalmente, fornecer o veículo da destruição e quase invariavelmente a inferioridade econômica fará o mais fraco se render, mas a causa imediata da sua ruína não é essa razão econômica — ela está no ferimento letal infligido às instituições nas quais a sua existência social está inserida (POLANYI, 2000, p. 191).

No Brasil, a análise da questão social, em consonância com o exame da realidade de pobreza, revela traços que a diferenciam da situação observada na Europa. Aqui, além dos efeitos acarretados pelas transformações ocorridas no mundo contemporâneo, pesam as marcas distintivas que acompanham a história social brasileira, particularmente as que dizem respeito ao caráter oligárquico-autoritário presente, ao longo dos anos, nas relações. Nesse sentido, a literatura brasileira na área de ciências sociais tem produzido, profusamente, trabalhos acerca de uma situação contraditória e incômoda que insiste em acompanhar o desenrolar da história republicana brasileira. Se, por um lado, o país é, em determinados aspectos, comparado às mais ricas e promissoras economias do mundo, em outros casos — em especial, na desigualdade social — figura nas mais baixas colocações de escalas comparativas, ao lado de pequenas nações que nem sequer sonham em algum dia viver em democracia ou que somente há pouco conheceram, mesmo precariamente, seu significado.

Para situar o contexto no qual a questão social aparece no Brasil como um problema concreto é preciso se reportar aos anos de 1930, época que marca, sobretudo em São Paulo, o início do processo de industrialização brasileiro, com o surgimento de um operariado com as características bem delineadas de uma classe de trabalhadores e o aparecimento de uma burguesia industrial. Vale destacar que alguns autores, como Cerqueira Filho (1982) e Souza (2003), defendem que um verdadeiro Estado moderno no Brasil não principia em 1930, embora se tenha consolidado como tal nesse período. Para eles, o marco inicial do processo de modernização é o ano de 1808, com a chegada da Família Real portuguesa ao Rio de Janeiro, mesmo reconhecendo que de 1930 em diante é que se dá uma mudança no caráter modernizador.

Não obstante a importância das mudanças de natureza urbana e comercial do final do século XIX e início do XX, somente a partir da década de 1930 surge, simultaneamente a um conjunto de transformações culturais, econômicas, sociais e políticas de caráter mais dinâmico, a marca determinante da industrialização. Nessa situação, a cidade passa a exercer uma maior hegemonia sobre o campo e a indústria, no contexto da política de substituição de importações, representará o principal eixo das atividades econômicas. Esse processo fez com que o Brasil experimentasse até a década de 1970³ — portanto, em quatro décadas — taxas

³ Após um período de extraordinário crescimento econômico, o projeto desenvolvimentista no Brasil entra em colapso, fazendo com que o país passasse a registrar os mais baixos indicadores desde 1930, tanto que os anos de 1980 se tornaram conhecidos como a “década perdida”, denominação cunhada pelos economistas. Ver, sobre o assunto, FIORI (1995).

extraordinárias de crescimento econômico, responsáveis por alçá-lo, nesse aspecto, à oitava colocação no mundo.

Mas, para entender o surgimento da industrialização no Brasil, é fundamental ressaltar que ela não é fruto exclusivo de uma política de substituição de importações. Como adverte Cerqueira Filho (1982, p. 57), deve-se atentar para o fato de que “a economia industrial brasileira nasceu num complexo de relações mercantis em dissolução e isto marcou a ação do empresariado tanto quanto a organização da empresa e o comportamento do operariado”. Na verdade, o robustecimento de um mercado consumidor dependeria da desestabilização — ou mesmo da destruição — da rede bem estabelecida de serviços e postos de venda estruturada por grupos de importadores ligados, na quase totalidade, ao capital estrangeiro e que, por sua vez, detinham o controle dos consumidores. As bases da industrialização brasileira decorrem, assim, tanto da limitada capacidade de importação quanto dos incentivos oficiais concedidos, o que tornou mais evidente a política de substituição de importações, adotada em seguida.

Além disso, outro ingrediente daria uma parcela de contribuição na institucionalização de uma sociedade industrial, não podendo ser desconsiderado na análise da constituição e aprofundamento da pobreza urbana no Brasil: a debilidade de uma economia que nasceu tendo por base a escravidão. Daí que, numa reflexão sobre o processo de formação do urbano no Brasil no contexto do início da industrialização, Oliveira (1982, p. 42) observa que

quando a industrialização começa a ser o motor da expansão capitalista no Brasil, ela tem que ser simultaneamente urbana, e tem que ser fundamentalmente urbana porque não pode se apoiar em nenhuma pretérita divisão social do trabalho no interior das unidades agrícolas. [...] Noutras palavras, a indústria no Brasil ou seria urbana ou teria muito poucas condições de nascer.

Como o autor adverte, ao trilhar o caminho da escravidão, as cidades brasileiras não assumiram o papel típico de um mercado, tal como ocorreu na Europa, responsáveis tanto pela formação de “exércitos ativos” quanto dos “exércitos industriais de reserva”. Assim, mesmo nos melhores momentos de estabilidade econômica, os trabalhadores nunca puderam gozar de condições sociais minimamente próximas das vividas pela “sociedade salarial” europeia, à exceção de alguns poucos setores urbanos privilegiados.

Abolida a escravatura, sobressai outro problema relacionado à formação dos primeiros centros urbanos, decorrente da adoção de mão-de-obra escrava. É que, como observa Franco (1974), havia, nos interstícios de uma sociedade patrimonialista como a brasileira e nas brechas dessa relação muito próxima entre o poder público e o privado, uma categoria

desgarrada do restante da sociedade, que sofria por não ser considerada nem escrava, nem elite e que ficou conhecida como os “homens livres” (escravos libertos e imigrantes pobres). Aliás, Souza (2003, p. 154) assevera que

os antigos senhores, na sua imensa maioria, o Estado, a Igreja, ou qualquer outra instituição, jamais se interessaram pelo destino do liberto. Este, imediatamente depois da abolição, se viu responsável por si e por seus familiares, sem que dispusesse dos meios materiais ou morais para sobreviver numa nascente economia competitiva do tipo capitalista e burguesa.

Desse modo, a grande dificuldade é a criação de um dos elementos fundamentais da sociedade capitalista, representado pela figura do proletário. Não sendo o “homem livre” um proletário, passa ele a ser considerado um pária da sociedade, alguém que não encontra lugar específico numa sociedade não estruturada para ele. Por isso, segundo Souza (2003, p. 122),

na esteira desse processo surge uma “ralé” composta por seres humanos a rigor dispensáveis, na medida em que não exercem papéis fundamentais para as funções produtivas essenciais e que conseguem sobreviver nos interstícios e nas ocupações marginais da ordem produtiva.

Surge então, no contexto dessas relações, a questão social como expressão própria das alterações entre capital e trabalho, sendo primeiramente tratada pelas elites dominantes como “caso de polícia”, atribuição feita a partir de um sólido processo de construção ideológica que visava combater as chamadas “classes perigosas” (VALLADARES, 1991). Tal expressão fazia referência a todos aqueles que não estavam inseridos no mundo do trabalho nas fábricas, ou seja, os vagabundos, que poderiam ser responsabilizados pela disseminação do caos, da desordem e da delinquência e que deveriam, por isso, ser combatidos para a manutenção da ordem. Essa construção ideológica responsável por atribuir a idéia de “classes perigosas” ao conjunto dos que não se enquadravam nas classes trabalhadoras ficou a cargo das elites, pois, consoante Cerqueira Filho (1982, p. 59),

as classes dominantes (oligarquias agrárias), na medida em que detinham o monopólio do poder político, detinham simultaneamente o monopólio das questões políticas legítimas; das questões que, em última instância, organizam a percepção do funcionamento da sociedade. Nesse contexto, a “questão social”, por ser ilegítima, não era considerada uma questão “legal”, mas ilegal, subversiva e que, portanto, deveria ser tratada no interior dos aparelhos repressivos de Estado.

Mas, se por um lado tenha sido possível ao Brasil naquele momento experimentar os primeiros resultados que acenavam com índices de crescimento industrial e econômico, conseqüências do investimento feito nesses setores, por outro havia um aumento quantitativo da classe operária, que se fazia ouvir cada vez com maior atenção. Ademais, o fato de a questão social passar a ter ares de uma questão legal após 1930 limitou a possibilidade de se encarar o problema unicamente como caso de polícia, contrariando diretamente os anseios históricos das elites.

Por isso, já nas décadas de 1950-60 a pobreza urbana passa a gerar diferentes e maiores preocupações, seja pela sua propagação, seja pelo aumento de sua visibilidade, fazendo com que logo fosse associada ao subemprego, tanto por ser esta uma forma medíocre de utilização da força de trabalho como também por ser decorrente do processo de superurbanização. Ao se fazer a associação entre pobreza e subemprego, tornou-se possível constatar duas diferenças principais para a noção de pobreza na virada do século XIX para o XX: deixa ela de ser responsabilidade exclusiva do indivíduo, devido ao reconhecimento de que são fatores externos ao homem os responsáveis por essa condição e adquire o trabalho um caráter positivo, admitindo-se o assalariamento advindo como meio de sobrevivência. Então, para Valladares (1991, p. 98),

reconhecida a marginalidade como inerente ao sistema capitalista e às sociedades dependentes, passou-se necessariamente a considerar a pobreza enquanto um fenômeno de natureza estrutural que escapava da esfera individual. [...] A partir dessa concepção, os pobres não são mais tidos como ociosos ou vadios, passando a ser compreendidos enquanto massa dos excluídos, dos marginalizados, colocados na periferia do sistema econômico com o direito de participação restrito, quando muito, à situação do subemprego.

Avançando um pouco mais no tempo, nas décadas de 1970-80 as representações da pobreza encontrarão relação com o intenso processo de urbanização e com as mudanças por que passa o mercado de trabalho das cidades. Desse modo, tanto a ascensão da noção de mercado de trabalho informal, ocupado pelos trabalhadores pobres, quanto o acelerado e caótico processo de crescimento das franjas das cidades, conhecido como periferização, auxiliariam a emergência de outra mudança da noção de pobreza. Dessa vez, o “trabalhador pobre” teria como oposto a categoria “bandido”, de sorte que representar a pobreza a partir da esfera do trabalho cede lugar à associação com a criminalidade, “alimentada pela crença de que o desemprego, a pobreza e a crise estariam associados” (VALLADARES, 1991, p. 98). Ainda hoje, muitos exemplos demonstram que os pobres continuam sendo tidos como

“perigosos”, resultando no quase natural e instantâneo vínculo entre pobreza e criminalidade (TELLES, 1990).

Ora, isso tudo viria a se refletir, em parte, no modo como os direitos sociais seriam forjados no Brasil. Quer dizer, ao serem moldados sob a ótica do Estado, a tendência é que esses direitos perpetuem a lógica que privilegia os setores dominantes em detrimento das camadas inferiores (TELLES, 1990). Não por acaso, delinear o perfil da sociedade brasileira é revelar uma realidade caracterizada pela reiterada instabilidade no âmbito do trabalho e pela debilidade dos mecanismos de proteção social, o que se acentua pela ausência de garantias e de direitos que assegurem certa estabilidade. Estudos sobre a construção da cidadania no Brasil apontam esse espaço vazio na constituição dos direitos sociais no país (SANTOS, 1979; SALES, 1994; DAGNINO, 1994; TELLES, 1990, 1994). Santos (1979, p. 75), por exemplo, sugere o conceito de cidadania como uma chave de entendimento da política econômico-social após 1930, descrito sob o caráter singular de uma “cidadania regulada”.

Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei. [...] A associação entre cidadania e ocupação proporcionará as condições institucionais para que se inflem, posteriormente, os conceitos de marginalidade e de mercado informal de trabalho, uma vez que nessas últimas categorias ficarão incluídos não apenas os empregados, os sub-empregados e os empregados instáveis, mas, igualmente, todos aqueles cujas ocupações por mais regulares e instáveis não tenham sido ainda regulamentadas.

Quando se chega no período posterior a ditadura militar, vê-se que a sociedade civil brasileira, além de estar agora marcada irreversivelmente pelos traços deixados pela experiência do autoritarismo, passa a vivenciar o próprio ressurgimento, a tal ponto que se considera que o referido período seria o marco não do ressurgimento, mas da fundação, de fato, da sociedade civil no Brasil, a partir do seu movimento de rearticulação nos anos de 1980 (DAGNINO, 2002).

A retomada das instituições democráticas não significou, entretanto e por si só, o enfrentamento a contento por parte do Estado das questões intimamente relacionadas às desigualdades sociais, havendo mesmo um adensamento dos problemas. Mas, ao mesmo tempo, viu-se brotar o sentimento de que seria cada vez mais necessário robustecer tanto a noção de democracia quanto o controle societal do Estado, preocupações essas que

expressam a ênfase na construção de uma “nova noção de cidadania” (DAGNINO, 1994, 2002).

Dessa discussão sobre o significado inovador de cidadania, que emerge nos anos de 1990, Dagnino (1994) aponta seis itens sobre os quais se assentam as bases para a compreensão do conceito. O primeiro se refere à noção de direitos, uma vez que “a nova cidadania trabalha com uma redefinição da idéia de direitos, cujo ponto de partida é a concepção de um direito a ter direitos” (DAGNINO, 1994, p. 107). Essa idéia remete para além das conquistas legais e predefinidas e se insere na possibilidade da criação de direitos de acordo com a necessidade social, de modo que surgem de lutas específicas e do fato social concreto, vivido pelo grupo, como os direitos personalíssimos e os metaindividuais (à dignidade, à igualdade e à diferença). Devido ao caráter dinâmico e de constante transformação da sociedade, não é possível a limitação a um direito estático, havendo, assim, a necessidade de um direito dinâmico que acompanhe as mudanças. Dito de outra maneira, o direito deve se adequar aos anseios da sociedade, sendo ela própria que irá modificá-lo, através de reivindicações.

O segundo ponto diz respeito à luta dos cidadãos para terem os direitos respeitados, tanto que atualmente, apesar do contexto liberal, há uma participação ativa dos sujeitos sociais, que sabem os seus direitos e os querem reconhecidos. Esses sujeitos sociais ativos buscam ser cidadãos e terem reconhecimento como tais. Essa é a visão da nova cidadania, que vai de encontro ao pensamento liberal, vinculado às estratégias das classes no poder e ao Estado, cujo fim principal é fortalecer o capitalismo.

Ao tratar do terceiro aspecto, Dagnino (1994) indica a entrada de uma proposta de sociabilidade no cenário das lutas por cidadania. Com as transformações sociais, os direitos tiveram de se ampliar e, além dos direitos civis e políticos, emerge uma nova categoria: com o surgimento de uma nova classe social, o proletariado, coloca-se a necessidade dos direitos sociais. Isso acentua a mudança de atitude, passando-se da simples reivindicação de direitos para a busca dos meios de sua efetivação. Exige-se, portanto, igualdade entre as relações sociais em todos os níveis, não resumidas à mera aquisição legal de direitos, tentando, ainda, a nova cidadania, a integração das classes emergentes com as já existentes e ênfase na necessidade de estimular o aprendizado da convivência entre eles. Isto se torna necessário porque “a nova cidadania tem que transcender o foco privilegiado da relação com o Estado, ou entre o Estado e o indivíduo, para incluir fortemente a relação com a sociedade civil” (DAGNINO, 1994, p. 109). Ou seja, faz-se necessária uma “reforma intelectual e moral”,

pois não basta o reconhecimento formal dos direitos, que reduziria ao extremo a luta pela cidadania, parecendo residir, neste ponto,

a radicalidade da cidadania enquanto estratégia política. Supor que o reconhecimento formal de direitos pelo Estado encerra a luta pela cidadania é um equívoco que subestima tanto o espaço da sociedade civil como a arena política, como enraizamento do autoritarismo social (DAGNINO, 1994, p. 109).

Uma quinta característica da nova cidadania é a não reivindicação apenas da inclusão no sistema político, mas do direito de decidir a definição desse sistema, por meio da participação efetiva na construção de uma nova sociedade, na verdade uma forma de atuação concreta dos cidadãos no mundo jurídico. Com isso, torna-se ele co-participante da gestão da cidade, mesmo com todas as dificuldades educacionais da população, como a assimetria no acesso à informação, o uso da linguagem e as deficiências do saber técnico, que não inibem a importância dessa co-participação, pois quando as pessoas exercem o direito político de escolher um representante podem contribuir com idéias de melhorias locais que ninguém melhor que elas pode apontar. É essa a idéia, atrelada à nova cidadania, de que esses processos se vão constituindo em espaços públicos onde o cidadão expõe idéias e vontades comuns à sociedade em que vive.

O último ponto, consequência dos anteriores, refere que “a nova noção de cidadania é capaz de incorporar tanto a noção de igualdade como a da diferença” (DAGNINO, 1994, p. 113). Que significa ter direito à diferença? Quando se fala no princípio da igualdade — noção trazida das ciências jurídicas —, segundo o qual todos são iguais perante a lei, sublinhe-se que se trata de uma igualdade limitada, no sentido que a igualdade deve vigor até o momento em que, respeitadas as diferenças de cada um, tem-se um direito justo e igualitário.

Diante deste quadro, a autora nos deixa uma provocação acerca da sedução que a noção de uma nova cidadania exerce atualmente:

Uma das razões dessa sedução [...] é a possibilidade de que ela traga respostas aos desafios deixados pelo fracasso tanto de concepções teóricas como de estratégias políticas que não foram capazes de articular essa multiplicidade de dimensões que, nas sociedades contemporâneas, integram hoje a busca de uma vida melhor. Dessa capacidade de articular os múltiplos campos onde se trava hoje no Brasil a luta pela construção da democracia e pelo seu aprofundamento, depende o futuro da nova cidadania enquanto estratégia política (DAGNINO, 1994, p. 115).

Contudo, mesmo havendo um avanço em termos de construção da democracia desde o fim da década de 1980, espelhando, dentre outros fatores, a emergência da nova noção de cidadania, o que se assiste, na década de 1990, é o abalo de todo o processo de construção democrática iniciado ainda na década anterior, devido à política neoliberal adotada como medida incontestável ao progresso econômico. Na tentativa de desmistificação do liberalismo como a “varinha de condão” responsável pela solução mágica de todos os problemas do mundo capitalista moderno, inclusive no que se refere à questão social, Polanyi (2000) destaca que o conceito de mercado auto-regulável, para ele utópico e com progresso obstruído pela autoproteção realista da sociedade, na perspectiva dos autores liberais todo o protecionismo não passou de um erro resultante da impaciência, ambição e estreiteza de visão, sem as quais o mercado teria resolvido as próprias dificuldades. Desse modo, afirma Polanyi (2000, p. 173), que

resolver qual dessas duas perspectivas é a correta é talvez o problema mais importante da história social recente, uma vez que ela envolve nada menos que uma decisão quanto à alegação do liberalismo econômico de ser o princípio básico organizador da sociedade.

Como se percebe hoje no Brasil, os resultados que apontam o agravamento das desigualdades sócio-econômicas exprimem, de longe, os efeitos que se esperava minimamente obter com a implementação das políticas neoliberais.

Em âmbito local, o exame particular da realidade de Teresina nos anos de 1990 torna possível a percepção de que, não obstante as melhorias trazidas para determinados setores da população pelo processo de urbanização desencadeado na década de 1960, houve um aprofundamento da pobreza na cidade, verificado, segundo Lima (2003), no crescimento do número de favelas, na precariedade cada vez maior das condições de vida e na dificuldade de se conseguir trabalho, educação e saúde de qualidade. Dito de outra maneira, se ocorreu uma mudança na estrutura urbana de Teresina, mediante investimentos em infra-estrutura, saneamento e urbanização, “essa transformação trouxe um alto custo para a imensa maioria da população, que não teve acesso aos benefícios produzidos no desdobramento do processo” (LIMA, 2003, p. 105).

Ampliar-se-á essa análise no item seguinte, ao se refletir como a problemática da pobreza urbana ganha maior visibilidade no espaço urbano de Teresina, a partir dos anos de 1960.

1.2 - Expressões da pobreza no contexto urbano de Teresina desde os anos de 1960

Teresina, capital do Estado do Piauí, tem uma população de 715.360 habitantes, numa área de 1.755,7 Km² (IBGE, 2000), sendo 677.470 na zona urbana e 37.890 na zona rural. Com relação à evolução da população, Teresina experimentou um maior incremento populacional entre 1970 e 1980, período em que se registrou uma taxa média geométrica anual de 5,54%, caindo na década seguinte para 4,28% ao ano (1980 a 1991) e seguindo a tendência de queda entre os anos de 1991 e 2000, com o registro de uma taxa 2,03% (IBGE, 2000).

Localizada na porção centro-norte do estado, a cidade polariza as atividades econômicas da região, especialmente nos setores de comércio e serviços. Essa característica de apresentar a base da economia concentrada no setor terciário — com destaque para a prestação de serviços, comércio e administração pública —, associada à incapacidade de dinamizar a produção nos setores primário e secundário, tem se perpetuado ao longo dos anos, vindo a refletir-se no fraco desempenho da economia local e em baixos indicadores sociais.

Nesse sentido, o crescimento da economia formal se mostra insatisfatório para absorver a mão-de-obra existente, representada por uma população economicamente ativa de 316.588 pessoas (IBGE, 2000), o que, dentre outros fatores, agrava o problema do desemprego e amplia a demanda por infra-estrutura básica, uma vez que a cidade, cada vez mais, demonstra-se incapaz de oferecer infra-estrutura que atenda plenamente às necessidades dos habitantes.

Como consequência dessa debilidade econômica, verifica-se a multiplicação dos trabalhadores que recorrem à informalidade como forma de garantir a sobrevivência pessoal e familiar, haja vista a não-exigência, nesse campo, tanto de qualificação da mão-de-obra empregada, quanto de elevadas quantias requeridas para o início e manutenção da atividade. Dados do IBGE demonstram a inclusão, na categoria “trabalhadores por conta própria⁴”, de 59.235 pessoas, o que corresponde a 22,5% de um total de 263.294 pessoas ocupadas. Mostra-se relevante também o percentual (10,84% ou 28.533 trabalhadores) da mão-de-obra empregada pelo Estado (IBGE, 2000).

⁴ Trabalhador por conta própria, segundo o IBGE, significa a “pessoa que trabalha explorando seu próprio empreendimento, sem empregador, individualmente ou com sócio, com o auxílio ou não de trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar” (IBGE, 2005).

Essas características que definem a economia local são explicadas, em parte, pelos efeitos produzidos pela crise da década de 1980, bem como pela incapacidade do Estado de apontar soluções para os problemas advindos do processo de urbanização de Teresina nos anos de 1950 a 1970. A esse respeito, Lima (2003, p. 57) esclarece que o processo de urbanização conferiu à cidade um redesenho — materializado pelo próprio movimento expansionista citadino e pelas lutas por moradia, o que veio a contribuir decisivamente para a “definição das relações sociais e da estruturação do espaço”.

Verificando, então, os dados populacionais por décadas, vê-se uma tendência de crescimento que se inicia em 1950, quando Teresina tinha 90.723 habitantes. Mas é a partir da década de 1960 que se torna possível constatar o grande impacto no processo de urbanização daquela época, ocasionado, em boa medida, pelo intenso fluxo migratório com origem no interior do Piauí e de estados circunvizinhos, assim como pela própria condição de sede administrativa estadual, que fez de Teresina um importante centro de atração populacional. Como resultado, a década de 1970 experimentou uma taxa geométrica de crescimento anual da ordem de 5,54%, a maior da história (IBGE, 1970). Seguindo essa tendência, a cidade obtém um salto populacional extraordinário, passando dos 220.487 habitantes em 1970 para 715.360 no ano 2000 (IBGE, 1970, 2000)

Coincidindo com o período do “milagre econômico” brasileiro, ocorrido na década de 1970, observou-se um incremento em setores como o da construção civil, cerâmica, confecções, bebidas, alimentos, colchões e móveis (FAÇANHA, 1998, p. 97). Houve, ainda, a continuidade nas ações dos governos federal e estadual no que se refere à política habitacional iniciada na década anterior, cujo destaque maior foi a criação, em 1964, do Banco Nacional da Habitação (BNH), o que demonstra o grau de prioridade conferido a essa política pública naquele contexto.

Iniciaram-se na década de 1970 as intervenções do governo municipal no disciplinamento do uso e ocupação do solo urbano, tal como previa, em 1977, o I Plano Estrutural de Teresina (I PET), que tinha como um dos objetivos fixar critérios para o parcelamento do solo e definir áreas de expansão da cidade. Como observa Façanha (2004, p. 187),

o governo municipal agia como regulador do uso do solo urbano em busca do seu disciplinamento, bem como um provedor de externalidade ao dotar os conjuntos habitacionais de infra-estrutura, e construir galerias pluviais, mercados públicos e unidades de saúde em bairros localizados na periferia da cidade.

A explicação para a crescente regulação no uso do solo urbano pode ser creditada, de acordo com Façanha (2004), à configuração complexa que Teresina passava a refletir. Neste contexto, pôde-se verificar, a partir da segunda metade da década de 1970, o surgimento tanto de uma zona de concentração de populações de alto poder aquisitivo na zona Leste da cidade, quanto das primeiras favelas.

Esse movimento em direção a um quadro de segregação cada vez mais acentuado se intensificará na década de 1980, com a consolidação dos arranjos espaciais iniciados nas décadas anteriores e complexificados nesta década, sobretudo no que respeita ao processo de favelização. Segundo Valladares (1991, p. 103), este fenômeno resulta de um combinado de fatores, como

o empobrecimento crescente dos estratos baixos e da classe trabalhadora em geral; a expulsão das áreas centrais através de programas de remoção e renovação urbana; a expulsão indireta viabilizada por alterações na legislação urbana, nos impostos e nas leis que regem o mercado do aluguel; a crescente especulação imobiliária.

Contribui para o agravamento da situação o fato de que, não obstante as importantes modificações ocasionadas pelo vigoroso processo de urbanização na década de 1980, mudanças estas evidenciadas pelas imagens de progresso da cidade, deparou-se com o contraste do adensamento dos problemas enfrentados pela população. É que, enquanto a cidade era equipada com elementos que denotam um processo de urbanização crescente (construção de pontes, de conjuntos habitacionais, de avenidas), os conflitos sociais faziam transparecer aos olhos da sociedade, cada vez com maior contundência, uma realidade de segregação e exclusão das populações pobres (LIMA, 1996; 2003). Além do grande fluxo migratório tendo como destino a Capital desde os anos anteriores, concorreu também para gerar distorções na estrutura espacial da cidade a ausência de políticas de controle da crescente urbanização, espelhada no não enfrentamento da questão urbana pelos poderes públicos e na extinção do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Banco Nacional da Habitação (BNH), no fim de 1986.

Com a ausência de políticas capazes de solucionar a questão urbana em Teresina, a segunda metade da década de 1980 seria marcada por disputas envolvendo o uso e a posse de terras. Nesse período, surgem as ocupações de terra por grupos sociais excluídos, com o apoio de movimentos sociais urbanos, como a Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários (FAMCC) e a Federação de Associações de Moradores do Estado do

Piauí (FAMEPI), entidades que tiveram um importante papel na cristalização dos movimentos de luta por moradia.

Diante do agravamento da problemática referente à ocupação do solo urbano, o governo municipal, sob a gestão do prefeito Wall Ferraz (1985-1988), realizou o Seminário “Planejando Teresina”, com o intuito de encontrar apoio para a formulação do II Plano Estrutural de Teresina (PET). Este, a exemplo do primeiro, buscava soluções para determinadas questões, como as que se relacionam ao crescimento do número de favelas e aos movimentos de luta por moradia na cidade.

Em relação ao crescimento do número de favelas, especialmente a partir da década de 70, Façanha (2004) explica que áreas caracterizadas por fenômenos de favelização — da mesma forma que ocorre nos processos de verticalização, observados com maior vigor em Teresina desde a década de 1990 — apresentam como características principais a existência de uma relativa homogeneidade social interna e o fato de que suas populações ocorrem a esses espaços por opção ou por obrigação. No entanto, como o autor adverte, ainda que esses dois processos de ocupação do solo sejam facilmente percebidos devido a um tipo de espacialização bem singular, são as favelas que merecem maior atenção não só do poder público — dadas as deficiências materiais enfrentadas por seus moradores — mas também da sociedade em geral, haja vista que esse problema resulta da segregação gerada pela própria dinâmica da cidade.

Compete para a exposição do quadro perverso no qual vivem as populações pobres os baixos índices de qualidade de vida da população. A esse respeito, os dados mais recentes sobre as favelas da cidade, registrados no III Censo das Vilas e Favelas de Teresina (TERESINA, PMT, 1999), contabilizam 38.852 famílias, perfazendo um total de 133.857 habitantes pertencentes às áreas das vilas, favelas, parques e residenciais⁵. Nesses locais, foram registrados ainda 40.115 imóveis nos assentamentos referidos (117 vilas, 24 favelas e 9 parques e residenciais).

Em 1993, quando do I Censo, foram cadastradas 141 vilas e favelas, que concentravam 14.542 famílias, num total de 67.503 habitantes (TERESINA, PMT, 1993). Quer dizer, mesmo não tendo sido constatado um crescimento expressivo do número de áreas

⁵ Consta no relatório desse Censo que a equipe da SEMHUR utilizou nesta pesquisa os seguintes conceitos: VILA: área de moradia surgida a partir da ocupação por famílias sem-teto sem obedecer às exigências feitas pela lei do parcelamento do solo, mas passível de ser regularizada, saneada e urbanizada; FAVELA: área de moradia surgida a partir da ocupação por famílias sem-teto geralmente localizada em área de risco iminente (alagamento/desmoroamento) ou em leito de vias públicas (ruas e avenidas), sujeitas quase sempre a remoção; PARQUES E RESIDENCIAIS: loteamentos feitos pela Prefeitura obedecendo a todos os requisitos vigentes na legislação de parcelamento do solo.

habitadas por populações faveladas ou em condição de pobreza, ainda assim Teresina sofreu um aumento significativo no índice que mensura essa parcela da população.

Outro dado que merece destaque é o que aponta um crescimento do número de habitantes residentes nas áreas pesquisadas da ordem de 97,89% entre os anos de 1993 e 1999. O número de famílias que habitavam essas áreas aumentou em 167,17% no mesmo período, apesar da manutenção do número de vilas e favelas entre 1993 e 1999. O mesmo Censo de 1993 mostra também que dos 38.852 chefes de família pesquisados, 12.029 (30,96%) nasceram em Teresina, enquanto 36.049 (68,4%) vieram de outras localidades.

Todos esses levantamentos, realizados na década de 1990, tinham como objetivo levantar informações que auxiliassem no planejamento e na posterior implementação de políticas públicas mais eficazes por parte do poder municipal. Como informa Santana (2001), a Prefeitura passou a intervir, ainda em 1993, seguindo os dados colhidos no Censo realizado naquele ano, mediante a construção de casas em regime de mutirão, desapropriação e regularização de lotes urbanos, entrega de títulos de posse e por meio de projetos de melhoria sanitária e habitacional. Logo na primeira gestão, Firmino Filho (1997-2000) decidiu que continuaria a política adotada no governo anterior, com um arranjo que possibilitaria uma melhor articulação dos projetos implantados. Dessa forma, a política habitacional da cidade seguiria agora o que previa o Programa Moradia Digna e Segura em Teresina, parte de um projeto mais amplo conhecido como Vila-Bairro, que objetiva assegurar às vilas e favelas um mínimo padrão de urbanização, capaz de encaminhá-las ao desenvolvimento sócio-econômico.

Conquanto possam ser registradas ações do poder público municipal, principalmente na década de 1990, no sentido de tentar solucionar os problemas decorrentes da expansão do espaço urbano, Teresina continua com significativa precariedade no que diz respeito a determinados indicadores observados nas áreas das vilas, favelas, parques e residenciais. É o caso do índice de domicílios desprovidos de serviços urbanos essenciais, como rede de abastecimento d'água (26,48%), energia elétrica (18,48%), coleta de lixo (22,90%), instalações sanitárias (39,91%) e do número de domicílios (38,06%) cujas pessoas consomem água sem filtragem (TERESINA, PMT, 1999). Além desses índices, chama a atenção, no último recenseamento feito pela Prefeitura, o número de domicílios situados em localidades impróprias para a construção de moradia (10,94%) e o número de famílias que moram em casas alugadas ou cedidas, construídas com taipa e telha ou outros materiais impróprios à construção de moradias (18,96%).

Não é demais registrar, conforme referência já feita, que um dos principais fatores do agravamento da pobreza urbana em Teresina diz respeito aos seus baixos indicadores sócio-econômicos, com fortes repercussões no cotidiano e nas sociabilidades da população pobre. É o caso — para citar dois exemplos mais significativos — dos índices que apontam a debilidade da economia e a ausência de indústrias, que geram problemas como o desemprego e a precariedade nos rendimentos da população. Ora, frente a esse contexto de extrema vulnerabilidade e tendo em vista o aprofundamento da pobreza na história recente de Teresina, o novo formato assumido pela cidade nos anos de 1990 passa, então, a requerer maior vigilância tanto pelo quadro de penúria enfrentado pelas populações pobres “quanto pela inquietante indagação sobre a capacidade de resistência humana” (LIMA, 2003, p. 46).

No próximo item, discutir-se-á sobre determinados questionamentos impostos pela realidade de pobreza atual, pois essa problemática, tal como hoje se apresenta, faz reavivar o debate histórico acerca de justiça e igualdade social em sociedades democráticas na medida em que interroga as trajetórias de inserção na sociedade moderna.

1.3 - Os novos desafios apresentados pela pobreza à sociedade e ao Estado: questionamentos da capacidade de enfrentamento dos problemas do país

Neste ponto, pretende-se levantar uma reflexão no sentido de evidenciar que o grau de vulnerabilidade em que vivem as populações pobres passa a questionar a história, as tradições, as contradições e, sobretudo, as possibilidades do país para solucionar os próprios problemas.

Antes, cabe, porém, lembrar que o momento por que passara o mundo no fim do século XX seria marcado por uma mistura de elementos relacionados à integração, homogeneização, diferenciação e fragmentação que, por mais paradoxais à primeira vista, contribuem para a geração de uma nova realidade-mundo (SOUSA SANTOS, 2002). Trata-se de “um novo processo de expansão do capitalismo como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial”, envolvendo projetos nacionais, economias, regimes políticos, culturas e sociedades em escala global (IANNI, 1996, p. 11). É importante ter-se em conta que, no desenrolar dos fatos cotidianos, não ocorre apenas uma seqüência lógica de acontecimentos, pois ao mesmo tempo se constatam rupturas e movimentos inesperados e surpreendentes, sendo exatamente esses aspectos que devem ser observados: o novo, o revolucionário, o imprevisto (IANNI, 1996).

No que respeita à disposição dos países no mundo e ao comportamento de uns com os outros, há um novo rearranjo a ser considerado, com reflexo direto no capitalismo mundial, sendo possível notar, também, uma mudança nos rumos desse modo de produção que, além de passar a utilizar novas tecnologias e criar produtos, recria a divisão internacional do trabalho e mundializa os mercados. No mesmo momento em que essas modificações desconhecem fronteiras geográficas, históricas e culturais, arrastam consigo um grande poder civilizatório, uma vez que rompem e recriam outras formas sociais de vida e trabalho (IANNI, 1996).

Sobre o mundo dos negócios e dos mercados pode-se dizer que ele passou a ser altamente dependente de tecnologias de comunicação (possibilitam transações em tempo real), fazendo com que as empresas se reestruturarem segundo critérios de agilidade, produtividade, inovação e competitividade. O impacto das altas tecnologias é igualmente sentido no mundo rural, na medida em que o campo é industrializado e urbanizado e grandes massas populacionais migram para os centros urbanos. Aliás, o conceito de Estado-nação é outra categoria que se modifica e sofre uma diminuição de importância, pois cada vez mais as decisões são provenientes de centros de poder regionais e mundiais. A regionalização, além de uma necessidade da globalização, é um movimento de integração dos Estados-nação a partir da qual estaria garantida a preservação dos interesses nacionais (SOUSA SANTOS, 2002).

Outros pontos de entrada no tema são possíveis. Alguns deles, como por exemplo os relacionados ao meio ambiente e à cultura, receberam significativa inserção no debate público nos últimos anos, mas talvez seja a questão social que mereça uma evidência maior. É que, ao surgirem novos surtos de expansão do capitalismo, acentuam-se as desigualdades sociais, bem como os inúmeros exemplos, encontrados mundo afora, de racismo, xenofobia, etnocentrismos, fundamentalismos, etc. É coerente, então, considerar a globalização como um avanço no sentido da união dos povos em torno da solução de seus problemas conjuntos?

Featherstone (1996) interpreta o processo de globalização como a abertura da percepção de que o mundo pode ser visto como o “espaço de um só lugar”, com o inevitável aumento de contato — mediado pelo diálogo entre nações, blocos e civilizações. Nesse sentido, caracteriza-se a globalização pelo debate de idéias que, sem embargo de discordâncias, conflitos e confrontos de perspectivas, envolve também o trabalho em conjunto e o consenso. Contudo, o grande desafio para se pensar a vida no globo, a despeito da expansão de mercados e das facilidades deslumbrantes que as novas tecnologias proporcionam, é ter sempre em mente que dois limites muito claros devem ser interpostos nesse processo, por vezes avassalador: o do homem e o da natureza. Isso porque uma pergunta

feita há mais de dois séculos, em função da Revolução Industrial, jamais perdeu as conotações extremamente atuais, instigantes e inquietadoras: como pode ocorrer uma catástrofe social onde há, sem sombra de dúvida, progresso econômico? (POLANYI, 2000). A relevância dessa reflexão avulta quando se atenta que da mesma maneira que o progresso econômico dos países mais ricos aumenta a catástrofe social dos mais pobres se intensifica.

Tais inquietações servem, portanto, ao propósito de chamar à reflexão permanente o processo de globalização no que se refere aos equívocos de suas estratégias e caminhos a seguir e, acima de tudo, sobre a idéia, vastamente difundida, de que se trata, ele, de uma realidade inevitável. Mesmo com diversos casos de contestação aos ditames das políticas neoliberais nos últimos anos do século XX, ainda assim existem resistências que merecem, no mínimo, ser questionadas.

Tudo porque o drama da pobreza encontra ambiente propício para reproduzir-se e perpetuar-se, dentre inúmeros outros fatores, diante da falta de mecanismos efetivos de mobilidade social, bem como pela existência de altos índices de concentração de renda. Além disso, o desemprego, a desestabilização das relações de trabalho, a violência crescente e o resultante ambiente de extrema vulnerabilidade social e de degradação das condições de vida são exemplos evidentes, como aponta Telles (1990, 1994, 1996), de uma crise social que há muito impõe transformações às cidades brasileiras, ocasionadas pelos rearranjos econômicos das últimas décadas, que têm contribuído para a constituição de um país fragmentado entre regiões de acelerado desenvolvimento e outras que se arrastam na reprodução continuada das mais atrasadas e perversas formas de vida. Desse modo, sem proporcionar a integração social unicamente pela via da “cidadania salarial”, como ocorreu na Europa, o problema atual é como incrementar a regulação da sociedade e da economia tendo como fundamentos determinados critérios necessários para a caracterização de uma nova cidadania (TELLES, 1990, 1994, 1996; DAGNINO, 1994).

Questionada, a sociedade, então, exige e apresenta novas maneiras de confrontar a situação, sendo uma delas a que acena com a criação e posterior incorporação de mecanismos inovadores de gestão e participação cidadã, que passa, dentre outras medidas, pela descentralização do governo das cidades. Com isso, alguns autores (SOARES e CACCIA-BAVA, 1998; WANDERLEY e RAICHELIS, 2004; ARAÚJO e GUIMARÃES NETO, 1998; VIEIRA, 1996) acreditam que sejam criados meios para que haja a emergência de um projeto político capaz de promover a socialização do poder, garantir inclusão social e melhorar os resultados relativos à prestação de serviços públicos.

Entre as mudanças esperadas, figuram aquelas que prevêm o rompimento com as práticas patrimonialistas e clientelistas típicas das elites de poder locais, e a atribuição de novas configurações às instituições, no sentido de permitir a criação de novas formas de exercício da cidadania, em consonância com o projeto, numa escala mais ampliada, que visa transformar “os espaços locais e os espaços urbanos, em particular, em novos pólos de articulação de interesses e a abrigar novos atores da regulação econômica e da promoção do desenvolvimento econômico” (ARAÚJO e GUIMARÃES NETO, 1998, p. 10).

Importante ressaltar que a discussão de determinadas categorias relacionadas a esse debate, como é o caso das que tratam da “participação” e do “controle social”, requer um posicionamento diferente daquele dispensado até o momento da promulgação da Constituição de 1988. Isto porque a emergência de movimentos no seio da sociedade civil rumo à busca de definição e de reconhecimento dos direitos do cidadão fez — e ainda faz — com que a materialização desses direitos se dê por meio de políticas públicas assentadas na igualdade, justiça social e equidade. Nesse sentido, foram elaboradas leis complementares regulamentando procedimentos e atribuições das diversas esferas governamentais e, não obstante certas diferenças entre as leis federais, estaduais e municipais, todas têm agora um mesmo fim: garantir a participação da sociedade civil no controle das ações em áreas como as da saúde, educação, assistência e previdência social.

Mas, neste ambiente surgido com o novo reordenamento jurídico, é importante elucidar que um mero estatuto legal não é suficiente para a materialização de direitos. Infelizmente, grande parte da sociedade toma a garantia formal de direitos de participação direta como o momento em que são assegurados os direitos de cidadania de forma irrestrita. Segundo Ferreira (2001, p. 167),

a conquista da cidadania é um processo em construção que não se encerra com a formalização dos direitos. Os direitos estão em contínuo processo de formulação e reformulação e requerem um conjunto de medidas que são necessárias para que eles se façam exeqüíveis. É importante saber que a luta pelos direitos do homem é histórica, contrariando a concepção de que os direitos são naturais.

Daí que novos espaços de conquistas e de exercício de cidadania se vão constituindo, a partir da reconstrução de valores éticos fundamentados em princípios de justiça social, igualdade de direitos e democracia. Afinal, como revelam os acontecimentos recentes do país, a tarefa de encontrar a saída para os problemas não se deve furtar de levar em conta a mobilização da sociedade civil organizada, uma vez que ela tem buscado se inserir em fóruns

de discussão e procurado ampliar seu poder nas decisões públicas, caminhando na direção de construir um ambiente democrático em que se possa desfrutar plenamente da condição de cidadão. Quer dizer, uma nova proposta de gestão urbana é um dos caminhos para a solução dos problemas e uma tarefa que passa, necessariamente, pela democratização do processo decisório e das políticas públicas.

Faz-se necessário, então, na busca por uma sociedade mais igualitária, que se fortaleça, além das participações direta e representativa, a que se dá em espaços públicos diferentes, alternativos, questionadores e críticos e que se tornem, por consequência desse movimento, tonificantes das ainda frágeis instituições brasileiras. A construção desses novos espaços públicos funciona, por outro lado, como uma possibilidade de ampliar a capacidade de influir nas decisões e, assim, transformar a realidade social, econômica, cultural e política do país.

Num ambiente assim, torna-se preponderante o papel exercido pelos meios de comunicação na medida em que se apresentam como um elemento que permite a garantia de apoio do público às ações que uma esfera de governo se proponha a implementar (SOARES e CACCIA-BAVA, 1998). Na mesma direção de análise, Jovchelovitch (2000, p. 87) acredita que “os meios de comunicação, como qualquer outra instituição social, são uma arena que permite narrativas contraditórias e interações contraditórias com o público que eles ajudam a formar”. Em outras palavras, a eficiência na gestão pública, atingida a partir de ações de governo que primem pelos preceitos de agilidade, transparência e publicidade, passa pela necessidade de que haja tanto a abertura dos governos à participação da sociedade, quanto seja possível, da mesma forma, a mediação entre Estado e sociedade feita pelos meios de comunicação social (JOVCHELOVITCH, 2000).

É preciso, contudo, a consciência de que inúmeros desafios são postos aos meios de comunicação diante dos problemas sociais enfrentados e, da mesma maneira que a sociedade e o Estado se vêem questionados, a mídia também merece ser discutida, como se fará no próximo item.

1.4 - A pobreza urbana e a mídia na sociedade contemporânea: os desafios impostos por essa problemática aos meios de comunicação

Nos itens anteriores, refletiu-se, inicialmente, sobre a pobreza urbana, situando-a como uma dimensão central da questão social, tanto na Europa quanto no Brasil. Procurou-se, em

seguida, analisar como os direitos sociais foram tecidos no Brasil, compartilhando da visão de que o fato de terem sido moldados sob a ótica do Estado impôs a tendência de que viessem a perpetuar a lógica que privilegia os setores dominantes e, por estar intimamente relacionada à mesma questão, debateu-se ainda a noção de cidadania. Logo após, tentou-se demonstrar como a problemática da pobreza urbana se espalha no espaço urbano de Teresina desde a década de 1960 até a segunda metade da década de 1990.

No item anterior, foi aberta uma reflexão na busca de entender os desafios que hoje se colocam à sociedade, ao Estado e a atores que nela passam a ocupar um papel de destaque, como é o caso dos meios de comunicação, foco do presente tópico.

Antes, exige-se, para uma compreensão mais ampla da noção de pobreza e devido à constatação de que essa problemática diz respeito a toda a sociedade e não apenas às populações imersas nessas condições de vida, uma atenção maior sobre outras dimensões pelas quais o fenômeno pode ser apreendido, diferentemente da dimensão que prioriza o olhar sobre os aspectos notavelmente objetivos. Sobre o assunto, Lima (2003, p. 48) assinala que

[...] ainda que as exigências mais prementes voltem-se para a formulação de políticas sociais atenuadoras das vulnerabilidades, estas não esgotam o repertório das ações situadas no campo dos direitos, porque a sua concretização não se limita à esfera estatal, mas se refere a uma conquista mais ampla, a de reconhecimento na e da sociedade.

Por isso, a verificação da crescente realidade de pobreza no dia-a-dia das grandes cidades brasileiras permite o revigoração constante desse debate, envolvendo a busca de soluções para os problemas coletivos. Mas, diante de tantos desafios, é importante não perder de vista que a existência das atuais instituições se deve a inúmeras lutas, movimentos, conflitos, enfrentamentos e negociações — muitas vezes nada amistosas — e que essa é a maneira pela qual se gesta uma cultura da participação em questões públicas. Seguindo as recomendações de Ferreira (2001, p. 186) e dado o estágio em que nossa sociedade se encontra,

[...] não é possível parar, deixar de acreditar no potencial que têm os movimentos que se organizam, quando acreditam que é possível criar espaços para a sua vivência mais coletiva e mais atuante, sem se deixar levar pelos ditames de projetos colonialistas a fim de compreender que a participação de co-gestão é uma estratégia de conhecer, agir e de propor outras ações.

Paralelamente à existência de movimentos sociais, partidos políticos e outras instâncias nascidas no seio da sociedade civil organizada e que, variando de acordo com seus propósitos, limites e conveniências, atuam no sentido de buscar alcançar a plena cidadania, emerge na sociedade moderna a figura dos meios de comunicação, que crescem em destaque por suas características intrínsecas, relacionadas à mediação e à visibilidade de fatos sociais. A respeito dessa centralidade, Jovchelovitch (2000, p. 89) observa que eles

se tornaram constitutivos da vida social, alteraram modos de interação, transformaram o acesso e o consumo de bens simbólicos, reestruturaram a política institucional e mudaram radicalmente as fronteiras entre as esferas pública e privada.

Tais características permitem entender a mídia como verdadeiras estruturas profissionalizadas de distribuição de mensagens, num curso em que a atividade mediadora se instaura e, em seguida, se consolida como uma dimensão responsável pela constituição e, até mesmo, pela estruturação da própria realidade (MENDES, 1985). De fato, os meios de comunicação, como os conhecidos na atualidade, atuam constantemente na direção de organizar a vida em sociedade, na medida em que criam formas de ação e interação social (GUARESCHI, 2000; JOVCHELOVITCH, 2000). Dito de outro modo, a mídia funciona como um instrumento de difusão e, como tal, reverbera na sua concretude diferentes sentidos sobre temas variados — como, por exemplo, a problemática da pobreza urbana —, conferindo sentidos a essa realidade (FAUSTO NETO, 1999).

Já Mendes (1985, p. 80) enxerga nesse modo próprio de agir, uma espécie de simplificação conveniente da realidade, pois, “ao escolher o real que vai narrar e ao escolher o modelo narrativo em que o vai exprimir, a mídia reduz a infinidade de realidades e significações a um pequeno conjunto que as representa”. Isso quer dizer que, ao tempo em que informa, absorve e reproduz, os meios de comunicação podem redefinir e reconstruir a realidade, revelando, assim, uma compreensão da realidade (MENDES, 1985). Mas qual seria a lógica a reger essa postura da mídia?

Thompson (1995) acredita que, atuando dessa maneira, a mídia esteja construindo redes de significação para si mesma, pois existe um elemento importante na análise do papel desempenhado por ela, particularmente no que se refere ao seu funcionamento como um instrumento produtor de sentido e que é refletido na suspeita de que seja regida pela forte tendência de reproduzir o socialmente aceitável e previsível, rechaçando tudo que não seja minimamente linear. O discurso da mídia se caracteriza, então, pela busca da eliminação do

fortuito, acidental e incerto, no momento mesmo em que “surge para organizar a experiência do aleatório e lhe conferir racionalidade” (THOMPSON, 1995, p. 15).

Desse modo, se é possível que inúmeros significados se possam expressar em discursos e linguagens de diferentes atores sociais e em numerosos espaços da sociedade, é exatamente nesse momento que se evidencia a contribuição dos meios de comunicação na configuração de uma parte da realidade social. Assim, quanto mais ocupa espaço na sociedade, na mesma proporção será a importância do papel exercido pela mídia na construção de conceitos e explicações sobre os processos sociais.

Não seria, pois, exagerado reconhecer que a mídia representa uma forma importante de estimular, inquirir e interpelar o poder por providências que assegurem políticas públicas eficazes e contribuam para que as inúmeras problemáticas enfrentadas pela sociedade sejam reconhecidas como de responsabilidade pública. Independentemente de levar em conta a questão dos numerosos interesses envolvidos — fato que acaba por distorcer a real motivação de determinadas discussões e, em parte, relativiza a importância que se tenta aqui salientar —, é difícil negar as características que a mídia possui tanto quando serve como um meio de tornar públicas determinadas demandas e carências coletivas, quanto se transforma numa espécie de ponte entre a sociedade e os representantes dos poderes constituídos (SOARES e CACCIA-BAVA, 1998). Por essas razões, com o devido cuidado para não atribuir à mídia uma feição de “remédio milagroso para todos os males da falta de visibilidade”, o fato é que ela, bem ou mal, representa um importante elemento constitutivo do espaço público de debate. Aliás, Fausto Neto (1999, p. 16) diz que

a importância da mídia como um dos dispositivos instituidores do espaço público é observada na medida em que, pela sua ação ritualística e cotidiana, as mídias vão não só anunciando a noção de realidade, mas convertendo-se, elas mesmas, como lugar pelo qual a realidade não só passa por elas, como também se faz nelas.

A análise em curso prosseguirá no capítulo seguinte, mas, por enquanto, é preciso entender que a noção de esfera pública⁶, tal como elaborada inicialmente por Habermas (1997), sofreu um rearranjo, ou melhor, uma ampliação compreensiva, uma vez que, de acordo com as características relacionadas ao alcance universal e instantâneo dos conteúdos emitidos pela mídia, permite-se um entendimento atual daquele conceito como decorrência da

⁶ Para Habermas (1997, p. 91), a esfera pública significa “um sistema de alarmes dotado de sensores que, embora não especializados, são sensíveis a toda a sociedade. Ela deve reforçar a pressão exercida pelos problemas, ou seja, ela não pode se limitar a detectá-los e a identificá-los, devendo, além disso, problematizá-los de forma convincente e eficaz a ponto de serem assumidos e tratados pelos complexos parlamentares”.

própria estrutura dos meios de comunicação modernos, responsáveis pela não exigência de uma espacialização garantidora de diálogos públicos (JOVCHELOVITCH, 2000).

Assim, se a mídia funcionou, num primeiro momento, como matriz da esfera pública, responsável por mediar e amplificar a voz dos protagonistas cultos e racionais que debatiam idéias em fóruns de discussão coletiva, há muito ela abandonou esse caráter reflexivo, voltado para o debate público de questões morais, existenciais e políticas, para assumir um perfil orientado pelos negócios, dada a necessidade, cada vez mais urgente, de garantir resultados expressivos tanto nos aspectos da produtividade técnica e quanto com relação a seus meios operacionais.

Destarte, o imperativo de gerar o retorno esperado pelos investimentos do novo capital empregado termina por atrelar a política das empresas jornalísticas à necessidade de expansão comercial, o que, para muitos, trouxe, como conseqüência, a transformação de uma imprensa pedagógica em outra “manipulativa”. É preciso atentar, porém, para o fato de que atualmente esse tipo de apreciação perde eficácia, já que as análises que qualificam a atuação midiática como essencialmente manipulativa dão margem a muitas contestações porque, mesmo sendo portadores de uma força real, desconfia-se que não sejam os meios de comunicação detentores de um poder tão espetacular, como se suspeitava há pouco tempo.

Ao contrário dessa abordagem, ganha espaço o acúmulo teórico trazido pela Semiologia dos Discursos Sociais, em que vige a tese central de que não se pode mais continuar a pensar a mídia moderna reproduzindo o erro de desconsiderar-lhe a capacidade de ser também produtora de conteúdos simbólicos. Concorre para tal mudança de perspectiva, entre outras razões, a percepção de que todo e qualquer discurso — e não apenas os da mídia — objetiva estabelecer uma hegemonia sobre o discurso contrário, gerando um ambiente de conflito discursivo permanente, o que, por conseguinte, empresta à atividade jornalística os contornos de uma verdadeira via de mão dupla.

CAPÍTULO II

A CONSTRUÇÃO DE REALIDADES PELA DISTRIBUIÇÃO DE SENTIDOS NA ATIVIDADE DISCURSIVA DA MÍDIA

O primeiro mecanismo tecnológico moderno utilizado pela sociedade para o contato com informações acerca dos acontecimentos que ocorriam nas cidades e arredores foi, sem dúvida, a imprensa escrita. Se no princípio os jornais eram referências para as discussões coletivas — mesmo que em círculos restritos, segundo Habermas (1984) —, ainda hoje constituem eles uma chave determinante para o ensejo de inúmeros debates sobre os assuntos públicos.

Do trabalho diário de relatar os acontecimentos tidos como os mais importantes da vida em sociedade sobressaem certas características intrínsecas da atividade jornalística, que contribuem para singularizar e conferir especificidade à sua prática cotidiana. Dentre as mais evidentes, sublinhem-se as que se relacionam aos dois princípios que seguem: o compromisso que a atividade assume quando afirma, de modo tácito, que é preciso selar um pacto ético com a “verdade” da notícia e, em conseqüência, a evidência, como ressalta Duarte (2005, p. 87), de que os meios de comunicação constituem “aparelhos sociais institucionalizados geradores de mediações simbólicas pelas quais se hierarquiza, tematiza e classifica a realidade social”.

Os estudos sobre a comunicação e em particular sobre o jornalismo têm, porém, se desdobrado em abordagens as mais distintas no que se refere a algumas das principais categorias a eles concernentes, o que tem conduzido a uma produção excessivamente diversificada de construções teóricas que colaboram para discutir — em não raros momentos, para reforçar — determinados conceitos ainda caros a muitas discussões envolvendo a questão do jornalismo. Alguns desses conceitos, como por exemplo os que falam de neutralidade, objetividade, atualidade, imparcialidade e clareza, passam a ter sua validade integralmente questionada diante do arcabouço teórico proposto pela Semiologia dos Discursos Sociais (PINTO, 2002) e pelos métodos previstos para a realização da Análise do Discurso.

De fato, Fausto Neto (1999) indica que os meios de comunicação constituem-se como instituições sociais responsáveis pelo exercício de tarefas próprias e específicas que, no decorrer do tempo, redundaram na conquista de uma carga de legitimidade perante a sociedade para, em seus discursos, reconstruir o mundo com a pretensa inclinação de ser o fiel relator dos fatos que ocorrem no dia-a-dia. Traquina (2001, p. 59) complementa o raciocínio ao afirmar que

a objetividade, ou o que se aceita como seu oposto, a parcialidade, são conceitos que a maioria dos cidadãos associa ao papel do jornalismo e que são consagrados nas leis que estabelecem as balizas do comportamento dos órgãos de comunicação social. [...] Estão presentes, pelo menos de uma forma implícita, se não explicitamente, nos códigos deontológicos dos jornalistas e estão no centro de toda uma mitologia que coloca os jornalistas no papel de servidores do público que procura a verdade, no papel de “cães de guarda” que protegem os cidadãos dos abusos do poder, no papel de contrapoderes que atuam do a quem doer, no papel de heróis do sistema democrático.

Mas, certos limites se impõem ao exercício das funções dos meios de comunicação devido, sobretudo, ao fato de estarem incrustados no mesmo ambiente no mesmo contexto que seus conteúdos atravessam. Em outras palavras, são inúmeros os fatores que concorrem para a configuração das práticas jornalísticas, ligadas estas a limites de ordem interna (regras de conduta e de enquadramento da linguagem, metas a alcançar, cobrança de camadas hierarquicamente superiores da empresa e dos colegas, etc.) e de caráter externo (disputas na construção e posterior imposição de sentidos diversos, pressões relacionadas a interesses econômicos, movimentos de setores da sociedade civil, etc). Considerar essas inúmeras interferências é importante para o reconhecimento de que as práticas dos meios de comunicação produzem textos entrecortados por inúmeras vozes, segundo o conceito de polifonia de Mikhail Bakhtin (1990, 1992).

Isso contribui para o entendimento da atividade jornalística como a elaboração constante de um grande e contínuo diálogo entre os múltiplos atores envolvidos na produção e recepção de discursos (PINTO, 2002). Veja-se que, aqui, o termo “diálogo” não se restringe à conversa entre dois interlocutores, mas igualmente faz referência às expectativas geradas num público que, em contrapartida, passa a requerer o ajustamento da mensagem a seus gostos e exigências.

No que se refere à estrutura da argumentação montada nesta ocasião, este capítulo obedece à determinação de debater a configuração assumida pela mídia na relação com a realidade social. Será, então, ampliada a discussão acerca do seu atual papel pelo

entendimento de que os meios de comunicação funcionam como produtores de discursos simbólicos, descartando-se a visão de que seriam meros veiculadores de discursos de terceiros. Busca-se, com isso, demonstrar que os jornais, além de assumir a função de receptores de diversos discursos que circulam na sociedade, são, ao mesmo tempo, produtores de sentido, característica esta que possibilita compreendê-los como uma instância que, ao contrário do que se costuma pensar em muitas entradas teóricas no tema, vai muito além de uma simplória “via de mão única”.

Será ainda destacada a importância da transformação na produção e na circulação de conteúdos simbólicos, ocasionada, dentre outros fatores, pela evolução dos meios de comunicação, seguida de um breve relato sobre as principais características das formas simbólicas. Discute-se, ademais, a literatura que aborda a Semiologia dos Discursos Sociais, tomando por base, sobretudo, as explicações de autores como Verón (s/d), Fausto Neto (1991, 1995, 1999, 2000, 2004), Pinto (1995, 2002), Lopes (1998) e Duarte (2005), concentrando-se, no último item, a análise da idéia de que os jornais se apresentam como sujeitos semióticos, pelo que se lhes apontarão certas características que os tornam sujeitos portadores de uma identidade própria, algo, sem dúvida, mais profundo do que uma mera personalidade jurídica.

2.1 – O jornal como espaço de produção, circulação e recepção de discursos

Da literatura sobre comunicação, formada pelo conjunto de estudos iniciados ainda nas primeiras décadas do século XX até o presente momento, é possível distinguir e classificar duas grandes correntes teóricas, que se diferenciam pelos modos próprios de compreender esse fenômeno social⁷: a que considera a comunicação, acima de tudo, um fluxo de informação, numa linha que ficou conhecida como a escola processual da comunicação e a que a vê como campo de produção, circulação e consumo de sentidos, dando forma ao que ficou conhecido como a escola semiótica da comunicação. É certo que há uma diferença temporal considerável entre as duas correntes. No entanto, tal comparação serve para ilustrar o estágio teórico-metodológico em que atualmente se encontram os esforços analíticos que se debruçam sobre o campo da comunicação e do jornalismo.

⁷ Para ver mais, consultar TRAQUINA, Nelson (2001). Neste livro, o autor faz um apanhado sucinto, porém completo, da trajetória de pesquisa em comunicação no século XX.

A tentativa de conceber a comunicação a partir de seu caráter de transmissão de mensagens aparece pela primeira vez em 1949, na obra *A Teoria Matemática da Informação*, de Shannon e Weaver (WOLF, 2003). Nela se apresenta a estrutura de um modelo de comunicação elaborado com o propósito de descrever um processo técnico de transmissão de dados: uma fonte repassa uma informação a um transmissor que, por meio de um canal sujeito a ruídos, leva-a ao receptor, que a decodifica e possibilita o recebimento pelo destinatário.

Um parêntese se faz necessário a fim de elucidar o conceito, às vezes escorregadio, de *receptor*. A cada dia costuma-se dispensar mais atenção à figura do “outro” numa relação comunicativa, em boa medida devido aos contornos que este “outro” assume nos exercícios mais recentes de análises nas quais o receptor passa a ser considerado como um elemento fundamental à construção dos discursos. Desse modo, é natural que se realce a importância do “outro”, tendo em vista que os sentidos — que não são uniformes e não se encontram estocados à espera do melhor momento para serem usados, como se guardados em prateleiras — são construídos a partir do diferente, ensejado este pelas relações discursivas.

Para a Teoria da Informação, o receptor seria a pessoa — ou um aparelho — que recebe e decodifica uma mensagem transmitida por um emissor. Já para a Análise do Discurso, seguindo a diferenciação proposta por Charaudeau e Maingueneau (2004), o receptor pode ser entendido como *sujeito interpretante*, aquele que, sendo ou não o destinatário, recebe uma mensagem e deve interpretá-la utilizando-se de inferências e dados situacionais retirados do contexto e como *sujeito destinatário*, este o sujeito “idealmente visado”, assim chamado porque o “emissor destina sua mensagem com a idéia de que será interpretada da maneira que ele o deseja, e que inscreve, portanto, em seu ato de enunciação” (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004, p. 418).

Diferentemente do que previa o modelo da Teoria Hipodérmica da Comunicação, no qual existiria um fluxo de informações do emissor para o receptor, a abordagem semiótica marca o abandono da idéia da mídia como uma mera *veiculadora* de sentidos e assinala o acento de seu caráter de *produtora* de sentidos. Por essa razão, entende-se que os meios de comunicação são, também, construtores de sentido, uma vez que inseridos num ambiente permeado de disputas sociais pela consolidação da hegemonia dos diferentes discursos produzidos. É preciso acrescentar que, se no modelo semiótico a comunicação não é tomada, em nenhum momento, como um fluxo linear de informações, é de fundamental importância para a compreensão dos significados revelados por um texto que também se leve em conta o contexto de construção da mensagem.

Sob essa ótica, prevê-se a existência de um permanente estado de conflito, haja vista que, no universo da linguagem, tenta-se conquistar o outro pelo convencimento. Assim, um fato é produzido, circula e é consumido no mercado simbólico a partir da linguagem, sendo que a mídia busca apresentar ao leitor-ouvinte-telespectador-internauta noções de realidade que partem de processos de linguagem articulados em operações específicas (LOPES, 1998).

Reflexões sobre a comunicação e o jornalismo são impregnadas, porém e usualmente, por um tipo de compreensão que as associa a atividades despreziosas, neutras e isentas, nada além do absoluto ato de reproduzir discursos proferidos por outras pessoas, com os meios de comunicação se situando como simples instrumentos intermediários para a veiculação de falas exteriores. Por esse viés, negligencia-se a ampla dimensão do trabalho simbólico do jornalismo, reduzindo-o a um punhado de normas e regras específicas contidas, por exemplo, nos manuais de redação, que necessitam apenas de um pouco de prática e vivência cotidianas para serem absorvidas (FAUSTO NETO, 1991).

Ora, a perspectiva mais adequada para se lançar um olhar crítico sobre o fazer jornalístico prevê que a construção de discursos emitidos pelos jornais não se resume a um mero ato de apreensão, pelos jornalistas, de normas, convenções e técnicas. É porque, como explica Fausto Neto (1991), o desempenho das atividades jornalísticas perpassa as etapas de *operação e construção*, a partir da utilização de regras que não habitam o interior do sujeito-emissor, haja vista que quando este as utiliza, as estruturas normativas já existem no campo da linguagem. Assim, sua atuação não pode, de maneira nenhuma, ser avaliada como sendo apenas a operação maquinal de um determinado sistema de comunicação. Para Fausto Neto (1991, p. 26),

no ato de agir, a partir daquilo que lhe enseja o código, o sujeito opera sobre aquele, trabalhando através de procedimentos de seleção e de combinação, mediante unidades que, articuladas, vão se transformar em mensagens ou, de modo mais abrangente, em discursos sociais. Porém, este trabalho de operação não se resume apenas no interior do campo restrito do código, pois sendo verdade que o sujeito está situado no interior de uma semiose, se defronta com outros códigos — ou outros discursos — de que se empresta também para a construção de suas unidades discursivas. Portanto, do trabalho de operar sobre vários discursos resultam as construções que, no jargão jornalístico, podem ser chamadas de notícias.

Portanto, o trabalho de promover operações e construções que se dão no interior da linguagem não passam de *fases* de um trabalho ainda maior, que resulta na construção de discursos sociais. Constituem apenas fases, porque, como se tenta demonstrar, em geral o

processo de produção dos discursos — e dos discursos jornalísticos, em específico — ocorre de uma maneira tal que fica impossível não lhe considerar o aspecto plural e simbólico, caso contrário, haveria o erro de se buscar entender esse complexo processo de construção do real tomando, para tanto, somente o único momento de utilização de regras e normas previamente definidas, organizadas e disponíveis para o fim de classificação da realidade. Mais uma vez, Fausto Neto (1991, p. 31) afirma que “o discurso jornalístico se produz à base do concurso e do efeito daquilo que lhe ensejaram outros códigos, isto é, outras vozes e múltiplas polifonias que migraram de outros campos culturais ou que deles são tomados por empréstimo”.

É possível, então, dizer que, na sociedade atual, a mídia deixa de ser o lugar onde as representações sociais simplesmente se publicizam, para se tornar “um agente que constrói, articula, pedagogiza e hierarquiza saberes através de regras e poderes específicos, tomando para si um lugar que antes já fora de outras instituições sociais” (LOPES, 1998). Dito de outra forma, a mídia — ou especialmente os jornais locais impressos, como no caso deste estudo — além de ser uma arena para a qual convergem os discursos produzidos na sociedade, devido aos traços particulares que reúne quando aceita abrigar outras falas, acaba agindo, igualmente, na esfera da produção de sentidos, tendo em vista que tais discursos são submetidos, entre outros, às suas normas, padronizações estético-espaciais, hierarquias, prazos, pressões e adequações publicitárias.

É nestes termos que os dispositivos jornalísticos não funcionam somente como mediadores de outras representações sociais, nem se limitam à tarefa de promover interações entre os atores sociais. Vão mais além, na medida em que promovem a disputa de sentido entre diferentes instituições e atores, segundo regras, disposições e operações inerentes às fronteiras do *habitus* e da cultura jornalística. É neste momento que as novas estratégias do discurso jornalístico visualizam as condições pelas quais o campo dos *media* estaria se voltando para a construção de novas possibilidades de intersubjetividades na sociedade. Os *media* se convertem em dispositivos que intervêm na própria estruturação e no funcionamento do espaço público, segundo modalidades de ações, estratégias e competências que emanam das operações simbólicas do funcionamento das suas enunciações (FAUSTO NETO, 2000, p. 96).

A partir desse olhar, a pobreza — assim como inúmeras outras questões sociais — pode ser percebida em seu aspecto concreto, constatável por meio de uma rápida observação de exemplos capazes de ser identificados como casos palpáveis desse drama, embora também constituída por outras dimensões, que extrapolam sua face visível, configurando-se como uma construção discursiva. Assim, a assertiva de que a mídia funciona como espaço de recepção e produção de sentidos abriga outra particularidade: ao contrário do que há pouco se pensava, a

produção de sentidos acarretada pelos *media* não pode, em hipótese alguma, ser considerada como um fluxo de mão única.

Sem embargo da redundância, a concepção de comunicação adotada pelas pesquisas mais recentes nessa área — onde se enquadra a Semiologia dos Discursos Sociais — aponta os meios de comunicação não apenas como um emissor de mensagens sujeitas a codificação, pois isso denotaria a predeterminação dos sentidos, sendo, então, mais adequado tê-los sob a perspectiva de um “sujeito munido de uma intenção, de uma competência e investido de um projeto de fala” (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004, p. 184). Tal visão em nada se alinha à antiga forma de conceber a mídia como algo próximo de uma entidade sobrenatural, sempre pronta para manipular o receptor (um sujeito inerte, passivo), o que acaba resultando na imagem tão propalada de um verdadeiro “quarto poder”.

Devido à atual compreensão do processo de construção dos discursos jornalísticos, sob a ótica da Semiologia dos Discursos Sociais, tem-se que o sentido não é, de modo algum, algo fechado no objeto a ser representado, mas, ao contrário disso, está em processo de permanente construção via atividade discursiva. Como a Análise do Discurso apresenta como objeto “as práticas discursivas que se concretizam em discursos e tem sua materialidade expressa nos textos” (LOPES, 1998, p. 65), independentemente de qual seja a maneira como se dão, observa-se que da relação entre o modo próprio de operar dos meios de comunicação e as representações que aí se constroem decorre a ascensão dos seguintes pontos:

a) a linguagem é o grande “reservatório” onde se gestam os processos de produção de sentidos; b) as representações resultam de operações feitas junto às linguagens, delas resultando no texto, como seu lado visível; c) as representações tornam-se matrizes culturais na medida em que são sistematicamente significadas pelos processos de produção de sentidos; d) os processos de produção de sentido estão sempre inseridos em sistemas e contextos produtivos, o que significa dizer que as representações estão sempre situadas; e) as representações estão situadas pelo fato de que quem as gera e as põe em circulação são os campos sociais que seguem regras e operações dos sistemas produtivos que as engendra (FAUSTO NETO, 2004, p. 27).

Fica, assim, manifesto que o caráter discursivo da atividade jornalística pressupõe que a construção da(s) realidade(s) pela mídia é feita a partir da operação dos sistemas de linguagens, num processo que se desdobra, ao mesmo tempo, na produção e na circulação de um sem-número de construtos simbólicos. Esse tipo de evidência marca a distinção entre as abordagens teórico-analíticas mais antigas — que se contentavam com o fechamento na letra

do texto — e a atual maneira de perceber, apreender e compreender os significados contidos nos discursos pela análise de traços constitutivos das formas simbólicas.

2.2 – Transformações na produção e circulação de conteúdos simbólicos

O desenvolvimento tecnológico experimentado na transição do século XIX para o XX — particularmente com o aparecimento das modernas tecnologias de comunicação que proporcionaram o surgimento do cinema, do rádio e da TV, e a ampliação da capacidade de impressão e circulação dos meios impressos — pode ser apontado, sem maiores problemas, como um dos principais responsáveis pelas mudanças ocorridas nas formas de interação interpessoal. Parece redundante dizer que tomar conhecimento hoje de fatos ocorridos em ambientes distantes do círculo social a que se pertence é algo possível, em larga escala, pela ação mediadora dos meios de comunicação, o que acontece quando, ao seguirem práticas institucionalizadas e regras próprias, terminam promovendo a adequação de acontecimentos cotidianos às feições típicas da notícia, embora esta não seja a única função da mídia.

De fato, uma característica central de modernidade das sociedades atuais é contribuição da mídia quando esta confere um certo ordenamento das discussões empreendidas pelas pessoas, ficando difícil, como lembra Guareschi (2000), pensar o mundo sem considerar o desempenho cotidiano dos meios de comunicação, apesar de não funcionarem exclusivamente como suportes para as representações construídas por inúmeros outros atores sociais. Não por acaso, a mídia se configura como uma instância importante no mundo atual, capaz de reverberar sentidos emitidos pelas problemáticas sociais, assumindo a posição de um agente que confere significados. Além disso, sob este olhar, ela se torna um meio de difusão de informações e relatos sobre acontecimentos e, como tal, exerce um impacto na opinião pública (CHAMPAGNE, 1998).

Assim, a preocupação com as representações construídas pela mídia encontra razão na crescente relevância atribuída à sua característica que ela possui de emitir discursos que, no mesmo instante em que emitem significados, atribuem explicações para determinados fatos sociais e revelam dimensões explicativas da realidade. Em outros termos, uma das características marcantes da atualidade é, exatamente,

o inesgotável fluxo de conteúdos simbólicos, disponibilizados pelos meios de comunicação, a um número cada vez maior de pessoas e que, de certa maneira, conformam a realidade, as relações e a subjetividade individual (GUARESCHI, 2000, p. 43).

Abordar, então, algumas características das formas simbólicas torna-se uma exigência teórica imposta pela natureza mesma do objeto de estudo da presente pesquisa, haja vista que se pretende recuperar os significados de pobreza expressos pela mídia local. Nessa direção, Jovchelovitch (2000, p. 92) ressalta que

dadas as formas como a mídia *transforma* e, de certa forma, *define* a circulação de bens simbólicos em sociedades contemporâneas, ela se torna uma fonte importante de reflexão para o estudo das representações sociais.

É oportuno evidenciar que um dos preceitos éticos mais enraizados nos meios jornalísticos, o princípio da objetividade da informação, tenta produzir o equívoco de que a transmissão de bens simbólicos por intermédio de atos comunicativos é desprovida, ou mesmo imune, de qualquer subjetividade. A agravante disso reside em que os profissionais de imprensa se impregnam desse modo de conceber a mídia muito cedo, ainda nas escolas de comunicação, onde tal visão encontra ambiente propício para se difundir e mais tarde ganhar força nas empresas que exploram a atividade jornalística.

Seguindo a mesma matriz de pensamento, avulta outra imagem, há muito cristalizada no senso comum, inclusive em reiterados esforços publicitários das próprias empresas de mídia para se auto-anunciar. Trata-se da fantasia de que os meios de comunicação são verdadeiros espelhos da realidade e os jornalistas as entidades mágicas encarregadas de capturar e reproduzir fielmente cópias dessa realidade, configurando isso um certo exagero, na medida em que os jornalistas aparecem como figuras míticas e os receptores como seres um tanto bestializados. Mas é razoável ponderar que nem todas as pessoas entram em contato com uma notícia de maneira plenamente consciente do seu processo de produção, que começa com a elaboração da pauta, passa pela apuração e investigação, sofre idas e vindas em busca da “melhor” fonte, atravessa negociações, conflitos, seleções, adaptações, construção e reconstruções até resultar na posterior publicação, um caminho longo demais para a preservação da “objetividade jornalística”. Sobre o assunto, Martino (2003, p. 90) assevera que

[...] entre essas duas ordens de realidade — o que existe e a representação que fazemos do que existe — surge inevitavelmente a “falta”, ou seja, a diferença entre ambas. Presente sempre no âmbito das comunicações informativas, a “falta” é a distância inevitável entre a representação que o jornalista faz da realidade e da própria realidade a ser descrita, a impossibilidade, para o simbólico, de abordar o real. Justamente essa falta impede a objetividade pura de qualquer atividade codificadora. A representação do jornal enquanto “espelho” da realidade perde a sua validade, revelando-se um “espelho mágico”, que reflete a realidade de acordo com as distorções, fragmentações e representações utilizadas.

Tendo em vista, então, o propósito desta investigação, que é o empreendimento de uma análise sobre o modo como os jornais teresinenses montam suas estratégias discursivas acerca da pobreza urbana na capital, revelando, a partir daí, representações acerca desse problema, faz-se necessária a exposição de determinadas características responsáveis por apontar a possibilidade de as formas simbólicas virem a se configurar como fenômenos dotados de significado. A primeira delas tenta esclarecer que se consideram como “formas simbólicas” os elementos que fazem a mediação entre o homem e sua realidade e que, quando funcionam na atribuição de sentidos, permitem não só a compreensão da realidade, mas também de como são elas próprias que as constituem (PIRES, 2001). A segunda refere à sua localização, presentes que estão elas em um vasto conjunto, que engloba desde obras de arte, anúncios publicitários, fotografias, outdoors, cartazes, gestos, rituais e textos jornalísticos, entre outros.

Nesse sentido, tomando por base a esquematização proposta por Thompson (2002), figuram entre as principais características das formas simbólicas aquelas que revelam os seguintes aspectos: *intencionalidade*, *estruturalidade*, *convencionalidade*, *contextualidade* e *referencialidade*. O autor auxilia a discussão principalmente quando apresenta um debate sobre a importância da transformação ocorrida na produção e na circulação de conteúdos simbólicos, conferida, em parte e ao longo do tempo, pela evolução dos meios de comunicação.

Sublinhe-se que o caráter *intencional* das formas simbólicas subjaz ao fato de que são produzidas por um sujeito que tenta alcançar outro(s) sujeito(s). Ou seja, quando um sujeito constrói e emprega formas simbólicas, carrega consigo um *propósito* e delas se utiliza para expressar o que tem a dizer, de sorte que o sujeito-receptor, ao percebê-las e interpretá-las, logo se dá conta de que está em contato com uma mensagem a ser entendida (THOMPSON, 2002).

Não que a análise do significado contido nas formas simbólicas seja possível unicamente pela consideração das intenções do sujeito que a produz. É que, se a produção e o

emprego de formas simbólicas devem ser percebidos como derivados de um sujeito que age intencionalmente, o significado nelas contido não corresponde obrigatoriamente ao que o sujeito-produtor quis dizer. Thompson (2002, p. 185) adverte que “a divergência pode ser ainda mais comum no caso de formas simbólicas que não estejam ligadas a uma situação dialógica”, como é o caso, por exemplo, de textos de jornais, obras de arte e poesias, dentre outros, que podem exprimir significados ou sentidos muito diferentes das intenções originais do produtor, o que impede explicações baseadas tão-somente nesta chave analítica.

Sobre o aspecto *convencional*, entende-se que a construção ou o emprego — e também a interpretação — de formas simbólicas implica o uso de códigos, normas, princípios e regras as mais variadas. No entanto, não se exige que todos os envolvidos numa situação de produção ou de interpretação de formas simbólicas estejam plenamente conscientes do uso dessas normas, uma vez que tais regras integram um conjunto de conhecimentos tácitos, de domínio e reconhecimento implicitamente sociais que ainda são utilizados em situação cotidiana de modo essencialmente prático. Segundo Thompson (2002, p. 186), sendo social, esse tipo de conhecimento está sujeito a correções e sanções porque

se produzimos uma manifestação verbal que está gramaticalmente incorreta ou se expressamos nossas emoções de uma maneira anormal para as condições predominantes, nossa manifestação ou expressão podem ser corrigidas ou sancionadas de determinadas maneiras. A possibilidade de corrigir ou de sancionar a produção e a interpretação de formas simbólicas demonstra o fato de que esses processos tipicamente envolvem a aplicação de regras, códigos e convenções sociais.

Ademais, há a distinção entre as esferas da produção e a da interpretação de formas simbólicas, já que, em cada caso, faz-se uso, respectivamente, de normas de codificação e decodificação, sem a necessidade de que sejam, obrigatoriamente, coincidentes ou coexistentes.

Outra característica das formas simbólicas diz respeito ao seu caráter *estrutural*. Como sugere Thompson (2002, p. 187), “as formas simbólicas são construções que exibem uma estrutura articulada, no sentido de que consistem, tipicamente, em elementos que se colocam em determinadas relações uns com os outros”. Dessa forma, há a possibilidade de que essa estrutura seja formalmente analisada, pelo que cabe uma distinção entre a *estrutura* de uma forma simbólica e o *sistema* corporificado em uma forma simbólica. Nas palavras de Thompson (2002, p. 188),

a *estrutura* de uma forma simbólica é um padrão de elementos que podem ser discernidos em casos concretos de expressão, em efetivas manifestações verbais, expressões ou textos. Um *sistema* simbólico, por contraste, é uma constelação de elementos — podemos descrevê-los como “elementos sistêmicos” — que existem independentemente de qualquer forma simbólica particular, mas que se concretizam em formas simbólicas particulares.

A análise da estrutura de um texto jornalístico, por exemplo, pode ser uma tarefa mais facilmente empreendida caso o analista domine o sistema que ganha corpo numa forma simbólica. Quer dizer, depende de seu conhecimento sobre tempos verbais, advérbios, pronomes, classes de palavras, etc. Todavia, é preciso reconhecer que, mesmo sendo uma peça importante do estudo das formas simbólicas, pois permite um conhecimento melhor dos significados que transmitem, algumas limitações se impõem quando se consideram apenas os seus traços estruturais. Duas dessas limitações serão apresentadas a seguir, porque são, ao mesmo tempo, características das formas simbólicas: uma que evidencia o seu aspecto referencial e uma outra que chama a atenção para o seu caráter contextual.

O aspecto *referencial* salienta que, embora os significados das formas simbólicas sejam construídos a partir de traços estruturais e de sistemas simbólicos, esses elementos não são suficientes para esgotá-los. É que, como aponta Thompson (2002, p. 190), “as formas simbólicas são construções que tipicamente representam algo, referem-se a algo, dizem algo sobre alguma coisa”, por isso, “para entender o aspecto referencial de uma forma simbólica é necessária uma interpretação criativa que vai além da análise dos traços e elementos internos e que busca explicar o que está sendo representado ou o que está sendo dito”. Isso impede que as formas simbólicas sejam analisadas estritamente como um conjunto de traços estruturais e de elementos sistêmicos emendados por um fio que os mantém unidos.

Têm ainda, as formas simbólicas, um caráter *contextual*, segundo o qual são produzidas, transmitidas e recebidas em contextos particulares e indispensáveis à compreensão de seus significados. Nesse sentido,

formas simbólicas mais complexas, tais como discursos, textos, programas de televisão e obras de arte, geralmente pressupõem uma variedade de instituições específicas dentro das quais, e por meio das quais, essas formas simbólicas são produzidas, transmitidas e recebidas. O que essas formas simbólicas são, a maneira como são construídas, circulam e são recebidas no mundo social, bem como o sentido e o valor que elas têm para aqueles que as recebem, tudo depende, em certa medida, dos contextos e instituições que as geram, medeiam e mantêm. Assim, a maneira como um discurso é interpretado por indivíduos particulares, sua percepção como um “discurso” e o peso a ele atribuído estão condicionados ao fato de que essas palavras

foram expressas por esse indivíduo, nessa ocasião, nesse ambiente e de que são transmitidas por esse meio (THOMPSON, 2002, p. 190).

Ora, a compreensão que se tem dos meios de comunicação social não mais permite enquadrá-los sob os contornos de meros lugares de recepção de discursos produzidos por outros atores sociais. Aliás, Fausto Neto (1991) articula que a concepção mais difundida hoje nos estudos da comunicação admite o funcionamento da mídia para além das características de mediação, como produtora de discursos que, ao agir conforme normas e padrões particulares, atua na própria construção do sistema de representações e, por extensão, na constituição de uma parte da realidade.

2.3 – Contribuições para a metodologia da Análise do Discurso

Tendo em vista o objetivo desta pesquisa, que é de analisar os processos de construção discursiva e simbólica que implicam o surgimento de noções de realidade referentes à pobreza urbana em Teresina, é importante abordar o modo como a Análise do Discurso contribui para a apreensão dos discursos simbólicos sobre esse drama social.

Assim, parte-se do entendimento de que a pobreza é simbolicamente apreendida e revelada em várias dimensões, resultantes de distintas construções de sentido e percebidas, de modo privilegiado, quando da comparação entre um meio de comunicação e outro. Ou seja, a comunicação simboliza de forma variada, o que acarreta o estabelecimento de múltiplas significações sobre a problemática da pobreza e tantas outras questões, haja vista as particularidades concernentes às economias discursivas adotadas a partir do critério utilizado, individualmente, em cada meio de comunicação.

Nascida em meados do século passado, a Análise do Discurso foi se delineando conforme a seguinte linha evolutiva: inicialmente, na chamada Semiologia da Primeira Geração, caracterizada pelas pesquisas realizadas por volta dos anos de 1960, verifica-se um fechamento na letra do texto, donde se pensava ser possível descrever e compreender todo o sentido ali contido. Já a Semiologia de Segunda Geração, que marca os anos de 1970, busca fugir da análise imanentista que caracterizaria a primeira geração de pesquisas e começa a dispensar alguma atenção à produção de sentido quando procura traçar o processo de estruturação de textos, baseando-se, para tanto, no estudo de gramáticas generativas. No

estágio atual, figura uma linha de estudos, ainda muito recente, conhecida como Semiologia de Terceira Geração, cujo diferencial é a preocupação de compreender não somente a etapa de *produção*, mas todo o processo que inclui a *produção*, a *circulação* e a *recepção* de sentidos.

Nessa concepção, há o abandono de um modo de olhar deslumbrado a textos que, durante algum tempo, geraram conclusões decorrentes do deslinde dos diferentes níveis de gradação ideológica neles “camuflada”. Na verdade, isso tudo não representa mais nenhuma novidade, posto que o objetivo primeiro de qualquer comunicação é consolidar hegemonicamente seu discurso em detrimento do discurso do outro. Quer dizer, o importante não é descobrir se um texto esconde ou não intenções ideológicas e em que grau estão subjacentes, mas a pergunta que se faz agora é *como* determinados discursos se tornam hegemônicos e *como* se cristalizam na sociedade?

Denotaria hoje uma certa ingenuidade continuar a dispensar esforços em tratar os textos independentemente de seus contextos, retornando à elaboração de análises estritamente imanentistas, “esquecendo-se sua ‘opacidade’ ideológica, que a análise de discursos coloca em primeiro plano” (Pinto, 2002, p. 29). Afinal, todo discurso carrega consigo, necessariamente, a dimensão do ideológico, que é, segundo Pinto (2002, p. 46), “responsável pela produção de qualquer sentido social [e] principalmente um mecanismo formal de investimento de sentidos em matérias significantes”.

Assim, como propõe o semiólogo argentino Verón (1973)⁸, “a mensagem seria como um ponto de passagem que dá suporte à circulação social das significações”. Cabe ao analista de discursos identificar quais as marcas presentes nessas mensagens materializadas em textos e que, por sua vez, tornarão possível a interpretação dos sentidos. Em outras palavras, diz Lopes (1998, p. 66) que

as marcas e as estratégias enunciativas permitirão, ao analista, descobrir porque, em uma certa situação, uma produção textual foi investida por certas operações de sentidos e não por outras. O sujeito definido pela Semiologia dos Discursos Sociais não controla seu discurso. Ele é condicionado pela preexistência da topografia social e alcança sua identidade no interior dos “lugares” que o ultrapassa.

Na etapa de apreciação do *corpus*, momento de empreender a um exame que visa à compreensão da construção simbólica da pobreza urbana pelos jornais teresinenses, adotar-se-

⁸ Um texto-chave para consulta é VERÓN, Eliseo (1973), cuja tradução, a que se teve acesso, é Quando ler é fazer: a enunciação no discurso da imprensa escrita, sem data.

ão as contribuições recentes, que se centram na Teoria da Enunciação ou, como é mais conhecida, na Análise de Discurso.

Os antecedentes da Análise de Discurso remontam à classificação das representações a partir da utilização de técnicas da Análise de Conteúdo. Nascida no início do século XX, nos Estados Unidos, a Análise de Conteúdo surgiu em meio a pesquisas empíricas sobre os efeitos dos meios de comunicação de massa. A principal diferença desta tradição investigativa para as que hoje se juntam à moderna Análise do Discurso reside no fato de a abordagem que privilegia o conteúdo se caracterizar por projetar um olhar compartimentado sobre o objeto, de modo que o processo de compreensão da realidade seria, especialmente, um produto da busca de considerações acerca das funções da língua no processo discursivo. Basta ver, nesse sentido, a definição de Bernard Berelson, um dos principais colaboradores juntamente com Paul Lazarsfeld e Harold Lasswell: “A Análise de Conteúdo é uma técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004, p. 42).

Já a Análise do Discurso — o avesso do logo antes exposto — não se prende a um fato gerador, uma vez que deriva da convergência de disciplinas como a lingüística, a sociologia, a psicologia e a semiologia. Segundo Fausto Neto (1991, p. 17), ela desponta, atualmente, como a responsável por toda uma mudança na discussão que

desloca o centro do problema e, por exemplo, repercute nos estudos de discursos, não se fixando mais sobre o estudo das representações (conteúdo) em si, mas sobre as maneiras *como* as representações são realizadas. Desloca-se o interesse do *que* para o *como*, para o que contribuem os estudos sobre a enunciação. Visa argumentar que as operações que o sujeito realiza, para constituição do discurso, resultam da subjetividade sobre o que ele necessariamente nada sabe *a priori*. [...] Isso remete para uma discussão que procura contestar a idéia de que o sujeito sabe *a priori* manejar todas as operações que faz sobre este código maior que constitui a língua.

Sob essa perspectiva, a postura de definir os discursos como práticas sociais tem como conseqüência que a linguagem verbal e outras semióticas que compõem os textos integram o contexto social e histórico a que se referem, sujeitados, por isso, a pressões advindas da sociedade. Da mesma forma, apresenta-se como decorrência daquela definição a possibilidade de que todo discurso seja atribuído a um sujeito, que o assume como o responsável pelas representações contidas num texto, encaixando-se, nesta acepção, o reconhecimento de que os discursos materializados nos textos são polifônicos, uma vez que veiculam vários pontos de vista que nada mais são que inúmeras vozes neles distribuídas.

É preciso, pois, atentar para o fato de que, na Análise do Discurso não basta proceder à verificação imanente da ordenação de palavras que compõem um texto, o que levaria a uma ação quantitativa e mecânica sobre um dado *corpus*. Mais que isso, a interpretação dos significados se produz, consoante Pinto (2002) e Charaudeau e Maingueneau (2004), na consideração de um conjunto de fatores, como o *contexto* (o ambiente em que um texto é produzido, circula e é consumido), o *cotexto* (todos os textos dispostos no entorno de um texto: títulos, boxes, ilustrações, fotografias, etc) e os *interdiscursos* (o conjunto de relações implícitas ou explícitas que um discurso mantém com outros discursos).

Fica evidenciado, então, que a Análise de Discursos se empenha no exame dos papéis que os discursos exercem no processo de construção, reprodução, transformação ou mesmo manutenção das representações. É que, de acordo com Pinto (2002, p. 28),

por meio dos textos [...] se travam as batalhas que, no nosso dia-a-dia, levam os participantes de um processo comunicacional a procurar 'dar a última palavra', isto é, a ter reconhecido pelos receptores o aspecto hegemônico do seu discurso.

É possível dizer, com isso, que, no interior das instituições, os discursos, além de seguir regras e normas próprias, exibem sempre uma motivação ou, como sugere Pinto (2002), uma finalidade social previamente determinada.

Essa discussão dá ensejo ao entendimento de que a pobreza urbana é construída por meio de discursos, incluindo aqueles produzidos pela mídia. Ao realizar esse processo, as normas e regras que delineiam os diferentes gêneros discursivos — artigo, editorial, reportagem, etc. — acabam deixando marcas, propostas pelo enunciador, impressas, implícita ou explicitamente, nos textos.

Assim, com seus conhecimentos de Teoria da Enunciação, que dá suporte à compreensão dos discursos sociais, o analista deve identificar e explicar os indícios que indicam a construção simbólica e, embora partindo de um *corpus* pré-delimitado, não ficar a ele preso, haja vista a necessidade de se dispensar igual atenção 1) ao contexto, 2) à estrutura social e 3) aos dispositivos de leitura detectados pela diferenciação nos modos de constituição das modalidades de enunciação adotados pelos suportes.

Aliás, uma grande contribuição atribuída à Semiologia de Terceira Geração diz respeito exatamente ao *funcionamento da enunciação*. Esta, apenas para esclarecer, é um conceito entendido como algo concernente ao *dizer* e aos *modos de dizer*, diferentemente do enunciado, que se atém ao *dito*. Como já registrado em mais de uma oportunidade, o interesse

é deslocado da análise do que o texto diz ou mostra — o que acarretaria uma análise limitada à letra do texto — para o exame de *como e por que* certas estratégias são utilizadas para dizer ou mostrar algo. Ou seja, interessa à Análise do Discurso contribuir com a oferta de uma explicação acerca dos *modos de dizer* identificados nos textos.

Tomando por base a didática exposição de Pinto (2002), assinala-se que, na produção de um texto, são utilizadas a linguagem e outras formas semióticas (como as imagens, por exemplo), obedecendo, fundamentalmente, a três funções que permitem notar os modos de dizer: fala-se das funções de *mostrar*, *interagir* e *seduzir*, todas interligadas e complementares.

A função de “*mostração*” consiste, segundo Pinto (2002, p. 27), “no uso referencial da linguagem e de outras semióticas, pelo qual são criados os universos de discurso em jogo no processo comunicacional”. Quer dizer, quando se produz um texto, o enunciador busca descrever as coisas sobre as quais fala, situando-as temporal e espacialmente, levando em conta os conhecimentos que o receptor possa ou não ter do referente por ele, enunciador, construído, tanto que na construção do universo relatado num discurso, são realizadas pelo enunciador, simultaneamente, as seguintes operações de delimitação: 1) que ele assume como dos seus próprios conhecimentos; 2) que ele acredita ser do conhecimento do co-enunciador; 3) o que ele tem como de conhecimentos partilhados entre os dois. A partir desse exercício é que se constituem as figuras do enunciador e do co-enunciador.

Os lides⁹ das reportagens são bons exemplos de “*mostração*”, como se vê na matéria a seguir (Jornal O Dia, Teresina, 07/08/2004), intitulada “Sem emprego, jovem coloca o rim à venda”:

Logo após ter o primeiro filho, Isaías Ferreira da Silva, de 23 anos, perdeu o emprego. Isso aconteceu há cerca de três anos. De lá pra cá, nasceu mais um filho e nenhuma oportunidade de emprego apareceu. Desesperado, Isaías Silva só viu uma solução pela frente: colocar o rim à venda.

⁹ Existe toda uma discussão, no item 2.1 deste capítulo, segundo a qual os meios de comunicação alardeiam manifestações de auto-proclamação em torno da necessidade de isenção e objetividade no repasse de informações em forma de notícias. Ao assumir essa postura, são alçados à categoria de “espelhos fiéis da realidade”, apagando sumariamente a dimensão simbólica dos discursos. Para permitir ou facilitar esse caminho, são produzidos manuais de redação e estilo para, dentre outros objetivos, apresentar uma descrição padronizada dos elementos que compõem e caracterizam o texto jornalístico, sendo um desses elementos o “lide” (do inglês *lead*, ou “principal”), como é conhecido o primeiro parágrafo do texto jornalístico, local onde podem ser encontradas rapidamente as principais informações da matéria pela pronta resposta às perguntas O quê? Quem? Quando? Onde? Como? Por quê?. “As perguntas que não puderem ser esclarecidas no primeiro parágrafo deverão figurar, no máximo, no segundo, para que, *dessa rápida leitura, já se possa ter uma idéia sumária do que aconteceu*” (MARTINS, 1990, *grifo nosso*).

Apenas no primeiro parágrafo, várias operações de enunciação que atendem à função de “mostração” podem ser percebidas, com a intenção de situar o leitor no tempo e no espaço: 1) existe uma personagem central na reportagem: Isaías; 2) Isaías é jovem: tem 23 anos; 3) Isaías está desempregado; 4) Isaías ficou desempregado quando teve o primeiro filho; 5) Isaías tinha, na época, somente 20 anos; 6) Isaías tem, hoje, dois filhos; 7) Isaías continua sem emprego; 8) Isaías, diante de tal situação, apelou para uma medida extrema: publicar um anúncio informando a venda do próprio rim. Repare-se, pela quantidade de dados fornecidos que logo na abertura do texto o repórter procura situar o leitor sobre o assunto principal que pretende abordar.

A *função de interação* diz respeito, por sua vez, ao “uso da linguagem e de outras semióticas pelo qual são construídas as identidades e as relações sociais assumidas pelos participantes no processo comunicacional” (PINTO, 2002, p. 27). Busca-se, com essa função, o claro estabelecimento de relações de poder com o co-enunciador para, utilizando-se deste ator, agir sobre ele ou, por extensão, sobre o próprio mundo. A estratégia de que o enunciador lança mão para realizar a função de interação consiste na reprodução de hierarquias sociais reconhecidas pelos envolvidos num dado processo de comunicação, contribuindo, dessa maneira, para o reforço delas ou na tentativa de modificação das posições sociais predeterminadas, a partir de estratégias de convencimento ou persuasão.

Esta função se aplica pela utilização de formas ou estruturas gramaticais como a voz passiva, o uso de verbos, adjetivos e advérbios com valor modal (provável, possivelmente, etc) e por meio de verbos que indicam ação (prometer, ordenar, dizer, assegurar). Para esclarecer melhor, reproduz-se a matéria do jornal (DIÁRIO DO POVO, Teresina, 11/03/2004) que abre com o título “Polícia Militar faz despejo de 3 mil famílias na zona leste”.

Os vereadores Pedro Laurentino (PDT) e Cícero Magalhães (PT), e a diretora da Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários (FAMCC) Lucineide Barros tumultuaram ontem pela manhã o cumprimento de uma ação de reintegração de posse de um terreno na zona leste de Teresina, autorizada pelo juiz da 4ª Vara Cível Francisco Braz. Eles também são apontados como os responsáveis pela ocupação da área, de 102 hectares. O terreno pertence à Universidade Federal do Piauí. A operação de reintegração de posse transcorria com tranqüilidade, na área denominada de Parque Leste, até a chegada dos vereadores e da presidente da FAMCC. Os parlamentares incitaram os invasores a resistir e não permitir o despejo. Para garantir o cumprimento da ordem judicial, os policiais militares, comandados pelo coronel Bertolínio, fizeram algumas prisões de pessoas que estavam tumultuando e prejudicando o desenvolvimento da operação.

Abusando-se do uso de verbos e expressões próprias do linguajar jurídico e policial (“garantir o cumprimento”, “ação”, “reintegração de posse”, “autorizada”, “ordem judicial”, “comandados”, “operação”), faz-se a clara marcação de quem tem o poder de dar ordens, quem indica as normas corretas, quem detém o poder de dizer o que deve ou não ser feito, quem conhece as leis, quem executa e dá cumprimento a decisões do Estado. Por outro lado, determinadas passagens colaboram para a delimitação das figuras opositoras aos representantes da lei e da ordem, conforme se percebe em expressões como “A operação de reintegração de posse transcorria com tranqüilidade até a chegada dos vereadores e da presidente da FAMCC”, “tumultuaram”, “incitaram os invasores a resistir” e “prejudicando o desenvolvimento da operação”.

Com relação à *função de sedução*, pode-se dizer que ela seria o “uso da linguagem e de outras semióticas na busca de consenso, pelo qual se distribuem os afetos positivos e negativos associados ao universo do discurso em jogo” (PINTO, 2002, p. 27), com a finalidade de estabelecer uma relação de avaliação ou afetividade favorável ou desfavorável, muito semelhante ao que acontece com a função de interação.

FAMÍLIAS ALAGADAS SÃO JOGADAS NO VERDÃO

Os desabrigados das enchentes estão há dois dias no ginásio de esportes Verdão vivendo em péssimas condições. Grande parte das dependências do ginásio está sem energia e os banheiros não funcionam. As crianças não têm transporte escolar e estão perdendo aulas. As famílias perderam suas casas na enchente e ficaram alojadas nas escolas públicas estaduais. Como os prédios precisam ser liberados por causa do início das aulas, as famílias foram transferidas para o Verdão (DIÁRIO DO POVO, Cidades, Teresina, 20/03/2004).

O texto apresenta uma pequena, porém suficiente, descrição das condições precárias em que se encontram as famílias desabrigadas pelas enchentes e que passaram a ser alojadas no Ginásio de Esportes Verdão. Contudo, já no título o jornal adianta o ponto para o qual quer chamar a atenção de todos e que a descrição do ambiente e das dificuldades enfrentadas apenas reforça a idéia de que as famílias são “jogadas” no ginásio, ou seja, são descartadas como coisas inservíveis, quase como objetos atirados no lixo. Veja-se, assim, que ao término da leitura cria-se uma atmosfera de compaixão e aflição em face do tormento vivido por aquelas famílias.

Essa breve incursão pelas funções básicas assumidas pelos *modos de dizer* interessa para a expressão de que são essas modalidades responsáveis por dar forma àquilo que Verón (s/d) chamará de “dispositivos de enunciação”.

2.4 – O jornal e seu caráter de sujeito semiótico

Viu-se que, nas últimas décadas, houve uma mudança no modo de observar a dinâmica dos papéis assumidos pelos meios de comunicação: se, num dado momento, foram tidos, quase que exclusivamente, como *mediadores* de mensagens, hoje é mais comum aceitá-los também como *produtores* de discursos e representações. É que o contato entre a mídia e a realidade se dá segundo a utilização de processos de linguagem que variam conforme a particularidade das economias discursivas de cada meio de comunicação, de sorte que as operações resultantes do processo de enunciação determinam os modos como a mídia constrói seus objetos referentes — no caso em estudo, a pobreza urbana de Teresina. Tal concepção leva Fausto Neto (1991, p. 17) a afirmar que

[...] o que resulta desta operação nada mais é do que uma leitura, esta, enquanto processo de produção de sentido. Portanto, todo fato só circula, isto é, só tem um vigência, em termos sociais, caso ele seja estruturado pelos sistemas de linguagens. Uma das mais importantes conseqüências deste ponto de vista significa compreender o discurso não apenas como um signo qualquer, mas como um dispositivo mais complexo cujas leis, regras e inteligibilidade dependem daquilo que é imposto pela feição específica do suporte, no interior do qual se constrói o discurso. O suporte tem estratégias próprias para engendrar a noção de realidade.

Sobre a análise de tais estratégias se ocupará esta pesquisa na etapa de análise dos discursos do *corpus* selecionado para estudo. Antes, porém, torna-se necessário sublinhar algumas considerações teóricas acerca das estratégias ou, como prefere Verón, dos dispositivos de enunciação, adotadas pela mídia na construção de seus discursos.

Em páginas anteriores, foi dito que atualmente os jornais, longe de serem analisados tão-somente como suportes necessários à impressão de informações acerca do cotidiano, experimentam a acentuação de seu caráter de produtores de sentidos. Essa concepção se desenvolve por meio de teorias que se apóiam na lingüística e na semiologia, especialmente quando a literatura por elas gerada apresenta reflexões sobre o uso da linguagem e de outras

semióticas nos processos de comunicação. Sob essa ótica, tem-se que, uma vez realizado o papel cotidiano de relatar fatos diários, os jornais produzem discursos que impedem de classificá-los como simples e despretensiosos veiculadores de discursos dos outros, na forma de notícias.

Tais discursos — entendidos aqui como “objetos do conhecimento construídos a partir de produtos culturais empíricos”¹⁰ — recebem um ordenamento preciso e hierarquizado segundo regras próprias de cada suporte, de modo que, terminada a leitura, haja a sensação de total captura e, conseqüentemente, de plena compreensão do real e da atualidade. Não por acaso, o jornal produz discursos que se propõem a dizer o “ontem” com feições mais próximas do “agora” ou, no máximo, do “agora há pouco”.

Tal atividade se pretende — abertamente — de natureza pedagógica, haja vista que segue regras e normatizações predefinidas, quer sejam de ordem interna, quer externa, que contribuem para o reconhecimento do fazer jornalístico como uma tarefa premedida por limitações de toda sorte (falta de tempo, espaço, orçamento e recursos, autocensura e sentimentos, gostos e paixões dos jornalistas, freqüentes pressões dos patrocinadores, da sociedade civil e do governo, etc). Todas essas normas têm, claramente, a finalidade de *proporcionar* ou *sugerir* ao leitor a obtenção de uma melhor compreensão dos assuntos apresentados em cada edição, pois, dentre outras razões, todo discurso é concebido para atender aos propósitos do enunciador, tanto que é de extrema importância considerar que, ao utilizarem certos dispositivos de leitura e não outros, os jornais têm a intenção de “proporcionar” ou “sugerir” um caminho de leitura e nunca de “conduzir” a leitura, algo pretensioso demais para ser afirmado. Assim, para que sejam obtidos os resultados pretendidos com a busca da melhor sugestão de leitura, cada jornal lança mão de artifícios singulares ou, melhor dizendo, cada suporte recorre a estratégias de enunciação que julgam, individualmente, ser as mais adequadas para ofertar aos leitores, o que resulta na emergência de estilos próprios, capazes de defini-lo e de torná-lo um sujeito social.

Isto se dá porque, em face das escolhas dos dispositivos de enunciação a ser utilizados na construção de seus discursos, os jornais assumem uma imagem e uma identidade próprias (e também dos leitores), que contribuem tanto para marcar a sua definição diante do público leitor, quanto servem de auxílio para o estabelecimento e a manutenção de uma relação contratual com esse mesmo conjunto de leitores. Todo esse movimento permite a afirmação

¹⁰ Anotações de sala de aula na disciplina Comunicação Comparada, do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Piauí, assistida como ouvinte no primeiro semestre de 2006.

social do jornal como um “sujeito semiótico”¹¹, numa ação que ultrapassa qualquer tentativa de descrição objetiva em termos de sua personalidade jurídica, podendo-se mesmo fazer uma analogia com uma pessoa física devido a algumas características presentes em ambos, como, por exemplo, a necessidade de um nome, que é a mais rápida maneira de distingui-los dos demais sujeitos, um número de registro geral nas instâncias de governo (CNPJ), um endereço para localização, uma idade (data de fundação), existência de genitores (fundadores), descendência (sucursais), história de vida (trajetória editorial), aperfeiçoamentos (contratação de jornalistas mais bem preparados) e gostos (escolhas de caráter editorial), etc. Em resumo, esses exemplos são figurativos da possibilidade de se organizar o *perfil* de um determinado jornal, partindo da identificação de seus dispositivos de enunciação, do mesmo modo que seria feito se o sujeito fosse uma pessoa física, tarefa que se desenvolveria mediante a descrição física e psicológica do indivíduo em questão.

Portanto, à luz do que sugere Landowski (1994), o caráter de sujeito semiótico dos jornais é produto da expressão de sua subjetividade, traços característicos, diferenciais e marcas que lhe conferem um estilo próprio, evidenciando singularidades capazes de destacá-lo dos outros suportes. Nessa perspectiva, cabe ao leitor decidir-se, autonomamente, por este ou aquele jornal, embora Lopes (1998) advirta que, por mais livre que seja tal escolha, deixa ela transparecer, paradoxalmente, indícios de um certo grau de “normatização” do sujeito-leitor.

Eles [*os leitores*] são capazes de eleger em conhecimento de causa o suporte correspondente às suas necessidades específicas de informação, sabendo ler seletivamente o que corresponde a suas necessidades. Embora possa parecer paradoxal que o sujeito normatizado seja autônomo, esta relação é a mais contratual possível. [*Isso se dá porque*] a mídia não é entendida como a grande manipuladora das consciências e os receptores como simples agentes passivos consumidores de informação. Pelo contrário, o que se percebe é um nível bem alto de tensionalidade na relação, onde os suportes procuram ao máximo satisfazer os desejos da sua audiência, lançando mão de todas as formas de sedução (LOPES, 1998, p. 71).

Por esse ângulo, percebe-se que o entusiasmo capaz de movimentar a relação entre o jornal e seu leitor advém da segurança gerada pela familiaridade construída, ao longo do tempo, entre os dois.

¹¹ Sobre o assunto, consultar LANDOWSKI (1994) e LOPES (1998).

O encontro entre o jornal e o leitor se desenrola regrado pelas normatizações e convenções do modo do primeiro apresentar-se ao leitor pela sua configuração visual. Sua identidade constrói-se visualmente, resultando em que aquilo que o leitor sente pelo jornal, antes de tudo, é concretizado pelo que esse dá a ver de si mesmo. [...] Se o leitor professa esse culto ritualizado, no transcurso diário do advento da leitura, a sua vivência também passa a ser um objeto de valor. Antes do que se lê no jornal, a escolha da leitura é decisão do sujeito que a arranja, segundo um certo modo de fazê-la, que é reiterado. Todavia, de igual modo, a recíproca se coloca, uma vez que o jornal armazena os desencadeadores da prática desse rito mostrando, por seu lado, que ele se arranja estruturalmente para manter a sua identidade que o fez ser o preferido do leitor e, com os seus cuidados para reiterá-la, ele cultiva a sua constância (OLIVEIRA, 2004, p. 3).

A forma de interação entre jornal e leitor ganha solidez, então, no exercício de papéis marcados pela assiduidade. De um lado, o leitor passa a desejar a constância da relação em razão da certeza de que ali se pode provar do já provado, sem turbulências ou mudanças repentinas e, do outro, o jornal a vai nutrindo com a manutenção de sua identidade, pois é assim que ele se foi tornando o preferido do leitor, não se esquecendo do cuidado de estar, permanentemente, em busca de estratégias eficazes para garantir a sustentação desse elo. Aliás, tudo isso de que se tratou até aqui como uma “relação entre o jornal e o leitor” é o mesmo que Verón prefere designar como um “contrato de leitura”.

2.4.1 – O contrato de leitura entre o jornal e o leitor

A observação dos elementos que dão forma aos jornais leva à rápida constatação de que todos eles exibem alguma semelhança física em comum, permitindo-se-lhe a caracterização como meios impressos de comunicação: têm conjuntos de páginas organizadas em blocos (cadernos), seguem tamanhos mais ou menos regulares (variando entre os formatos tablóide ou *standard*), utilizam quase a mesma gramatura de papel (papel-imprensa); organizam os textos em colunas e elegem o assunto mais importante da edição para resumi-lo numa frase em destaque (manchete). Todavia, cada suporte, para conseguir uma unidade das partes que o constituem, elabora e implanta um projeto gráfico que fornece, dentre outras indicações, a orientação geral sobre a distribuição das reportagens, os tipos gráficos, as cores a predominar na mancha de impressão, a logomarca, os slogans, o equilíbrio texto/imagem, a largura das colunas, o espaçamento entre as colunas e o balanceamento entre os elementos de informação noticiosa e a publicidade.

Monta-se, enfim, um plano norteador do arranjo das informações nas páginas e nos cadernos, a partir de indicações minuciosas a serem adotadas repetidamente ao longo de anos, o que resulta na criação do chamado discurso gráfico do jornal. Este discurso tem como proposta fascinar, mostrar, interagir, seduzir, chamar a atenção e ordenar a percepção do leitor para os propósitos do enunciador, inseridos no texto jornalístico. Quer dizer, o discurso gráfico, ao lado de outras estratégias discursivas, busca a adesão do outro ao discurso de quem o constrói.

Na perspectiva de Lopes (1998, pp. 66-7), a materialização dos discursos se dá nos textos, na verdade os objetos empíricos nos quais se manifestam “uma multiplicidade de traços decorrentes de diferentes ordens de determinação, [*de sorte que*] todo discurso esboça um campo de efeitos de sentido e põe em funcionamento a enunciação.” Como antes evidenciado, a enunciação — da ordem do “dizer” e das “modalidades do dizer”, ao contrário do enunciado, que é da ordem do “dito” — constrói aquilo que Verón, na obra já citada, chama de *dispositivos de enunciação*, os quais comportam três elementos: 1) a imagem daquele que fala, ou seja, o lugar que o enunciador atribui a si mesmo; 2) a imagem daquele a quem o discurso é dirigido, pois, ao construir seu lugar no e pelo discurso, o enunciador define, ao mesmo tempo, seu destinatário, 3) a relação entre o enunciador e o destinatário proposta no e pelo discurso.

Acerca do terceiro elemento, compreende-se que, ao perseguir a finalidade de garantir a manutenção do vínculo entre o jornal e o leitor, é firmado um “contrato de leitura”. Mediante a celebração tácita desse contrato, cada um se compromete a cumprir o acordo até o limite de suas necessidades, bem aos moldes do que acontece nos contratos jurídicos: lá como cá, quando um dos envolvidos não está mais satisfeito, desfaz-se imediatamente o pacto por manifestação de uma das partes. Depreende-se, então, que

no contrato o que importa é a *relação* entre um suporte e seu público, [*quer dizer*] as *estratégias* utilizadas na construção do discurso, [*já que*] o discurso de cada suporte é um espaço imaginário onde diversos percursos são oferecidos ao leitor (LOPES, 1998, p. 68).

Não é, assim, demais sublinhar a importância desta perspectiva para a Análise do Discurso porque, segundo Lopes (1998, p. 66), o contrato se revela “um sistema relacional empenhado na descoberta dos meios de construção do processo que está subjacente ao sentido produzido pelas operações discursivas”.

Mas o contrato de leitura não significa ignorar o conteúdo nem representa o abandono do enunciado em face de um total privilégio, desta vez da ordem da enunciação. Como diferencia Verón (s/d), o que é dito pelo enunciado também é considerado um elemento importante do contrato de leitura, embora numa perspectiva bem diferente daquela que se costuma observar na análise de conteúdo. Tal ponto de vista revela, por conseqüência, que o “real objeto” da Análise do Discurso não é propriamente a mensagem (independentemente da forma de conceituá-la, ora como um conjunto de signos, ora como um discurso), porém, fundamentalmente, a compreensão das etapas de produção, circulação e reconhecimento do sentido, no qual, consoante Lopes, “a mensagem não é mais do que ponto de passagem”¹². Desse modo, durante a análise de um suporte devem ser consideradas três exigências que conduzem à demarcação do contrato de leitura.

A primeira diz respeito à *regularidade das propriedades descritas*, uma vez que só será possível analisar o discurso de um determinado suporte pela identificação das suas “invariantes”, isto é, pelo reconhecimento das marcas que têm um certo grau de recorrência. Já a segunda está associada à *diferença obtida pela comparação entre suportes*, ou seja, é necessário localizar tanto as semelhanças quanto as diferenças regulares entre os suportes tomados para análise para, então, verificar-lhes as particularidades.

A terceira exigência é a da *sistematização das propriedades exibidas em cada um dos suportes*. Trata-se de determinar a configuração das propriedades de um dado suporte, satisfazendo as duas exigências anteriores da regularidade e da diferenciação, de modo a evidenciar o contrato de leitura. A partir daí, é permitido identificar os pontos fortes e fracos do contrato, bem como seus aspectos mais ambíguos e suas incongruências ocasionais.

O sucesso (ou o fracasso) de um contrato não passa pelo que é dito (o conteúdo) mas pelas modalidades de dizer o conteúdo. Frequentemente, a estagnação ou a queda do público resulta de uma alteração progressiva e insensível do contrato, ou então da introdução de modificações redacionais que engendram uma incoerência no contrato. É o contrato de leitura que cria o laço entre o órgão e seu leitor. Vê-se bem que a semiologia da enunciação, aplicada a identificação e análise detalhada do contrato de leitura dos órgãos de imprensa, fornece informações que lhe são específicas, e que não podem ser recolhidas por nenhum dos outros métodos existentes. A manipulação dos dados sócio-demográficos atinge um patamar que ela não pode ultrapassar quando se trata precisamente de diferenciar órgãos de imprensa cujo leitorado tem uma composição quase idêntica (VERÓN, s/d, p. 4).

¹² Anotações de sala de aula na disciplina de Comunicação Comparada, do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Piauí, assistida como ouvinte no primeiro semestre de 2006.

Em suma, o conceito de contrato de leitura contribui para o entendimento de que, no plano da enunciação, sempre que um discurso se oferece a outro, propõe ele a emergência de um vínculo. Nesse momento, o suporte municia-se de estratégias de interpelação — os dispositivos de enunciação, com o propósito de criar um ambiente o mais receptivo possível ao seu discurso. Como consequência desse processo, ocorre tanto a oferta da identidade do suporte, quanto o reconhecimento da identidade presumida do outro a quem a mensagem é dirigida e dos muitos sujeitos representados nos diferentes discursos. Além disso, não se pode perder de vista a idéia, aqui resumida por Orlandi (1993, p. 117), para quem “compreender, na perspectiva discursiva, não é, pois, atribuir um sentido, mas conhecer os mecanismos pelos quais se põe em jogo um determinado processo de significação”.

Como será, então, que a mídia interpreta a problemática da pobreza urbana? Noutros termos, quais os significados que se expressam nos discursos das notícias veiculadas nos jornais impressos de Teresina acerca dos pobres e da pobreza? Que sentidos a mídia atribui à pobreza revelando uma compreensão da realidade? Essas são algumas das inquietações que ensejam a busca de compreender as práticas de construção simbólica da pobreza pelos jornais impressos de Teresina a partir da tarefa de descrição e interpretação de suas estratégias discursivas.

CAPÍTULO III

OS DISCURSOS CONSTRUÍDOS PELA MÍDIA IMPRESSA DE TERESINA ACERCA DA POBREZA URBANA

Este terceiro capítulo se dedica à análise dos modos de dizer, mostrar e seduzir dos jornais impressos de Teresina quando abordam, em suas reportagens, aspectos que revelem a pobreza urbana na Capital. Trata-se de um exame que busca detectar as marcas enunciativas observadas em seus suportes textuais — verbais ou não verbais —, por meio da investigação dos traços recorrentes que aparecem nos textos. Procura-se, com isso, apreender os indícios de “invariantes” deixados pelas operações de enunciação e compreender os vínculos propostos nos contratos de leitura dos meios de comunicação analisados (PINTO, 1995).

Uma vez realizada a tarefa de descrição e interpretação dos diferentes modos de operar a enunciação, expediente posto em prática pela ação discursiva dos meios de comunicação, sobressaem, por conseguinte, inúmeras contribuições teórico-metodológicas como, por exemplo, as que permitem a compreensão do “papel estratégico dos *media* enquanto matrizes de construção de vínculos sociais” ou, da mesma forma, as que, conforme aponta Fausto Neto (2000, p. 94), podem ensejar discussões acerca das “práticas midiáticas enquanto práticas de natureza igualmente simbólica”. Para tanto, parte-se de uma base empírica de análise composta pelos três jornais com circulação diária em Teresina — O Dia, Meio Norte e Diário do Povo —, tendo como recorte temporal o ano de 2004.

A primeira aproximação com o objeto de estudo ocorreu num contato preliminar, com a finalidade de dar início a uma sistemática de leitura ampla das reportagens, sem qualquer tipo de preocupação em restringir os conteúdos ou de analisar os discursos. Nesse momento, a intenção era tão-somente a de identificar as reportagens que remetiam a situações de pobreza urbana, visualizar o modo como essas reportagens apareciam no conjunto da edição e buscar familiaridade com o contexto nas quais foram publicadas.

Logo nos primeiros meses de 2004, as reportagens que se aproximaram da problemática da pobreza urbana passaram a se concentrar na cobertura de uma das maiores enchentes da história da cidade. As equipes de reportagens atravessaram o assunto com a

apresentação sistemática de casos de desabamento, alertas para pontos de risco de inundação, ocorrências de interdição de diversos bairros, vilas e favelas e o aumento progressivo do número de desabrigados na cidade. O trabalho realizado se tornou mais exaustivo na proporção em que se registrava o agravamento da situação.

Além da enchente, o ano seria caracterizado pela realização de eleições municipais para prefeito e vereadores. Em Teresina, o então prefeito Firmino Filho (PSDB) cumpria o último ano de um segundo mandato consecutivo e tentava fazer o sucessor alicerçado pela boa aprovação de seu trabalho, conforme registros de pesquisas de opinião divulgadas na época. Assim, o drama vivido pela parcela da população diretamente atingida pelas chuvas e as eleições que ocorreriam no fim do ano foram assuntos que se entrelaçaram e dominaram as reportagens sobre a pobreza na Capital, embora o enfoque diário da questão fosse marcado, de um lado, pelos relatos extenuantes a respeito dos problemas acentuados em função das enchentes e, de outro, pelo acompanhamento das ações postas em causa para resolvê-los, o que, em termos editoriais, não chega a representar nenhuma novidade, uma vez que as experiências anteriores confirmam a repetição, ano após ano, de um roteiro que apenas muda de data e, ocasionalmente, de personagens.

3.1 – Histórico e morfologia dos três jornais diários locais analisados

Inicialmente, torna-se necessário um levantamento dos principais aspectos que compõem as estruturas dos jornais diários de Teresina, traçando-se algumas considerações dos dispositivos mais relevantes a partir dos quais os suportes buscam marcar suas diferenças, a fim de estabelecer um vínculo com o leitor.

Fundado em 1º de fevereiro de 1951, o jornal O Dia circulou, de início, apenas semanalmente, sendo que, em 1964, o empresário Octávio Miranda o assumiu e definiu-lhe novos rumos. Durante a crise do petróleo na década de 1970, o jornal atravessou uma fase de dificuldades que, tão logo superada, seria substituída por avanços tecnológicos, principalmente no que se refere à troca das máquinas de impressão por novos equipamentos *off-set*. Neste mesmo período, a redação passou por um arranjo, a fim de ordená-la em editorias e chefias.

Até o fim de 2004, a leitura de O Dia chegava a causar, com frequência, a incômoda sensação de desconforto devido à disposição irregular das matérias, uma vez que, apesar de

haver editorias fixas (Cidade, Política, Polícia, Esportes, Cultura, etc), poderia ocorrer de determinadas matérias aparecerem fora do lugar originalmente destinado a elas (como o caso de uma reportagem sobre enchentes encontrada na página de esportes). Atento a isso, um novo projeto gráfico foi implantado, conferindo-lhe um aspecto indiscutivelmente mais arejado e moderno, em decorrência, dentre outras razões, de uma maior valorização de fotografias e de um estilo de diagramação capaz de aproximá-lo do visual característico das revistas semanais de informação.

Circula diariamente com um primeiro caderno, que reúne as editorias de política, geral, polícia e internacional. Já o caderno que apresenta as notícias do cotidiano de Teresina abre a semana com o título de Domingo, enquanto de segunda a sábado é chamado de Dia-a-Dia. O terceiro caderno, nomeado Torquato, é publicado de terça a sábado, com reportagens culturais e de colunismo social. Atualmente, a tiragem média do jornal é de 12.000 exemplares de segunda a sábado e 12.500 aos domingos (FUNDAÇÃO CEPRO, 2004).

O jornal Diário do Povo é uma das empresas que compõem o Grupo R. Damásio. Fundado em 1987, sua edição é subdividida em três cadernos, que comportam as seguintes editorias: o primeiro é formado por uma página de Opinião, duas de Política, duas de Geral, uma de Polícia e outra de Nacional; o segundo caderno, intitulado Cidade, traz notícias sobre o cotidiano da Capital e do interior do Piauí, bem como as internacionais e a editoria de Esportes. O terceiro caderno, chamado Galeria, reserva-se às notícias culturais. A tiragem média é de 6.000 exemplares durante a semana e de 6.500 aos domingos e feriados (FUNDAÇÃO CEPRO, 2004).

Possui diagramação sóbria e páginas bem “ventiladas”, o que talvez se traduza em leveza ao folhear uma edição completa. Outras características marcantes são o excesso de reportagens típicas de assessoria de imprensa, especialmente de instâncias governamentais, e o grande uso de fotografias, sobretudo em acontecimentos atípicos, como o das enchentes do início de 2004.

O mais recente dos três jornais analisados é o Meio Norte, que nasceu da necessidade de dar suporte publicitário ao Grupo Meio Norte, de propriedade do empresário Paulo Guimarães. Hoje, o jornal integra o Sistema Meio Norte de Comunicação, formado por emissoras de rádio, TV e jornais, circulando em Teresina desde 1º de janeiro de 1995, quando o atual proprietário adquiriu a estrutura do antigo jornal O Estado. Tem, atualmente, tiragem média de 14.000 exemplares de segunda a sábado e de 14.400 nos domingos (FUNDAÇÃO CEPRO, 2004). Foi o primeiro a circular nas segundas-feiras, fato que levou os concorrentes a adotarem a mesma estratégia.

A estrutura diária do Meio Norte é composta de três cadernos principais: o primeiro reúne as editorias de Política, Polícia, Nacional, Internacional e Esportes; o segundo chamado Cidade, dedica-se à cobertura dos acontecimentos mais diretamente ligados ao cotidiano da Capital, bem como assuntos relacionados a Educação, Economia e Municípios, nele se encontrando a editoria fixa de Bairros, responsável pelo acompanhamento dos problemas diários da cidade a partir da apresentação de casos como falta de galerias, deficiências na iluminação pública, brigas de gangues, dentre outros, a maioria resultante de denúncias de problemas de infra-estrutura nos bairros, vilas e favelas de todas as regiões da cidade; o terceiro, intitulado Alternativo, circula de terça a domingo com assuntos culturais, sendo substituído, nas segundas-feiras, pelo caderno de Negócios e Esportes.

Dentre os veículos analisados, o Meio Norte demonstra-se o mais acurado tanto no que respeita ao equilíbrio entre as formas de apresentação dos conteúdos jornalísticos e os de caráter publicitário, quanto na preocupação de abranger um maior número de assuntos nas editorias fixas e diárias ou nos cadernos especiais semanais, embora o conjunto geral dos textos tenha sérias limitações estilístico-redacionais, como ocorre, aliás, com todos os jornais locais.

3.2 – A hierarquização de temas na organização da percepção do mundo

Os jornais, como todos os outros tipos de veículos, sabem que o leitor goza de plena autonomia para escolher o caminho de leitura que melhor lhe contemple as expectativas em face das informações que espera tomar conhecimento. Ante os inúmeros percursos que a leitura pode seguir, emerge uma preocupação capital apresentada pelos suportes e que diz respeito ao direcionamento do sentido proposto ao leitor.

Uma opção de leitura possível, mediante uma folheada rápida de toda a edição ou de parte dela, baseia-se, a título de exemplificação, no acompanhamento único das manchetes, linhas finas¹³, legendas, títulos e fotografias. Se, por um lado, há um certo rompimento com a linearidade da leitura, conforme ofertado pelo suporte, por outro é possível dizer que a opção por um percurso de leitura objetivo segue minimamente o ordenamento do sentido, uma vez

¹³ Segundo o Manual da Redação da Folha de S. Paulo (1992, p. 153), linha fina é a “frase ou período sem ponto final, que aparece abaixo do título e serve para completar seu sentido ou dar outras informações. Funciona como subtítulo. Usa letras menores que as do título e maiores que as do texto”.

que as estruturas editoriais são minuciosamente pensadas e elaboradas pelos editores.

Para a consecução dos objetivos de disciplinar a leitura são utilizados os mais variados dispositivos de enunciação, num misto de esforços gráficos, editoriais, tecnológicos e publicitários, o que resulta na organização espacial dos jornais seguindo hierarquias próprias de cada suporte, e que permitem a diferenciação de seu modo peculiar de conceber e ordenar o mundo. Em conseqüência, os jornais — e por extensão, a mídia — são convertidos em instâncias capazes de intervir na “estruturação e no funcionamento do espaço público, segundo modalidades de ações, estratégias e competências que emanam das operações simbólicas do funcionamento das suas enunciações” (FAUSTO NETO, 2000, p. 96). Não se trata, contudo, da crença ilusória de que o leitor, ao entrar em contato com um jornal, passe a agir de modo inteiramente mecanizado, dando seguimento às indicações sugeridas pelo sumário, pela disposição das fotografias e dos textos ou mesmo pela própria disposição das páginas, agrupadas em assuntos afins.

Mas, o caminho preestabelecido pela enunciação, caso venha a ser seguido — e ele é construído justamente com essa intenção —, resulta num ordenamento da percepção dos assuntos tal como desejado pelo suporte. Ancorado exclusivamente em laços de confiança, é estabelecido, então, um contrato no qual o jornal se compromete a ofertar seu modo de conceber a realidade, enquanto o leitor, por vezes inconscientemente, busca este tipo particular de apreensão dos acontecimentos. Lembre-se que essa relação não possui duração predefinida, nem existe razão imutável para sua manutenção, já que ela nasce e se sustenta na eventual afinidade que o leitor passa a vislumbrar num determinado jornal.

Nesse sentido, a análise do contrato de leitura perpassa a tarefa de examinar os discursos construídos e propalados pelos jornais de Teresina no momento em que colocam a pobreza local no lugar considerado o mais adequado, conforme os modos próprios de dizer de cada um. Conseqüentemente, por intermédio dessas operações se torna possível reconhecer as diferentes formas de imaginar e construir representações acerca desse drama social.

Como forma de facilitar o acompanhamento e o arranjo das notícias no conjunto da edição, os jornais expõem os temas em blocos de páginas predeterminados, num dos principais movimentos responsáveis pelo estabelecimento e posterior manutenção do contrato de leitura. O leitor, por sua vez, passa a incluir em seus hábitos de leitura a possibilidade de reconhecer antecipadamente o lugar preciso onde encontrar mais facilmente o assunto ou a notícia que deseja ler. Daí que o caderno Cidade dos suportes analisados é, devido às características emprestadas pelo conjunto de assuntos tratados em suas páginas, aquele que expressa o lugar onde a pobreza aparece em maior volume de cobertura.

Mas existe uma exceção em que narrativas de casos concretos de pobreza não são destinados ao caderno de Cidade. Isso se dá quando o foco principal dos textos é o relato do dia-a-dia de políticos em suas aparições públicas constitutivas e até mesmo necessárias ao andamento do jogo político-eleitoral. Nesses casos, a pobreza parece significar, unicamente, um apoio para discursos inflamados e declarações que resvalam num forte tom publicitário e num rol de promessas requeitadas, sendo então publicadas no primeiro caderno onde, geralmente, se encontra a editoria de Política.

No episódio das enchentes do início de 2004, nota-se que as reportagens foram fartamente ilustradas com fotografias dos locais de alagamento, casas destruídas, caminhões que retiravam móveis salvos das águas pelos moradores, de sorte que os jornais buscavam dar mais contundência à narrativa e emprestar maior amplitude ao acompanhamento do problema, haja vista que, em determinadas ocasiões, as fotos tinham muito mais a dizer do ponto de vista informativo que os relatos verbais. Como observa Ciavatta (2004, p. 67),

a primeira *função* que surge ao pensar a imagem é a de acompanhar a informação atual incluída no jornal; a foto co-participa das particularidades da informação (informar, entreter, opinar...) e mostra algum detalhe ou dá conta do princípio de “verossimilhança” por meio do qual o destinatário da informação possui um insumo a mais para “crer” na informação, como se a imagem fosse um argumento em si da verossimilitude do conteúdo.

Fugindo um pouco do tratamento dispensado ao acontecimento pontual das enchentes, os três jornais costumam ilustrar as matérias referentes ao cotidiano dos pobres da cidade com o largo uso de imagens fotográficas que mostram casebres construídos com taipa e palha em ruas cheias de buracos ou em morros, variando entre panorâmicas ou planos mais fechados, em ambos os casos geralmente sem a presença de pessoas.



Diário do Povo, edição de 22 de setembro de 2004

Nas notícias que retratam imagens dos pobres por meio de relatos de suas expressões mais visíveis, os jornais revelam um cotidiano de privações, realçado pelo convívio com situações de alagamento, desmoronamentos, protestos, fome, etc. Um caso é retratado no trecho a seguir, retirado de uma reportagem publicada na primeira página do caderno de Cidade do jornal O Dia, de 29 de fevereiro de 2004, com o título de “Famílias permanecem alojadas em escolas”:

Em uma situação deprimente. É dessa forma que estão vivendo grande parte das famílias desabrigadas de Teresina. No Colégio Estadual Anísio de Abreu, zona norte da capital, as 10 famílias alojadas há quase um mês vivem um drama indescritível e a situação já está beirando o desespero para muitos que, sem perspectivas de melhoras, afundam-se em angústia. [...] Os pais mostram no semblante a tristeza e a desesperança. [...] A desempregada Osmarina Silva, que está morando no colégio com o marido e mais cinco filhos, é sinônimo do sofrimento. [...] “Fui salva da enchente, mas agora estamos morrendo de fome. Hoje ia fazer três dias que eu e meus filhos não comíamos, estava desesperada e fui pedir na casa de um pastor que conheço. Tenho vergonha de pedir, mas foi o jeito”, falou, entre lágrimas.

Evidencia-se, pela apresentação de histórias particulares, um quadro que reflete a vida de milhares de famílias das vilas e favelas da cidade. São histórias que traçam a imagem do indivíduo desempregado, com família numerosa, morador de zonas de risco, locais onde não

há qualquer tipo de infra-estrutura oferecida pelo poder público capaz de garantir-lhe condições básicas de vida e que, sem ter como alimentar os filhos, passa a conviver com a aflição e o tormento ocasionados por sérios conflitos de cunho emocional. Disso tudo resultam situações desesperadas, como a do relato da mãe falando, sob forte emoção, da vergonha de ser obrigada pelas circunstâncias a pedir comida para não ver os filhos morrerem de fome.

Mas o modo de sentir, interpretar e enfrentar a condição de pobreza também exhibe, no noticiário, diferenciações de um caso para outro. Ao contrário do já exposto, há aqueles que, mesmo se deparando com situações-limite no que diz respeito às condições elementares de sobrevivência, encaram-na com uma certa resignação e tolerância, buscando, com isso, ao menos a acomodação e o ajustamento com o estado que lhes é permitido e, não tendo forças para alimentar esperanças de melhorias imediatas, exprimem sentimentos de conformação em depoimentos simples, porém de absoluto desabafo, como se vê no trecho retirado da reportagem “Famílias se recusam a desocupar escolas”, publicada no jornal O Dia, em 20 de março de 2004, na qual uma desabrigada diz que “[...] já somos muito pobres para ter mais problemas.” Manifestam, assim, o desejo de apontar uma fronteira que demarcaria o instante até quando é possível suportar a situação atual mas, ao mesmo tempo, revelam a incapacidade de oferecer garantias de resistência caso o quadro se mostre pior que o de costume.

Em ações como essa, ao mesmo tempo em que o jornal reflete o grau de vulnerabilidade dos pobres, também emite sentidos por meio das interpretações sobre as situações retratadas nas reportagens, enquanto as ilustrações, que utilizam as suas próprias falas, deixam transparecer um aspecto característico do ambiente de acolhimento dessas histórias, qual seja, o de que terminam por revelar o caráter polifônico dos discursos.

Todavia, o quadro de paciência mostrado não se associa à total apatia e à aceitação incontestada da situação. Casos assim chegam mesmo a confundir os repórteres, pois, em mais de um episódio exposto, ocorreram tentativas de traduzir essa certa conformação com o que a vida lhes oferece como teimosia, insistência ou pirraça. Um deles está na edição do jornal Meio Norte de 4 de fevereiro de 2004, na reportagem “Moradores preferem ficar em área de risco”, em que o repórter acentua a obstinação das pessoas em permanecer nas casas ameaçadas de desabamento pelas chuvas. Noutro título, também encontrado no Meio Norte, desta vez no dia 9 de julho de 2004, há o anúncio de que “Famílias se recusam a mudar de casa”. Situação semelhante é mostrada pelo Diário do Povo, em 12 de janeiro de 2004, na reportagem “Desmoronamento ameaça residência”:

Um desmoronamento causado pela força da água das chuvas da sexta-feira à noite colocou em risco uma casa localizada na Vila da Paz, zona Sul, nas proximidades da rodoviária de Teresina. [...] O morador, apesar de ter recebido proposta de mudar para outro imóvel, insiste em permanecer ali.

Verifica-se nesses relatos que, pelo modo como são expostos, a impressão mais nítida é a de que essas pessoas têm o poder de escolher onde desejam morar e a opção é a permanência no lugar ameaçado de desabar a qualquer instante. O jornal, em nenhum momento, faz crer que uma situação como essa implica, na verdade, numa condição real à qual estão sujeitas, sem direito de optar por uma posição diversa da vivida.

No caso específico do texto do Diário do Povo, a “proposta de mudar para outro imóvel”, conforme anunciado, é explicada rapidamente na edição do dia seguinte, 13 de janeiro de 2004, na qual aparece a versão da Prefeitura de Teresina sobre a sua participação nessa mudança dos moradores. Destaque-se o grau de simplicidade de explanação da remoção dos ocupantes da casa para uma área segura, sem se deixar de acentuar o traço de insistência dos pobres:

[...] O superintendente da SDU – Sul, Francisco Gerardo, disse que, em visita à obra [*de limpeza das galerias para escoamento da água da chuva*], a assistente social da Prefeitura propôs para o proprietário da casa, conhecido com “Alemão”, um terreno e o material necessário para a construção de uma casa. “A Prefeitura já retirou os moradores em situação de risco várias vezes, mas em pouco tempo já tem outros ocupando as casas ao longo do córrego”, disse Francisco Gerardo [...] (grifos nossos).

Situações como essas, mostradas com frequência e com destaque visual no noticiário, sobretudo no caderno Cidade, extrapolam o caráter pontual que o texto relata, uma vez que remete ao drama de inúmeras famílias com trajetórias semelhantes e sublinha um conjunto amplo de problemas correlacionados às privações vividas por essas pessoas.

Além disso, os fragmentos das histórias de vida publicadas assumem contornos de denúncia na medida em que se exasperam as desoladoras condições de sobrevivência da população das vilas e favelas, funcionando, então, como uma provocação constante da sociedade para com ela própria, o que leva à reflexão de que os problemas nos quais se encontram imersos milhares de pessoas são gerados por essa mesma sociedade que se mostra tão incapaz de solucioná-los a contento.

3.3 – Uma visão da pobreza pela via das carências materiais

Na busca da compreensão do modo como os jornais constroem simbolicamente a pobreza urbana em Teresina, uma das primeiras observações que requerem um detalhamento maior diz respeito ao próprio modo de condução das coberturas segundo as quais esse problema social é cotidianamente exibido no noticiário.

Muitos estudos sobre a pobreza urbana insistem no lugar-comum que se materializa na publicação de casos que apontam, exclusivamente, a precariedade econômica das pessoas. Todavia, a convergência do olhar empregado sobre esse tipo de abordagem habitual gera uma inquietação, fazendo lembrar que a pobreza nos grandes centros urbanos é um fenômeno capaz de revelar mais do que números oficiais ordenados em gráficos e em relatórios de estatística (LIMA, 2003).

Nesse sentido, os suportes teresinenses garantem a publicização dos problemas relacionados à pobreza mediante um trabalho de cobertura que, ao longo do tempo, transforma-se num exaustivo relato das inúmeras faltas e pedidos que ecoam das vilas e favelas da cidade, o que exige um exame mais detido do modo como são distribuídos os conteúdos simbólicos — por intermédio dos dispositivos de enunciação levados a cabo pelos diferentes suportes — acerca dos indivíduos inseridos nessa condição social.

Ora, já na elaboração dos títulos é possível notar um padrão: quase que diariamente eles são construídos a fim de evidenciar a falta de infra-estrutura nas vilas e favelas, sendo fato corriqueiro o uso de verbos como “cobrar”, “reivindicar”, “pedir”, “querer”, “exigir” e, sobretudo, “faltar”, altamente denunciatórios e imperativos, empregados não só com a intenção de chamar a atenção para as inúmeras deficiências materiais por que passam as pessoas residentes nos locais retratados nas reportagens, mas também para o caráter reivindicatório encetado pelas manifestações coletivas expostas. Alguns deles, a seguir reproduzidos, ilustram a situação encontrada nos jornais:

Catadores de material reciclável *pedem* apoio (MEIO NORTE, 3/9/2004)

Falta infra-estrutura na Vila São Vicente (MEIO NORTE, 2/6/2004)

Moradores *reclamam* falta de saneamento básico na Vila Mocambinho (MEIO NORTE, 21/10/2004)

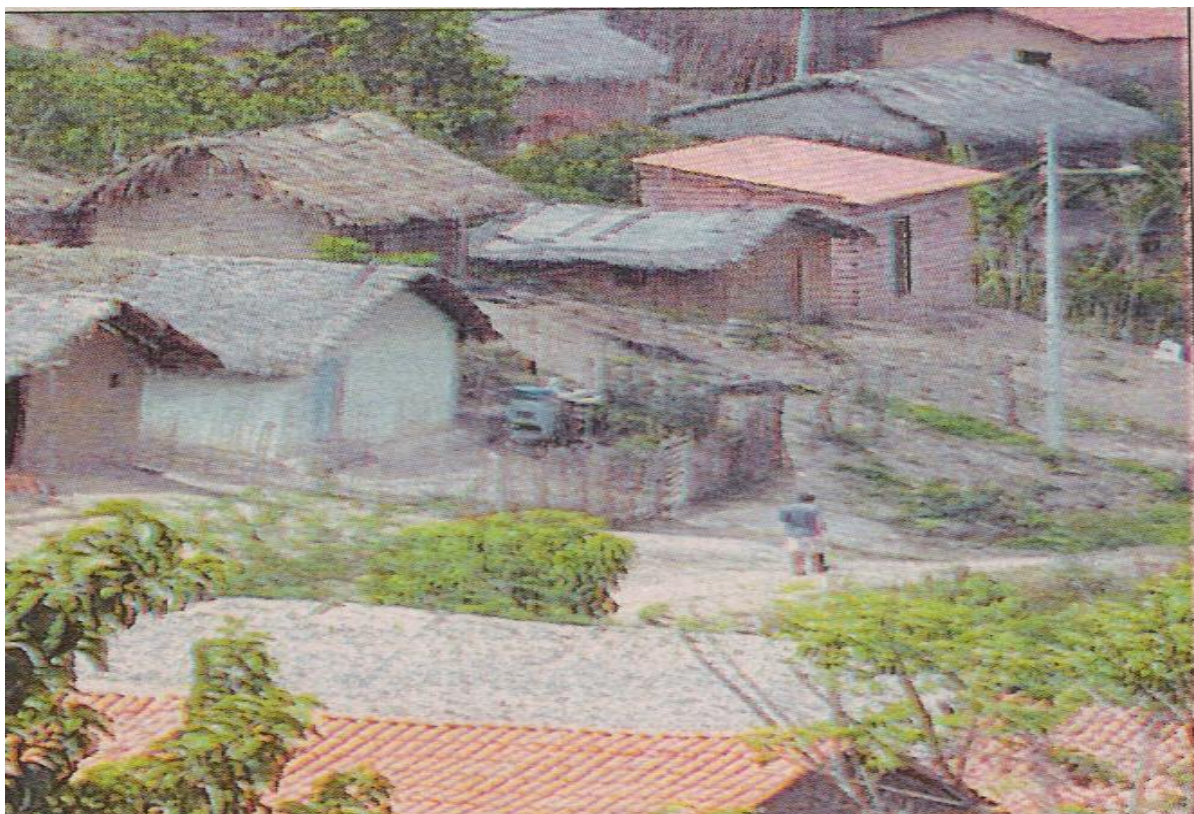
Sem-teto *reivindicam* luz e água durante protesto (DIÁRIO DO POVO, 1/6/2004)

Moradores *exigem* pavimentação asfáltica (O DIA, 1/6/2004)

Moradores da Vila Frei Damião *pedem* retirada de lixo (O DIA, 20/7/2004)

Se, por um lado, todos constroem títulos nesses mesmos padrões, ainda assim é fácil perceber uma diferença entre os jornais. O Diário do Povo, por exemplo, não demonstra a mesma preocupação em apontar faltas e reivindicações com a veemência apresentada pelo Meio Norte, embora o faça com mais força que O Dia. O Diário do Povo somente costuma fugir um pouco à regra quando repercute assuntos relacionados à moradia, um dos temas que mais nitidamente traduzem a expressão da pobreza na cidade, permitindo adiantar que a imprensa de Teresina não raro sublinha a aquisição de uma casa como uma maneira — talvez a mais importante — de se conquistar dignidade.

Mas é o jornal Meio Norte o suporte que mais aproxima a condição de pobreza da simples falta de bens materiais, alicerçado por uma postura de repercutir incessantemente cobranças por melhorias nos locais expostos nas reportagens, talvez com um propósito velado, cabível para esse tipo de cobertura, de demonstrar comprometimento social e engajamento do jornalismo às causas humanitárias.



Jornal Meio Norte, 12 de janeiro de 2004

Nota-se, então, a existência de um comportamento padrão dos suportes que contribui para o reforço de uma imagem bastante enrijecida no senso comum, segundo a qual os pobres não são pensados a partir de sua positividade concreta — pelo que são, de fato —, mas por sua face negativa, ou seja, pelo que lhes falta e pelo que não possuem, numa atitude que os contrapõe à figura idealizada e desejável do indivíduo não-pobre. Chama a atenção, neste sentido, uma reportagem publicada no jornal Meio Norte de 11 de fevereiro de 2004, intitulada “Desabrigados querem mais que roupa e comida”, na qual o caminho usual apontado pela enunciação dirige o receptor para a leitura inicial do título e, na seqüência, ao corpo do texto. Esse é, aliás, o trajeto de leitura natural sugerido não só pelo Meio Norte especificamente, mas também pela imensa maioria dos meios de comunicação impressa em qualquer região do mundo.

Pela leitura individualizada do título citado, o jornal é capaz de sugerir que o texto venha a tomar rumos distintos daqueles para onde costumeiramente converge a cobertura da pobreza urbana — a sua exaustiva exposição pela via das carências materiais visivelmente constatáveis, levadas a cabo mesmo pela simples publicação de uma única fotografia, numa ocasião hipotética da qual não surja a necessidade da presença de um texto verbal. No entanto, a reportagem se desenvolve com a enumeração de alguns pedidos de um grupo de pessoas desabrigadas pelas chuvas de 2004, ao mesmo tempo em que indica ou, quem sabe, ridiculariza essas solicitações, já que o repórter, demonstrando certo grau de desconforto, antecipa-se em julgar as necessidades daquelas pessoas, considerando-as como de caráter um tanto esdrúxulo.

DESABRIGADOS QUEREM MAIS QUE ROUPA E COMIDA

Mais de duas semanas nos abrigos instalados em ginásios de esportes e escolas públicas estaduais, os desabrigados teresinenses aumentaram a *qualidade* de seus pedidos. Em vez dos agasalhos e comida, que estão sendo distribuídos pela Prefeitura Municipal, os desabrigados estão reivindicando botijões de gás de cozinha, pratos e até berços.

“A comida eles (os órgãos públicos) dão, mas como é que eu vou cozinhar sem o botijão?”, indaga Jaqueline Policarpo dos Santos, de 40 anos, mãe de seis filhos, mas que vive com apenas um no Ginásio Pato Preto, no conjunto Mocambinho, onde está abrigada.[...]

Eunice Miranda, mãe de três filhos e grávida de oito meses, está no Ginásio Pato Preto e precisando de um berço. Mãe de oito filhos, Vânia Maria Ferreira Santos falou que precisa de material escolar. Ela disse que ficou desabrigada e não tem dinheiro para a compra dos produtos para seus filhos freqüentarem as aulas (MEIO NORTE, 11/2/2004, *grifos nossos*).

Assim, narrar que os desabrigados aumentaram a “qualidade” dos pedidos é também um aviso de que o jornal não concede aos pobres nem sequer o direito de sonhar, embora se duvide que solicitações tão simples podem ser consideradas como sonhos. Outra passagem do mesmo texto que merece ser sublinhada é a pretensão de traçar, conforme as palavras do repórter, um perfil da “atual sociedade piauiense” em apenas um parágrafo de exatas 15 linhas:

[...] O perfil das famílias que estão nos ginásios de esportes e os colégios estaduais é o da atual sociedade teresinense, principalmente no segmento que mora na periferia da cidade. As mães moram com os filhos sem a presença do pai e muitos filhos são resultado de duas e de até três uniões fracassadas com maridos que foram embora ou casaram com outras mulheres. Nos abrigos também tem muitas mulheres grávidas (MEIO NORTE, 11/2/2004).

A dimensão simbólica da pobreza, além de ser capaz de definir os indivíduos inseridos nessa condição social, representa, igualmente, um ponto de partida fundamental para a compreensão do fenômeno, haja vista que ocorre um abandono da exclusividade das tentativas de explicá-la pelo caminho único das carências materiais e econômicas. Então, ao encerrar a imagem dos pobres urbanos de Teresina na idéia de que sejam, primordialmente, pessoas impossibilitadas de ter a posse de bens materiais — mesmo sendo estes itens, muitas vezes, fundamentais à sobrevivência humana —, os jornais teresinenses contribuem para a negação de qualquer indicativo da existência de concepções e práticas culturais entre essas pessoas.

Além disso, tanto o grau de unicidade quanto a forma recorrente com que são expostos tais grupos colaboram para o aniquilamento da diversidade que caracteriza todo e qualquer sistema cultural, em qualquer tipo de sociedade. Conseqüentemente, a partir de um processo de leitura continuada do noticiário local, o comportamento editorial dos diários analisados provoca enormes dificuldades de se atentar para as clivagens, conflitos, tensões e agitações que denotam a heterogeneidade própria das sociedades e, em particular, dos indivíduos pobres de qualquer cidade grande. Diz-se, pois, com apoio em Zaluar (1985, p. 44), que o comportamento dos jornais teresinenses com relação aos pobres urbanos revela que,

em nome da urgência de passar-lhes um diagnóstico, decide-se se são radicais ou conservadores, tradicionais ou modernos, passivos ou contestadores, clientelistas ou classistas. Ao sublinhar sua dependência em relação aos que dominam a sociedade,

maneira de afirmar sua integração à sociedade, afasta-se no mesmo ato a possibilidade de que possuam formas autônomas de organização e pensamento.

Um indício bastante elucidativo disso é a quase ausência de menções, em todos os suportes pesquisados, à possibilidade de mudança da condição de pobreza pela via cultural. Exceções aparecem apenas nas raras ocasiões em que se publicam textos de divulgação de ações verticais, que são as do poder público para a população, como por exemplo a oferta de cursinhos pré-vestibulares gratuitos ou a divulgação do trabalho de pequenos grupos de teatro em regiões mais atingidas pela tragédia da pobreza. Ainda assim, casos como esses surgem em textos não assinados e que empregam um estilo típico dos materiais de divulgação remetidos às redações pelas assessorias de imprensa — os *releases*¹⁴ —, como se vê no trecho transcrito:

CURSINHO DA PREFEITURA OFERECE 1.800 VAGAS PARA CARENTES

A Prefeitura de Teresina está oferecendo o ensino pré-vestibular para 1.800 estudantes carentes de vários bairros da cidade, através do programa “Universidade ao Alcance de Todos”. Os cursinhos preparatórios estão funcionando em 12 núcleos [...].

O programa “Universidade ao Alcance de Todos” é executado pela Fundação Wall Ferraz, através de parcerias com organizações não-governamentais e associações de moradores. Cerca de R\$ 110 mil estão sendo investidos este ano pela Prefeitura no programa que contempla estudantes que não tem condições de pagar por um cursinho vestibular [...] (DIÁRIO DO POVO, 14/10/2004).

Esta foi uma das poucas ocorrências encontradas no recorte temporal analisado. Como o número de matérias que apontam a cultura como uma maneira de mudar de vida é irrisório no período pesquisado, resta a dúvida se a situação demonstra um dos mais acabados exemplos de desconsideração da capacidade que os pobres têm de pensar, o que ensejaria uma fenomenal negligência em termos jornalísticos, ou realmente não há produção intelectual alguma nas comunidades em que vivem essas pessoas e que possa, de fato, justificar a entrada de reportagens sobre o assunto. Não é fácil apontar uma resposta precisa para a questão, mas, não sendo este um trajeto editorial privilegiado pelos suportes examinados, certamente outros modos de assegurar a sobrevivência na cidade sobressaem com maior nitidez no noticiário.

Assim, a garantia de condições básicas de vida, materializada, no curto prazo, na aquisição de comida e, no longo, na conquista de uma moradia fixa, está sempre atrelada ao

¹⁴ *Releases* são comunicados elaborados pelas assessorias de imprensa, com a finalidade de divulgar informações sobre o assessorado, buscando um contato direto com órgãos de imprensa.

exercício de uma atividade remunerada. É pelo trabalho, então, que a pessoa deixa de ser um simples indivíduo, responsável pelo sustento imediato da família, e passa a ser um sujeito de direitos, assegurando dignidade a quem o exerce, ainda que transitoriamente e desprovido de qualquer estabilidade.

A leitura de uma reportagem do jornal Meio Norte, edição de 11 de fevereiro de 2004, revela imagens importantes da pobreza, numa abordagem especialmente centrada nas dificuldades ligadas à esfera do trabalho:

DESEMPREGO AFETA “DEUS PROVERÁ”

O desemprego é um dos principais problemas enfrentados pelos moradores da Vila Deus Proverá, zona sudeste da cidade. Muitos donos de casas da vila convivem com a falta de emprego e sobrevivem fazendo o que podem para ganhar o sustento das famílias. Joel da Silva contou que muitas vezes se deslocou ao centro da cidade em busca de trabalho e não conseguiu.

Ele montou um salão em casa onde corta cabelos, escova e lava. “Tenho três filhos, todos pequenos, como estava sem emprego foi o jeito montar este negócio”, contou.

Outro homem, vizinho de Joel da Silva, faz carvão para comercializar e sobreviver com a família, outros fazem bicos nos comércios nas proximidades da avenida das hortas.

As famílias da Vila Deus Proverá invadiram o local há três anos e nunca conseguiram o documento dos lotes. Eles vivem sempre ameaçados de serem retirados do terreno.

Enquanto a situação não for regularizada na Justiça, a Prefeitura ainda não prometeu nenhuma ajuda aos moradores.

Na reportagem, exhibe-se a história de vida de inúmeros indivíduos residentes nas vilas e favelas da cidade. Remonta ela a imagem do homem pobre, honesto, sofrido e trabalhador, de família numerosa, que se vê obrigado a recorrer a atividades de baixa qualificação ou que simplesmente não exigem treinamento profissional algum para seu exercício, fatores que, reunidos, resultam em enormes dificuldades de inserção no mercado formal de trabalho. Ora, mesmo com a precaução necessária para não proceder a uma análise presa unicamente à letra do texto, não se resistiu à tentação de comentar isoladamente uma expressão presente na reportagem reproduzida. Afinal, de um conjunto inesgotável de palavras que concorrem, ao mesmo tempo, pelo uso, quando o autor opta, conscientemente ou não, por uma em detrimento de outra, tal escolha deve ser considerada pela sua capacidade de atribuição de sentidos à realidade.

Veja-se que o jornal fala em “donos de casa”, ao contrário de “donas de casa”, habitualmente mais lida, sendo-lhe o foco principal a aspiração de retratar o desemprego

numa vila da cidade: o registro fornece uma pista que denuncia a acentuação dada à figura do homem como o chefe da família, fazendo com que se estabeleça uma associação quase imediata de que o indivíduo do sexo masculino ainda se conserva num patamar superior ao da mulher quando se trata da exposição dos papéis sociais tradicionalmente atribuídos a cada membro da família. Colabora com essa análise o olhar que Lima (2003, pp. 262-3) lança ao examinar a auto-representação de trabalhadores pobres de Teresina.

Pelo trabalho o homem reafirma a identidade masculina e de chefe de família, única forma possível de corresponder ao papel a ele destinado como provedor. Por isso, no homem repousa a expectativa de maior dispêndio de energia e do compromisso moral com o sustento familiar. Com efeito, responsável pelo respeito e a dignidade da família, sabe ele que seu reconhecimento requer o empenho constante para mostrar-se trabalhador. Nesse sentido, a representação que o diferencia de outros e constrói a imagem de trabalhador honesto é a daquele que batalha cotidianamente por um emprego e está disposto a aceitar qualquer serviço.

Não obstante a magnitude das carências materiais visíveis, que trazem desconfiança até sobre a própria capacidade de sobrevivência, situações como as das personagens retratadas expõem sérios conflitos de ordem emocional, haja vista que as poucas opções de recompensa do esforço físico empregado são transitórias e extremamente inconstantes — os “bicos”, como usualmente conhecidos —, o que mantém um estado de permanente insegurança, incerteza e temeridade. Dúvida e angústia são, portanto, elementos freqüentemente verificados nos noticiários, sobretudo quando apresentam situações que envolvem a necessidade de garantir o sustento da família num ambiente marcado pela ausência de meios exequíveis.

Em face do cenário exposto, cabe ainda sublinhar que a centralidade atribuída pelos suportes ao exercício do trabalho, além de sugerir, timidamente, que esta seja a maneira mais digna de conquistar meios de sobrevivência, revela também a tentativa de mostrar que a figura do trabalhador honesto, fortemente identificado pela luta incessante para garantir o sustento familiar, torna-o, por essas razões, diferente do indivíduo que sucumbe à necessidade de conquistar bens materiais pela prática de furtos e outros delitos.

Enfim, diante da impossibilidade de resolver os problemas estruturais mais graves da cidade, especialmente no tocante à pobreza — e talvez esta nem seja mesmo sua função basilar —, os jornais demonstram certo comprometimento ao se revestir de um tipo de responsabilidade porque, ao menos, lembram a todos da imperiosidade de se encontrarem soluções que melhorem as condições de vida das pessoas, concretizando-se tal atitude pela

exibição constante das demandas que se multiplicam em muitos exemplos visíveis em diferentes regiões da Capital.

Mas, defronte a alguns problemas pontuais, cuja solução exige esforços localizados e de pouca monta, os jornais se vêem com a missão de apontar uma resposta imediata e eficaz, atitude que delineia uma espécie de proclamação de si mesmos como “murais de aviso” para a veiculação de pedidos, valendo-se, para tanto, do invariável expediente de estimular as ações solidárias das pessoas.

3.4 - A evocação da necessidade de amenização dos problemas sociais pela solidariedade

A escolha metodológica de empreender uma análise tomando por base um recorte temporal relativamente extenso (um ano, como nesta pesquisa) permite que sejam feitas observações singulares e talvez não percebidas em períodos muito reduzidos. Dentre tantas, uma delas diz respeito à forte tendência, apresentada por todos os suportes analisados, de promover uma espécie de suscitação ou lembrança dos leitores e, em determinados momentos, até às instâncias de governo a fim de que se comprometam a adotar uma postura que os façam agir solidariamente com os pobres.

Os estilos aplicados na exibição dessa atitude são variados, embora facilmente perceptíveis, não sendo necessária nem mesmo a leitura completa dos textos para que o leitor tenha ciência do apelo à solidariedade encabeçado pelo veículo. Como se trata de uma conclamação à sociedade e, em alguns momentos, também aos governos, os jornais costumam utilizar alguns dispositivos visuais de destaque, criados exatamente para gerar os efeitos de chamamento desejados para o tema, tornando-se muito comum nesses casos o uso de chapéus¹⁵, legendas, retrancas¹⁶ e ícones.

Essas estruturas funcionam como marcas de atenção para que o leitor rapidamente tome conhecimento do assunto abordado no texto e, conseqüentemente, seja instado a agir como indicado pelo jornal. O rol de apelos é extremamente diversificado, incluindo materiais de construção, aparelhos ortopédicos, tratamentos médicos ou mesmo a insistência para o

¹⁵ De acordo com o Manual da Redação da Folha de S. Paulo (1992, p. 130), chapéu é uma “palavra ou uma expressão curta colocada acima de um título, usado para indicar o assunto de que trata o texto ou os textos que vêm abaixo dele”.

¹⁶ Retranca é “o termo genérico para designar cada unidade de texto em jornal, [sendo que], mais especificamente, designa o código (em letras e números) com que se localiza um texto nos diagramas de qualquer página de uma edição” (Folha de S. Paulo, Manual da Redação, 1992, p. 164).

engajamento em campanhas de arrecadação de alimentos, doação de roupas ou remédios, dentre outros. Contudo, se a prática de exemplificar o noticiário com dramas pontuais e o pedido de ações solidárias acontece num mesmo grau de recorrência em todos os jornais, estes freqüentemente expõem a vida privada dos pobres para salientar as faltas e as carências pessoais de personagens previamente selecionados.

O jornal Meio Norte é o que mais difere dos outros quanto à forma de abordar a solidariedade. Enquanto no Diário do Povo e em O Dia o poder público e a sociedade devem buscar juntos soluções “solidárias” para os problemas dos mais pobres, no Meio Norte presume-se que a responsabilidade por atitudes assim deve ficar a cargo de setores da sociedade não necessariamente ligados, pelo menos de maneira direta, às instâncias governamentais. Nesse sentido, é do Meio Norte que se retira o exemplo mais evidente da apelação a ações movidas por sentimentos solidários. Nele há uma seção fixa e semanal, em forma de box¹⁷ (chamado Solidariedade), na qual são contados dramas pessoais relativos à necessidade de aparelhos ortopédicos, carência de alimentos, desarranjos familiares, entre outros, com indicação, ao final, de um endereço ou telefone para possíveis ajudas. Aliás, num desses há o relato de um episódio dramático de uma família pobre da cidade, em que o pai mata a mãe e depois se mata, deixando órfãs duas filhas gêmeas recém-nascidas e outra com dois anos de idade, as três crianças sob a guarda dos avós, que necessitam de ajudas para sustentá-las.

¹⁷ O Manual da Redação da Folha de S. Paulo (1992, p. 126) explica que um box é um texto curto que aparece cercado por fios, em associação com outro texto, mais longo, podendo ser texto de serviço, biografia, reprodução integral de um documento, diálogo, pequena entrevista pingue-pongue, comentário, aspecto pitoresco da notícia, etc.

▼SOLIDARIEDADE

Crianças órfãs necessitam de ajuda

As gêmeas Ana Paula e Ana Cássia precisam de ajuda. Com menos de dois meses de idade elas perderam os pais de forma trágica, o pai matou a mãe e logo depois que se deu conta do que fez, se matou, deixando as gêmeas e outra criança de dois anos órfãs, sendo criadas pelos avós, o lavrador José Mendes da Silva, 55 anos, e Sebastiana Lopes da Silva, 53 anos.

Mesmo sem condição e tendo sido pegos de surpresa, os avós estão criando as crianças, que se alimentam de leite quando recebem doação. Eles pedem ajuda, precisam de leite, cueiros, carrinho de algum bebê e fraldas: descartáveis ou de tecido, além de roupas.

De acordo com os avós das meninas, toda a tragédia começou quando a mãe das crianças estava em casa por volta das 23h30, e o marido retornou de um bar, onde esteve em companhia de amigos.

"Ele saiu de casa com o consentimento da minha filha, não eram de brigar, nem de discussões", contou Sebastiana Lopes, mãe da vítima. Uma tia dos bebês estava na casa, ouviu apenas a vítima "pedindo para o marido parar com aquilo", ela não soube explicar do que se tratava, apenas que estava com pouco tempo que o marido tinha entrado no quarto onde a mãe amamentava os bebês.

A cunhada disse que ele não entrou com a arma, que a mesma ficava guardada no quarto do casal. Ouviu apenas um tiro. Quando correu para o local o viu deitado chorando sobre o corpo da esposa, dizendo que a tinha matado e que iria também se matar, porque não podia viver sem ela.

A cunhada ainda tentou impedir que o homem cometesse o suicídio, lutando com ele dentro de casa e até a frente da casa.

Quando viu que não tinha força para tomar a garrunha, correu para chamar um vizinho que residia na localidade "Bacuri", onde o casal morava. Minutos depois de ter se afastado do local ouviu o outro tiro, e imaginou que o homem tinha se matado. Realmente as suspeitas da cunhada foram confirmadas, quando ela chegou com ajuda o casal estava morto. (V.A.)

Desde então, os avós estão cuidando das netos e continuam morando na localidade Santana, a seis quilômetros da cidade de Timon. Qualquer ajuda poderá ser entregue na recepção do Jornal Meio Norte, ou através dos seguintes telefones 9971-0274, ou 212-4509, procurar falar com Luis Cruz. (V.A.)

Reprodução de um "Box Solidarietà", Jornal Meio Norte, dia 30 de janeiro de 2004

Com relação às esferas governamentais, nota-se que suas responsabilidades são lembradas pela reiterada apresentação dos problemas estruturais da cidade. É quase obrigatória a presença diária, em todos os suportes, de uma reportagem denunciando o esquecimento, a falta de infra-estrutura ou a insegurança numa vila ou favela da cidade. Acontece, por exemplo, de um local ser citado numa matéria que trata sobre a ausência de iluminação pública e a sensação de insegurança dos moradores e, dois ou três dias depois, o mesmo local aparecer no noticiário agora se alertando para o risco de doenças trazidas por uma galeria a céu aberto. Ou seja, incansavelmente os jornais noticiam e denunciam os problemas da cidade, aproximando-se da condição de verdadeiros mediadores das boas causas, dada a insistência com que removem assuntos que há pouco acabaram de acerrar.

Já o tom emocional das reportagens é semelhante entre os três suportes. Percebe-se que eles, ao anunciar ações de empresas privadas no sentido de promover algum ato

considerado solidário, não demonstram o menor receio em expressar a satisfação típica de quem cumpre com o dever, tanto que a tinta empregada na construção dos textos é sempre carregada, quer no realce, quer na louvação da iniciativa descrita, quer no apontamento da necessidade de ações semelhantes.

Enlevados pela idéia de que o agir com solidariedade é não apenas importante, do ponto de vista da necessidade de sanar problemas que exigem soluções mais imediatas, mas também se traduz numa atitude que agrega algo de glorioso e dignificante, pode ocorrer de, às vezes, serem conduzidos a avaliações que pecam pela imprecisão e acabam cometendo alguns excessos. Um caso lapidar aparece em uma reportagem não assinada — o que indica a possibilidade do envio por uma assessoria de imprensa —, publicada na primeira página do caderno de cultura do Diário do Povo. Nela, há a afirmação de que, dentre as várias ações de solidariedade realizadas pela Prefeitura Municipal de Teresina, chama a atenção a iniciativa de levar atividades culturais às pessoas atingidas pelas enchentes por meio da Fundação Cultural Monsenhor Chaves, “que resolveu ajudar as vítimas das chuvas”, soando no mínimo estranho citar um órgão municipal responsável por assuntos culturais no desenvolvimento de suas obrigatórias atribuições dentro da esfera estatal e tratar o fato como uma ação de solidariedade.

Aliás, o ponto de partida para julgamentos como esses, realizado pelo repórter do Diário, é dado pelos próprios órgãos de governo. Muitos programas sociais criados para beneficiar pessoas de baixa renda são, por exemplo, batizados com a utilização de variantes da palavra solidariedade (“Programa Crédito Solidário”, do Governo Federal; “Programa Família Solidária”, da Prefeitura Municipal de Teresina), o que se torna até justificável do ponto de vista propagandístico, uma vez que os governos tentam, com essa atitude, fazer crer que suas ações são mesmo fruto da boa vontade dos representantes políticos diretamente associados aos atos em questão. Ocorre, portanto, a inversão da lógica da cidadania, na medida em que os benefícios aparecem como um favor, ao invés de serem considerados como uma questão de direito.

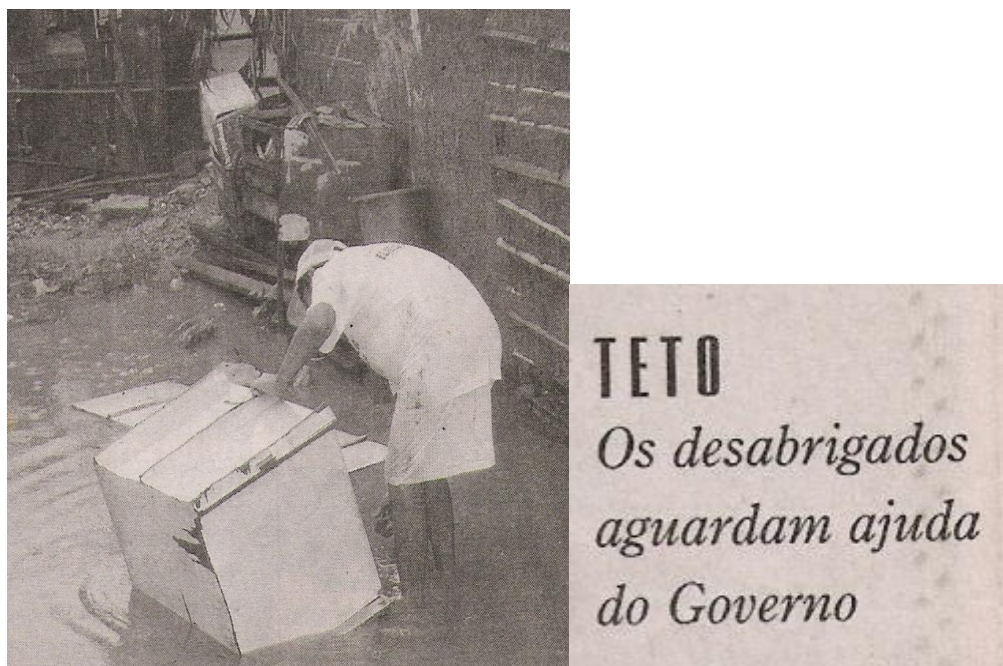


Foto e legenda de reportagem sobre o número de desabrigados com as enchentes de 2004 (MEIO NORTE, 2/2/2004)

Em resumo, o problema em apreço se localiza na sutileza da separação entre o que são ações de mídia (aquelas que buscam gerar repercussões maiores até que o próprio fato em si) e o que são atitudes que realmente espelhem a intenção de gerar bem-estar à população a ser beneficiada. Acrescente-se a isso uma outra preocupação, que pode passar despercebida após a leitura reiterada e menos interessada de casos de evocação da solidariedade das pessoas: em raríssimos momentos, o discurso é deslocado dos relatos de provocação com vistas ao puro assistencialismo-ajuda-solidariedade para, na outra ponta, a garantia de cidadania pela via do trabalho, emprego, educação e desenvolvimento cultural.

Então, de que realmente necessitam os pobres? Sem motivos para sobressaltos, a resposta fornecida pelos jornais teresinenses é lacônica no sentido de afirmar que os pobres precisam, antes de tudo, de solidariedade. Na tentativa de se justificar, eles se apressam em esclarecer que a apelação para a solidariedade alheia se torna um expediente necessário e humanamente plausível em face da urgência das problemáticas que exigem soluções igualmente imediatas.

Tal comportamento expõe, assim, uma visão paternalista da pobreza que, ao servir de apoio para a formatação de seus discursos, termina auxiliando no reforço de conceitos característicos do imaginário social. Em nenhum momento, os suportes acenam com, pelo menos, um princípio de discussão acerca da importância de se buscar a implementação de políticas públicas que rompam com essa visão paternalista e clientelista, amplamente centrada

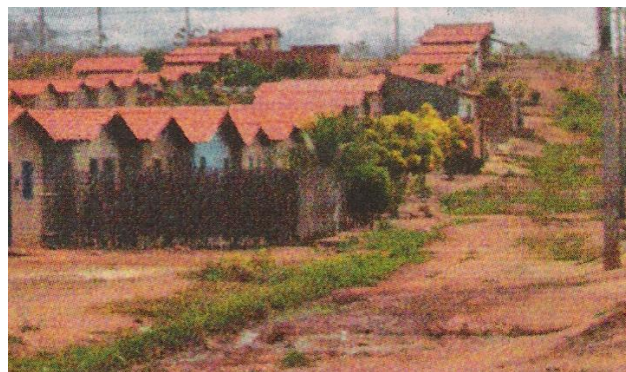
na caridade, na filantropia e no favor. Ao contrário de questionar o conceito de política pública e seus modos de consecução, fica evidente que, nos suportes pesquisados, não há abertura para concebê-la como um direito do cidadão, fazendo com que seus discursos resvalam, usualmente, para o apelo por imediatas ações beneficentes.

Sendo assim, o foco dos discursos construídos pelos jornais em análise sobre os pobres em Teresina aponta para a mobilização constante da sociedade — e do Estado, em determinados casos —, para que atitudes solidárias sejam capazes de garantir, às vezes com pequenos gestos, um alento para as infindáveis histórias corroídas pelo desespero advindas da condição social de pobreza. Aliás, conforme demonstrado, outro fator responsável pelo ajuste do foco dos discursos é dado pela preocupação em apontar as deficiências do Estado em oferecer os meios minimamente necessários à sobrevivência, que, por sua vez, se reflete na falta de bens materiais diversos, especialmente de uma casa para morar.

3.5 – A centralidade da questão da moradia no noticiário

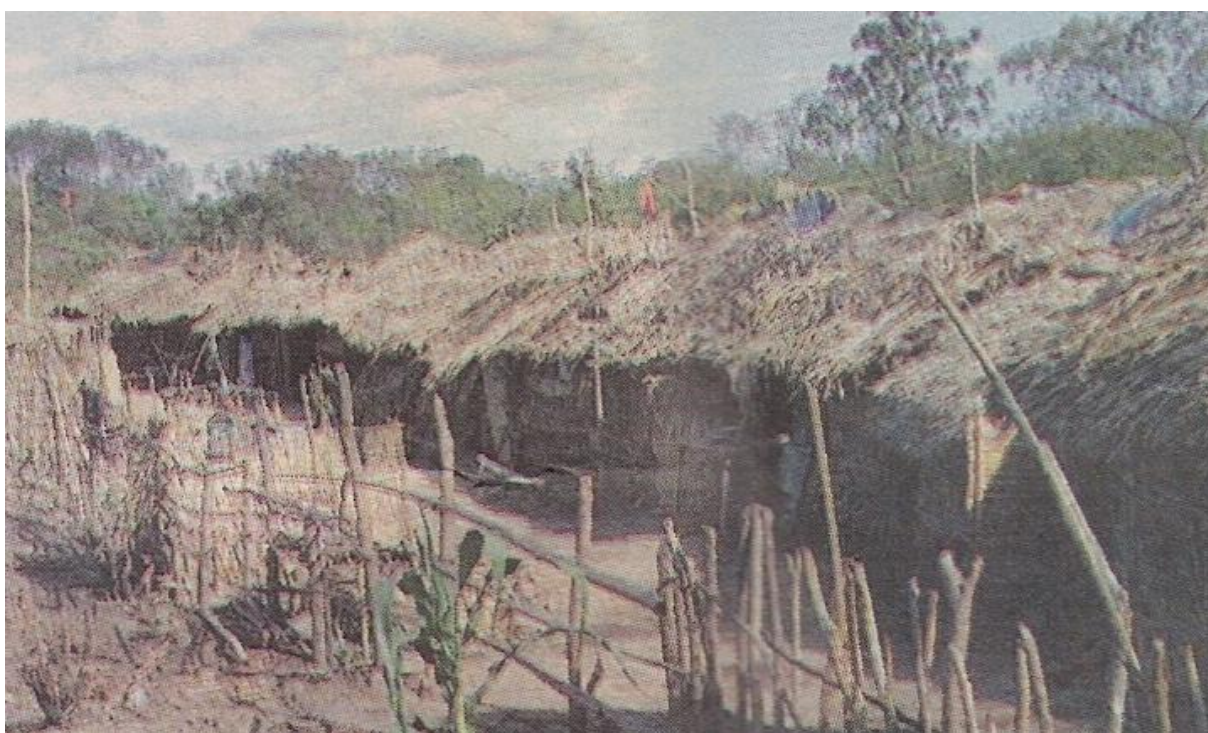
Entremeiam-se nas histórias de luta pela conquista de uma casa própria relatos de pessoas que exasperam sentimentos ora de revolta, ora de resignação, revelando, assim, uma necessidade incessante de entranhar-se no local e não ter de se deslocar mais para tantos lugares, como acontece corriqueiramente em razão das atribulações impostas pela condição de pobreza. Além disso, ter um lugar no mundo significa a possibilidade de assegurar referências territoriais, o que ocasionaria a constituição de uma história de vida estável, com estrutura minimamente firme e seqüenciada, longe de angústias causadas pelo constante temor de despejo do local a qualquer instante. Em certa medida, isso pode ser uma das explicações para a enorme repetição de reportagens sobre o assunto no noticiário local.

Não por acaso, de todas as entradas possíveis na questão da pobreza urbana, a que envolve os problemas ligados à moradia representa, sem dúvida, a que maior dedicação recebe dos jornais, merecendo uma observação melhor tanto pela relevância espacial que as equipes de reportagem costumam destinar ao tema, quanto pelo tom de reprovação usualmente empregado no tratamento do assunto. Seguindo suas escolhas editoriais, as reportagens sobre o tema são publicadas, invariavelmente, com muitas fotos dos lugares mencionados nos textos, sendo que, nesses casos, predominam imagens que não mostram pessoas em primeiro plano.



Fotos usadas para ilustrar reportagens nos jornais O Dia e Meio Norte, respectivamente

É muito comum, aliás, a publicação de fotografias panorâmicas, menos centradas em detalhes específicos para a composição final do quadro e que, por sua vez, denota a aspiração de ilustrar o texto com representações imagéticas capazes de transmitir, o mais fielmente possível, a extensão e a magnitude com que a pobreza se espalha pela cidade.



Diário do Povo, 27 de junho de 2004

Para atingir esse objetivo, os suportes recorrem ao cômodo expediente de exibir os reflexos da pobreza na cidade por meio de uma das suas faces mais visíveis, talvez a mais

facilmente constatável: a apresentação fotográfica da precariedade dos lugares onde os pobres habitam. Portanto, a observação da marca característica de evitar o retrato de pessoas em *close-up* pode demonstrar que, ao concentrarem esforços sobre a questão da habitação, a intenção primeira dos jornais parece ser a de assinalar o quadro de degradação das casas erguidas nas vilas e favelas.

Não parece, entretanto, que o drama da moradia chame a atenção imediata da imprensa teresinense para a situação de vida das pessoas pobres. Ao contrário, fica evidente que os problemas relacionados à falta de moradia mobilizam, em boa medida, as equipes de reportagem quando envolvem conflitos mais violentos (sobretudo nos casos de reintegração de posse). Ou seja, quando a propriedade privada se encontra ameaçada, os jornais são altamente diligentes em cobrir os acontecimentos, quase sempre com a tendência nada velada de combater o que chamam de “invasores” e suas “ações condenáveis”. Um episódio assim é relatado pelo jornal Diário do Povo, na edição de 6 de março de 2004:

TRÊS MIL FAMÍLIAS INVADEM TERRENO NO BAIRRO SATÉLITE

Pelo menos três mil famílias (segundo cálculos dos invasores), invadiram um grande terreno localizado entre os bairros Piçarreira e Satélite, na zona leste de Teresina. As famílias já começaram a erguer suas casas e garantem que não vão sair do local porque não têm para onde ir e necessitam de um teto.

O terreno, que é dividido pela avenida Capitão Vanderlei, supostamente pertence à União e à Universidade Federal do Piauí. Um dos limites chega à avenida Presidente Kennedy, num dos locais mais valiosos da zona leste da capital.

Segundo José Valdivino da Rocha, **um dos invasores**, o terreno servia apenas para a desova de cadáveres e de veículos roubados e a população que mora nas proximidades já não suporta tanta violência. Caso os invasores consigam mesmo o terreno, lá será transformada em uma das maiores favelas de Teresina. [...] (grifo nosso)

Postura como esta acentua a existência no Diário do Povo e, por extensão, nos demais periódicos de Teresina de um “quase-dever” de expor os conflitos urbanos, ainda que para a realização dessa obrigação se recorra à habitual tomada de partido na situação. Quer dizer, em circunstâncias assim, os conflitos nos jornais aparecem não por indulgência, mas antes pela necessidade de abrigar os acontecimentos considerados como os mais relevantes do dia, haja vista que um dos sentidos revelados pelo discurso da imprensa local se relaciona a um comportamento que demonstra privilégio às denúncias a qualquer custo, dado que pode ser observado, por exemplo, na cobertura de ações análogas às descritas no trecho da matéria transcrita.

É que, mostrar de forma negativa os conflitos por posse de terra, denominando as ações, reiteradas vezes, como “invasões”, contribui para exacerbar um traço do jornalismo praticado nos suportes analisados, que aponta a tendência de enfatizar a “sujeira” deixada pela pobreza quando esta ocupa um lugar que não é dela. Assim, sublinhar que o terreno em disputa está localizado “num dos locais mais valiosos da zona leste da capital” é um indício demasiado revelador de que nos suportes em análise os pobres podem até receber amplo espaço para suas reclamações e queixas (isso se delineia, de certa forma, como obrigação moral dos jornais) e para a evocação da compaixão alheia, quando são tratados como coitados que não dispõem de condições dignas de sobrevivência (isso, novamente, adquire feições de uma boa-ação, que justifica todas as formas de aclamação resultantes).

Mas se a questão envolve a propriedade privada, especialmente na região que concentra os imóveis mais valorizados da cidade, o modo de relatar a história muda de enfoque. Os jornais, antes sempre tão compreensivos e tolerantes, logo abandonam esses predicados e passam, instantaneamente, a empunhar a bandeira da defesa da propriedade privada, evidenciando que sua imagem mais cristalina é, sem dúvida, a de defensores ferrenhos dos direitos do cidadão, notadamente do direito de propriedade. O texto a seguir, que reforça essa idéia, foi extraído da chamada de primeira página do Diário do Povo, em 21 de abril de 2004:

SEM-TETO OCUPAM ÁREA NOBRE NA ZONA LESTE

Uma nova ocupação foi promovida pelos sem-teto em Teresina. A área fica na zona Leste da cidade, à margem da avenida Kennedy. Os moradores já começaram a levantar os seus barracos. Os sem-teto vão partir agora para a ocupação de casas nos conjuntos habitacionais que estão fechadas. Eles contarão com o apoio do MST (DIÁRIO DO POVO, 21/4/2004).

Representações como essas não se restringem aos casos em que a propriedade privada se vê ameaçada, já que efeito semelhante ocorre também com o patrimônio público. É o que se percebe na reportagem igualmente publicada pelo Diário do Povo no dia 23 de junho de 2004, cujo texto anuncia que os desabrigados por causa das enchentes “deixam 26 mil alunos sem escola”, uma vez que boa parte deles foi alojada em escolas públicas pelo governo estadual e pela prefeitura municipal. Com isso, ao passo em que se denuncia a demora das esferas de governo competentes em solucionar a questão, termina-se por apontar aquelas pessoas como presenças indesejáveis e incômodas ao desenvolvimento das atividades

escolares, ao funcionamento de outros prédios públicos e, extensivamente, ao bom andamento de toda a cidade.

Sintetizando, os jornais locais tentam, pois, dizer que um lugar apropriado para a pobreza certamente existe, desde que seja, necessariamente, diverso da propriedade privada e, de preferência, significativamente distante das zonas mais centrais e valorizadas da Capital.

3.6 – As múltiplas instâncias de fala presentes nos jornais

Há quem ensine didaticamente que a função do repórter não seja a de dizer o que ele próprio pensa, pelo menos quando se atém a uma das mais básicas estruturas de expressão do jornalismo, a reportagem. Nesses casos quem deve, em princípio, ocupar uma posição de destaque para emitir suas impressões e, assim, acrescentar algo sobre o assunto é o entrevistado, restando para os jornalistas, como exercício da capacidade de examinar a realidade com mais liberdade de visão e estilo o contentamento com espaços especialmente reservados a tal fim, destacados do material eminentemente informativo, como os artigos assinados, as colunas e as crônicas. Pode-se, assim, afirmar que faz parte da própria constituição da atividade jornalística o acolhimento de falas procedentes de distintos lugares, com inserção garantida no espaço estruturalmente designado ao conteúdo editorial.

Nos jornais em análise, pôde-se verificar que é conferido a determinados atores (Estado, Associações de Moradores, etc) um peso significativo no que respeita ao destaque e à proeminência dos discursos. No arranjo dessas falas aparecem, invariavelmente, as marcas do sistema midiático de produção e, por conseguinte, de sua autoridade de produzir sentidos, haja vista que, embora trabalhem com o discurso dos outros (a fala de instituições civis, dos moradores, dos governos, etc), ainda assim estão presentes as normas do que fazer ou deixar de fazer. Isso é possível pelo destaque atribuído a essas vozes, pela recorrência com que elas figuram no noticiário ou, de modo mais sutil, mediante o emprego habitual de determinados pesos e competências aos diferentes atores, que resultam na possibilidade de distingui-los pela observação dos traços simbólicos atribuídos a cada um.

Daí que dos diferentes regimes de construção empregados nos discursos dos suportes sobressai um modo próprio de conceber a pobreza que varia conforme o privilégio de fala dado a cada ator.

No que se refere à fala das pessoas comuns em expressões isoladas, notou-se que a essência dos discursos produzidos em suas exposições remete ao lamento e ao apelo desesperado por soluções. A reportagem publicada no jornal Meio Norte do dia 21 de julho de 2004 ilustra bem a situação:

INVASORES NÃO QUEREM SER DESPEJADOS

Os moradores da Vila Santo Afonso, zona norte de Teresina, temem que depois das eleições sejam despejados. Segundo a dona de casa Márcia dos Santos, 34 anos, “há três meses saiu comentários na Vila, feitos por pessoas da própria comunidade, de que o proprietário do terreno já está em mãos com ordem de despejo das famílias. Há comentários também de que a Prefeitura de Teresina quer fazer o remanejamento das famílias para o residencial Nova Theresina”, contou a dona de casa.

Por enquanto, tudo não passa de comentários e de especulação dos moradores, que ficam na expectativa, aguardando da Justiça a decisão final do processo de posse da terra.

“Será que não vai aparecer um filho de Deus para falar por nós? Se alguém tiver que nos ajudar, tem que ser agora; depois das eleições não adianta porque já terão nos tirado”, declara Márcia dos Santos.

A vila foi formada há quatro anos através de invasão. A exemplo de dezenas de outras vilas da capital, os moradores vivem aguardando ganhar a posse dos lotes para vê-la com infra-estrutura.

Como se vê, a angústia causada pela incerteza do futuro pode ser tão ou mais cruel que a própria concretização do problema. Não causa, pois, espanto que a imagem resultante seja a de pessoas cansadas de esperar por saídas para os problemas que se multiplicam a todo instante, os quais, em determinadas ocasiões, se mostram esperançosos, mas já não se apressam em esboçar grandes certezas de viver dias melhores.

Quando nos textos é dado maior relevo à fala das Associações de Moradores ou às entidades que as congregam — Federação das Associações de Moradores do Estado do Piauí - FAMEPI e Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários - FAMCC — é conferida a essas instituições a palavra oficial e mais abalizada para resumir as reivindicações de seus representados. É o que se vê no fragmento transcrito, retirado da reportagem “Lama causa doenças em crianças na Vila Frei Damião”, publicada pelo Meio Norte no dia 30 de junho de 2004:

A lama acumulada pela falta de pavimentação nas ruas do Residencial Frei Damião (zona sudeste) está causando doenças em dezenas de crianças da comunidade. A denúncia é feita pelos líderes do bairro, que também reclamam do precário atendimento das empresas de ônibus urbanos da capital.

A líder comunitária do Frei Damião Maria Luzenira disse que a gripe, diarreia e febre alta são os principais sintomas que atingem as crianças do lugar, que são obrigadas a conviver lado a lado com a lama e a sujeira. Ela denuncia que apenas um pedaço (90 metros) de uma rua foi pavimentado até agora no residencial, o restante foi feito uma terraplanagem. “O que se vê todo dia são crianças doentes. O que a gente imagina é que as doenças são em decorrência da lama em céu aberto”, conta Maria Luzenira [...].

No trecho, a representante da Associação goza da boa receptividade do jornal e encontra espaço para expor as deficiências da comunidade com uma certa concordância por parte de quem redige o texto. A Associação aparece como a voz amplificadora da comunidade num meio privilegiado para a publicização de seus problemas e queixas.

Pode haver, no entanto, uma gradação na imagem das Associações e, por extensão, das pessoas que elas representam, dependendo do assunto tratado nas reportagens em que elas venham a ser citadas, de modo que num relato sobre o início da ocupação de um terreno ou o cumprimento de um mandado de reintegração de posse de terreno, por exemplo, a carga negativa empregada no texto costuma ser mais perceptível que num outro em que o foco principal seja a cobrança por atendimento médico. As notícias a seguir são diferentes expressões dessas duas ordens de discurso:

INVASÃO

CINCO MIL FAMÍLIAS INVADEM ÁREA NA ZONA LESTE E ERGUEM BARRACOS
Os ocupantes alegam não ter casa para morar e, por isso mesmo, optaram pela área

Pouca a pouca, cinco mil famílias passaram a ocupar uma área de três quilômetros de extensão, nas proximidades do Zoobotânico de Teresina, no bairro Piçarreira, zona Leste da cidade. [...] (O DIA, 22/3/2004¹⁸).

Na mesma reportagem, aparece um pequeno texto dentro de um box no qual o jornal se apressa em apontar os responsáveis pela ação, utilizando, para tanto, este recurso de edição exatamente para lhe dar destaque visual:

COORDENAÇÃO – As famílias deixam claro que não estão sozinhas: em toda ocupação há sempre coordenadores que orientam e acompanham o levantamento dos barracos, no sentido de se evitar atropelos e também para encorajar os invasores a permanecerem no local, independente de ameaças de quem quer que seja. Na tarde de ontem, alguns invasores informaram que o presidente da FAMEPI – Federação das Associações de Moradores do Estado do Piauí – Dino Pereira estaria apoiando o movimento. Entretanto, o sindicalista desmentiu a versão. [...] Ele disse que essa

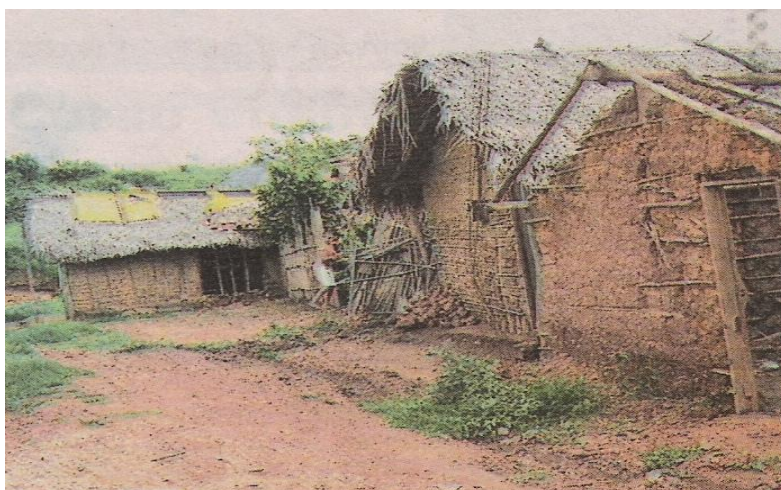
¹⁸ Tentou-se reproduzir a mesma disposição dos elementos de edição (retranca, título, linha fina e box) tal como se vê originalmente na página do jornal.

ocupação está sendo coordenada pela Famcc – Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários - e por um partido político que ele não soube declinar a sigla (O DIA, 22/3/2004).

Repare-se que, no primeiro caso, são bastantes comuns as ocorrências em que aparecem tachados de “invasores” em diversas estruturas editoriais além do próprio corpo da reportagem, como manchete, título, legenda, retransca, etc. Chama a atenção ainda o cuidado de abrir a reportagem com a caracterização precisa do local onde ocorreu o fato, na zona Leste da cidade, região que concentra os terrenos mais valorizados na Capital. Por outro lado, na exposição de uma reclamação pela falta de assistência médica, as Associações de Moradores mudam de figura:

VILA MADRE TERESA ESTÁ EXCLUÍDA DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

A Vila Madre Teresa de Calcutá, localizada entre os bairros Piçarreira e Satélite, na zona Leste, ficou conhecida na região como a “Vila dos Excluídos da Saúde”. [...] “Nós não temos para onde correr. Aqui não tem médico da família, se vamos para o Posto da Piçarreira não somos atendidos e nos mandam para o Hospital do Satélite, que também não nos atende”, denuncia a presidente da Associação dos Moradores da Vila Madre Teresa de Calcutá Maria do Socorro Cardoso dos Santos. Ela disse que a vila, onde moram 1200 famílias, nunca recebeu sequer uma visita de um médico, apesar de ter denunciado às autoridades de que um surto de pneumonia atingiu as crianças no início do ano. “As ruas não são calçadas e a poeira é muito grande, por isso as crianças, que estão em contato direto com ela, ficam doentes rápido”, explica a presidente. [...] (MEIO NORTE, 5/8/2004).



Aspecto da Vila Madre Teresa de Calcutá (MEIO NORTE, 5/8/2004)

Nessa situação, é conferido aos representantes dos moradores todo o respaldo necessário à denúncia da incapacidade do poder público de garantir equipamentos sociais

básicos e para cobrar soluções urgentes e eficazes. Ademais, vê-se que a expressão dos pobres por meio das Associações é capaz de devolver a esperança de continuar a luta por um futuro melhor, mantendo acesa a expectativa de que é necessário não esmorecer na árdua caminhada, a fim de conquistar o direito à realização dos objetivos comuns. Em outras palavras, a atuação das Associações de Moradores consegue traduzir, nos discursos dos jornais, o melhor significado do ditado “a união faz a força”.

Já quando o que predomina nos textos é a fala dos governos, a impressão mais nítida extraída dos discursos analisados é a de que os pobres retratados nos jornais não passam de uma massa amorfa, insistente e alastrada pela cidade, utilizada pelos políticos, dentre outros motivos, para discutir suas estratégias e para se beneficiar eleitoralmente, com vista a desestruturar e desmentir o discurso da oposição.

Flora Izabel pede votos em região de alagados (DIÁRIO DO POVO, 21/7/2004)

Poderes unem forças por alagados (O DIA, 6/4/2004)

Comissão verifica condições dos desabrigados (O DIA, 8/4/2004)

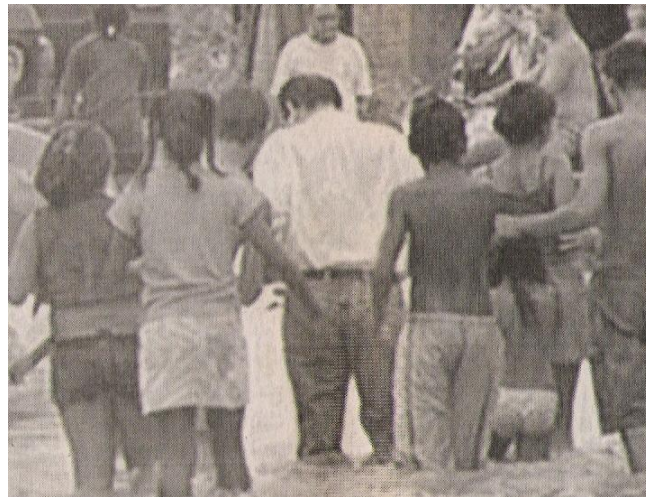
Conflito entre Governo e PMT dificulta ações contra chuvas (MEIO NORTE, 22/1/2004)

Firmino e Wellington acertam ajuda (MEIO NORTE, 29/1/2004)

Vestígios como esses demonstram que o drama das famílias funciona, em certa medida, apenas como suporte nos quais se apóiam os políticos na ânsia de demonstrar empenho e comprometimento com a busca de soluções rápidas e eficazes para os problemas advindos com as enchentes do início de 2004. A publicação de fotografias do prefeito Firmino Filho caminhando com alguns moradores com a água quase na altura do joelho é, nesse sentido, emblemática.



Foto do prefeito Firmino Filho (*de óculos e camisa branca*) caminhando em região alagada (MEIO NORTE, 28/1/2004)



Jornal O Dia, edição de 28 de janeiro de 2004

Assim, ao tratar de assuntos relacionados à pobreza na cidade, os jornais apresentam evidências que fazem crer que os políticos, de maneira pouco ou nada dissimulada, deixam transparecer um tipo de imagem particular das pessoas atingidas por esse drama, qual seja a

de que a pobreza representa, tão-somente, uma boa base para a cata de votos, um verdadeiro palco para suas andanças e demonstrações de trabalho político-eleitoral.

Para tratar de assuntos relacionados ao desenvolvimento social por meio de ações concretas que visem atingir o bem-estar dos mais necessitados restam apenas as matérias enquadradas nos moldes típicos dos *releases*, enviados por assessorias de imprensa, que são frios, pouco profundos e nada questionadores da realidade em foco. Constatções dessa ordem são percebidas, por exemplo, em reportagens que desnudam divergências partidárias pela exposição de disputas entre políticos de partidos adversários ou nas que relatam a liberação de verbas para obras importantes, tal como se observa neste trecho de uma reportagem que, por não ser assinada, auxilia para a desconfiança de que se trate de um *release*:

PROGRAMA HABITAR RECEBE R\$ 11,2 MILHÕES PARA OBRAS

Serão intensificadas a partir da próxima semana as obras do Programa Habitar Brasil BID que está promovendo melhoria habitacional e infra-estrutura urbana nas vilas do Avião, Nova e Meio Norte, na região do bairro Pedra Mole, bairros considerados os mais carentes de Teresina. O projeto prevê a aplicação de R\$ 11,2 milhões e será concluído ainda este ano, segundo previsões dos técnicos responsáveis pela obra.

O superintendente da SDU Centro/Norte Francisco Nogueira explicou que a Caixa Econômica Federal deverá liberar nos próximos dias a primeira parcela dos recursos, dinheiro com o qual a Prefeitura pode adiantar as obras previstas no projeto já em andamento. Segundo o acordo feito entre a Prefeitura de Teresina e a Caixa Econômica Federal para a realização da obra, a contrapartida é de 10 por cento para o poder municipal. Ao todo serão construídas 400 novas casas, além de 300 moradias que receberão melhorias, beneficiando, assim, cerca de 700 famílias carentes da cidade. [...] (DIÁRIO DO POVO, 8/1/2004).

A representação da pobreza como uma condição de vida em que se encontram pessoas que revezam sentimentos que variam entre a ansiedade por soluções resultantes da “boa-vontade” dos políticos e a expectativa com o que a sorte — ou Deus — pode lhes reservar torna-se ainda mais definida com a observação do alinhamento político de cada suporte. Assim sendo, um jornal favorável à administração municipal (Diário do Povo, por exemplo), trará um noticiário com tom visivelmente mais condescendente com as ações empreendidas pela Prefeitura, enquanto um outro suporte, com postura mais combativa, tenderá, naturalmente, a produzir reportagens de caráter mais incisivo com relação à atuação dos governantes.

POLÍTICOS LEVAM FAMÍLIAS PARA ALAGAMENTO

O PT através da Famcc foi um dos partidos que mais lucraram eleitoralmente ao incentivar ocupações em áreas de risco de alagamento

Grande parte das famílias desabrigadas pelas enchentes construiu suas casas em áreas impróprias para a habitação, com “certeza de alagamento”. As vilas alagadas total ou parcialmente nas últimas enchentes são frutos de ocupações de terrenos urbanos patrocinadas, principalmente, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), através da entidade criada para lidar com a questão da moradia, a Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários (Famcc).

Nas visitas às áreas alagadas, o prefeito Firmino Filho criticou a atuação das lideranças comunitárias que promoveram a ocupação de áreas alagadiças, como as vilas Mocambinho I e II e Santo Afonso, na zona Norte. Estas vilas foram criadas dentro de uma lagoa e com as primeiras chuvas as casas foram invadidas pelas águas. As três áreas foram ocupadas com orientação do PT e da Famcc.

A Prefeitura de Teresina, através da Superintendência de Desenvolvimento Urbano Centro/Norte, tentou por várias vezes transferir as famílias ali residentes para locais mais seguros, como um terreno ao lado do Conjunto Nova Theresina, na zona Leste. Orientadas pela Famcc, as famílias fincaram pé e se negaram a aceitar o terreno oferecido pela Prefeitura. Além da Famcc, outra entidade que organiza ocupações de terrenos em Teresina é a Federação das Associações de Moradores do Estado do Piauí (Famepi), dirigida por militantes do PC do B. [...] (DIÁRIO DO POVO, 9/2/2004).

Dessas diferenças de engajamento entre correntes políticas diversas resultam imagens da pobreza urbana igualmente distintas, pois, na medida em que reportagens que a tematizam são constantemente conduzidas em chave negativa, a imagem das pessoas representadas acompanhará, como consequência, a nuance predominante nas coberturas. Isso evidencia que o processo contínuo de elaboração das notícias é um movimento que, além de transformar os jornais em locais de acolhimento das diferentes falas que o atravessam, resulta na formação da própria fala jornalística. Sendo assim, inúmeros debates podem ser daí acompanhados, com a possibilidade ainda de se constatarem os embates de sentido provocados.

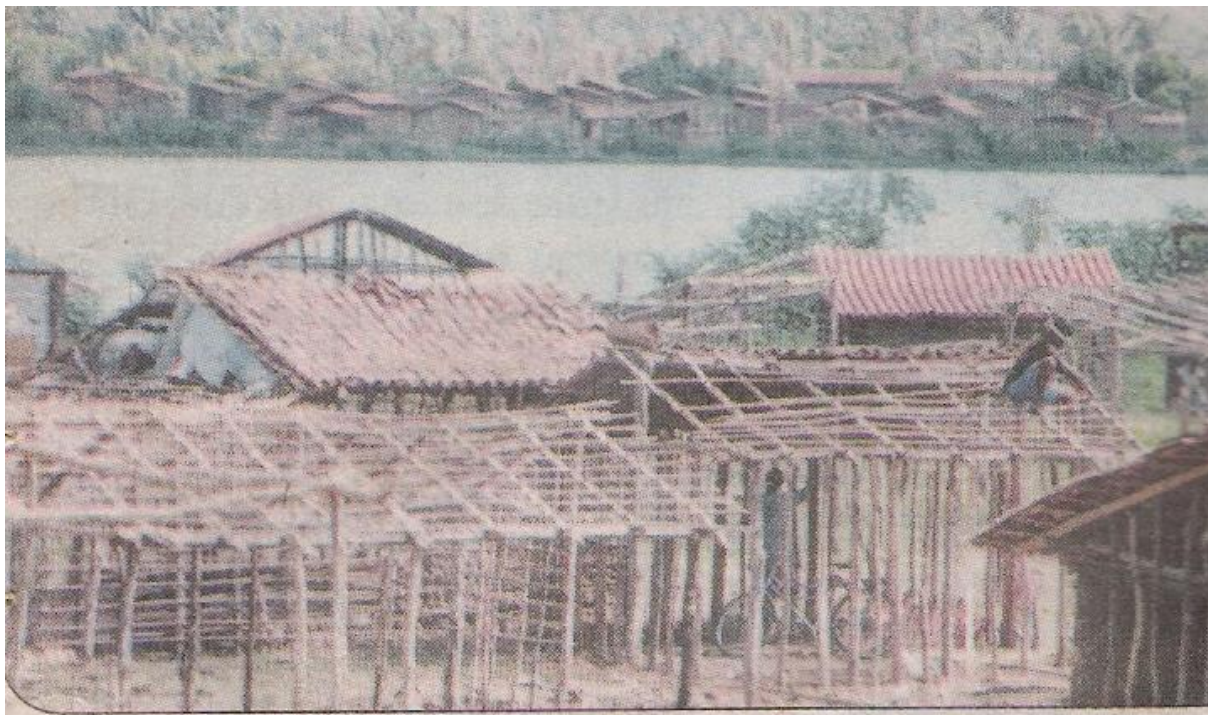


Foto que acompanha a reportagem do Diário do Povo sobre o envolvimento de entidades representativas de moradores com ocupações de terrenos em Teresina (Diário do Povo, 9/2/2004)

Deriva, disso tudo, uma outra percepção importante: ao tempo em que os jornais são transformados em espaço de recepção de discursos é preciso igualmente considerar sua postura de produtor de discursos. São receptores ao acolher as falas oriundas de outros destinos e produtores ao inseri-las nas suas formas peculiares de produção de sentidos. É que, se é verdade que os vários sentidos que transitam pelos jornais o fazem um dispositivo acolhedor da fala dos outros, da mesma maneira é permitido dizer de uma concomitante produção de sentidos na medida em que o percurso dos sentidos é também fornecido por eles. Aliás, dada a frequência e o modo como são publicadas as notícias de governo associadas à temática da pobreza urbana, surge a necessidade de alguns comentários mais detidos sobre o assunto.

A esfera de governo recebe, com efeito, mais destaque nas coberturas. Em se tratando de reportagens sobre problemas ligados à pobreza, não é estranho que boa parte seja destinada ao caderno Cidade, embora venham algumas poucas vezes sob a chancela da editoria de política, usualmente posta no primeiro caderno. Assim, nada mais óbvio que o predomínio de notícias que envolvam a administração municipal, principalmente as ligadas aos problemas de infra-estrutura urbana.

Ao longo do ano pesquisado, grande é a exposição da figura do prefeito Firmino Filho e de seus secretários, deixando transparecer um certo tom aclamativo ao atribuírem ares de indispensabilidade e de aposta na contribuição insubstituível das ações da Prefeitura no que refere à tentativa de minimizar o drama vivido por pessoas em situação de risco (como, por exemplo, no caso das cheias dos rios e do conseqüente tormento havido no início de 2004). Ressalte-se ainda o peso significativo conferido ao material enviado pelas assessorias de imprensa de órgãos e de secretarias da Prefeitura Municipal de Teresina relatando as ações do prefeito e de seus secretários a fim de diminuir o sofrimento das famílias e minimizar os riscos de desabamento, choques elétricos ocasionados por ligações clandestinas, doenças, fome, etc.

Diz-se que se trata de materiais claramente enviados por assessoria de imprensa porque os textos não são assinados por repórteres da equipe do jornal e se assemelham ao estilo propagandístico de aclamação oriundo do trabalho assessoral, além de não apresentarem um mínimo de apuração prévia que empreste ao texto um conteúdo mais consistente do ponto de vista do confronto das informações repassadas. Isso faz com que, muitas vezes, o propósito de divulgar determinadas ações pela imprensa acabe funcionando como mera agenda diária dos governos, espécies de boletins oficiais que os jornais acatam sem qualquer esboço de contestação ou sem a mínima inquietação com o que publicam.

Encontram-se, de modo especial, nos jornais O Dia e Diário do Povo, os casos que mais chamam a atenção, devido à quantidade de matérias com essas características. Já o Meio Norte, diferentemente dos outros, demonstra maior cuidado em evitar a cômoda publicação de *releases* encaminhados à redação sem, ao menos, acrescentar algo ao material enviado pelas assessorias. Talvez seja isso algo imperceptível para quem esteja demasiado envolvido num ritmo de produção acelerado e extenuante próprio do ambiente das redações, mas a repetida atitude de encaixar nas coberturas um número significativo de matérias de acompanhamento do dia-a-dia da Prefeitura nos moldes indicados oferece ferramentas para inferências como as ora apresentadas.

Assim, a larga publicação de ações do poder público poderia apontar que os jornais constroem a idéia de que os pobres necessitam quase que unicamente da atuação direta dos governos para garantir o mínimo necessário à sobrevivência. É o que demonstra, por exemplo, o episódio em que no jornal O Dia de 19 de agosto de 2004 pode-se ler a declaração do prefeito Firmino Filho, segundo o qual “fazer obras para quem é pobre é o nosso compromisso”, de modo que “vamos continuar tratando assim porque os pobres são os que mais precisam da Prefeitura.” Repare-se que, em poucas palavras, o prefeito assume a postura

e o jornal se encarrega de reforçar a imagem na qual os governos — ou os políticos? — têm sempre à mão soluções para os problemas relacionados à pobreza.

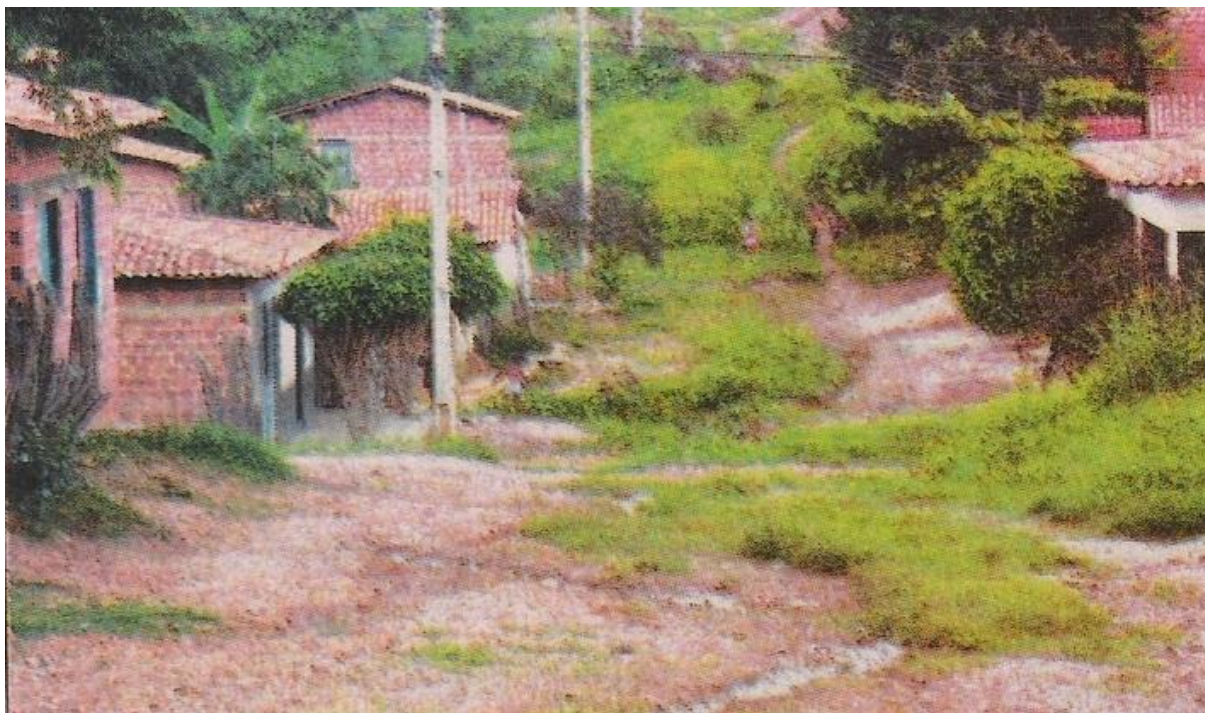
Em face da repetitiva exposição de casos como este, a pobreza urbana vai sendo construída pelos jornais, no plano simbólico, assumindo uma imagem semelhante a um conjunto imenso de indivíduos com existência quase que exclusivamente atrelada às políticas promovidas pelas diferentes esferas de governo. Construções desse tipo ocorrem cotidianamente em associação à prática de eximir a sociedade de suas responsabilidades pela geração e perpetuação desse drama, o que exige a promoção de sérios e constantes debates capazes de produzir um pensamento crítico a respeito do assunto.

Isso, sem dúvida, abrange o desenvolvimento de um trabalho jornalístico minimamente distanciado dos mesmos interesses demonstrados pelas esferas de poder político, algo que simplesmente não ocorre no Piauí ou, na melhor das hipóteses, torna-se uma tarefa difícil, assim como revela a postura apresentada pelos jornais de se esquivarem de uma empreitada como esta na medida em que aceitam passivamente a versão oficial daquilo que divulgam em suas páginas.

3.7 - O reforço de conceitos difundidos no imaginário social

No corpus analisado, a maioria dos textos aponta as deficiências de infra-estrutura das vilas e favelas da cidade, problemas tornados públicos pelos jornais principalmente pela exposição das constantes lutas por regularização de terras destinadas à moradia, bem como pelo apontamento das dificuldades cotidianas com que as pessoas desses locais se deparam.

Quando se trata da representação por imagens fotográficas, usadas com a finalidade de ilustrar uma reportagem sobre pobreza, com frequência se publicam fotos de casebres construídos com taipa e palha, em panorâmica ou num plano mais fechado, em ambos os casos geralmente sem a inserção de pessoas.



Meio Norte, 5 de fevereiro de 2004

Esse tipo de imagem-coringa está presente em todos os jornais e sua utilização assume a função de um ícone perfeito para o rápido reconhecimento do tema abordado no corpo do texto, mesmo antes de uma leitura mais detida. Outros tantos assuntos irão aparecer em coberturas que expressam, por exemplo, o drama da fome ou a ascensão da violência, o desemprego, entre outros.

Da leitura continuada desses textos que perpassam os problemas enfrentados pelos pobres em Teresina percebe-se, no entanto, que, ao ser revelada a situação vivida por eles, ocorre, quase automaticamente, a manifestação de algumas metáforas. A metáfora e outras tantas maneiras de aplicação da linguagem em sentido figurativo são pesquisadas há bastante tempo, variando, ao longo dos anos, a forma de sua abordagem: para os estudos clássicos, a linguagem figurada é considerada, sobretudo, por seu caráter de adorno dos discursos com propósitos literários ou mesmo de retórica, enquanto os estudos mais recentes procuram demonstrar que o seu uso e de outras figuras ultrapassa esse domínio restrito dos discursos, passando a considerá-las como de grande relevância para o entendimento da cognição humana.

A Análise do Discurso considera, de modo particular, grande a importância da utilização de figuras retóricas como a metáfora, a sinédoque (que consiste em tomar a parte pelo todo) e a antonomásia (quando ocorre a tomada de um exemplar da classe como sendo toda a classe). Tal utilização produz generalizações habituais e nelas se assentam as operações

lógicas de inferência, dedução, indução e abdução realizadas constantemente pelas pessoas. Isto porque o exercício de interpretação dos textos é realizado pelo recurso de se levar em conta elementos dos interdiscursos, a fim de promover a superação das lacunas apresentadas pelos textos tornando-os, conseqüentemente, coerentes e vinculados à realidade.

Do uso da sinédoque, antonomásia e metáforas surge um repertório de conceitos hegemônicos, segundo os quais os inúmeros produtores de sentido, dentre eles a mídia, forçam generalizações muitas vezes indevidas e que costumam levar a interpretações tendenciosas dos mais variados acontecimentos do mundo (PINTO, 2002). As metáforas são, portanto, um modo muito claro de como se revelam habitualmente certos conceitos e sua utilização concorre para a percepção cognitiva de ocorrências de caráter abstrato que, diante da impossibilidade de representação direta, recorre a experiências vividas concretamente para a formulação de explicações de mais fácil entendimento sobre aquilo que se pretende dar corpo.

Na análise dos suportes considerados nesta pesquisa, a primeira metáfora para a pobreza seria a da doença e do conseqüente caos provocado pelo alastramento de um tipo de moléstia terrivelmente arrasadora. Apenas para ficar em alguns casos, nota-se que é muito comum a apresentação desses indivíduos como sendo o retrato de pessoas doentes, gripadas, com febre e que vivem em pânico, desesperadas, assustadas, abandonadas e revoltadas, dentre outros termos qualitativos.

Além da caracterização especificamente voltada para as pessoas, os jornais também exibem diversas descrições dos locais onde habitam nas vilas e favelas da cidade, como se vê nos trechos a seguir reproduzidos. O primeiro é uma reportagem publicada no jornal Meio Norte, edição de 12 de janeiro de 2004, que relata a situação de constante temor, apreensão e insegurança das pessoas que vivem em zonas atingidas por constantes riscos de alagamento e desabamento:

[...] Muitas casas da região ainda são feitas de taipa, facilitando o desabamento em época de fortes chuvas como no começo do ano. Os moradores estão *temendo* que uma *tragédia* aconteça e estão *ansiosos* em receber o mais *urgente* possível um terreno em um local melhor para morar, *livres* da *ameaça* de desabamento (MEIO NORTE, 12/1/2004, grifos nossos).

Outro trecho foi retirado de uma reportagem do jornal O Dia, publicada em 11 de junho de 2004:

Sujeira, lixo por todos os lados, *mau-cheiro*. Esta é a situação em que vivem famílias da Vila Luci, zona sudeste da cidade. [...] A situação em que vivem chega a ser *degradante*. [...] É difícil a organização onde há tanta gente amontoadada. [...] As crianças são as maiores *vítimas* do *caos, sujeira* e *doenças* que as acometem com frequência. [...] Os moradores dizem ter chegado no *limite*. [...] O *medo* também faz parte do cotidiano das famílias [...] (O DIA, 11/6/2004, grifos nossos).

Repare-se que a própria pobreza se confunde com a idéia de doença, haja vista que a convivência diária em regiões que propiciam o aparecimento de diversas moléstias faz com que as pessoas acometidas por enfermidades sejam a expressão acabada daquilo que deve ser evitado por quem não deseja correr riscos de contaminação.

Dito de outra maneira, embora as doenças apareçam, de fato, em decorrência da falta de infra-estrutura nas regiões descritas nas reportagens e expressas em palavras como “sujeira”, “lixo”, “mau-cheiro”, “degradante”, “vítimas”, “caos” e “tragédia”, fica difícil, num determinado instante, distinguir o que seja realmente doença: se as enfermidades existentes em função da falta de saneamento e de condições para combatê-las com eficácia ou se a própria pobreza passa a assumir as feições de algo repulsivo e repugnante, tal como uma doença que se alastra sem controle. Conforme, identificado na virada do século XIX para o século XX (VALLADARES, 1991), as representações da pobreza parecem convergir para tentativas ainda hoje bem sucedidas de associá-la a algo abjeto, repelente e abominável.



Jornal O Dia (21/1/2004)



Jornal O Dia (27/3/2004)

Por meio dessas construções discursivas, responsáveis pela constituição de um modo próprio de pensar a pobreza, vai se formado um modo comum de compreensão do problema que leva à geração e à perpetuação da violência simbólica sobre os pobres, num fenômeno que assume ares de irreversibilidade. É possível constatar alguns sinais quando são injustamente tachados de incompetentes, violentos e desinteressados pela política ou quando a eles são atribuídas características que os associam ao isolamento e à dificuldade de organização interna, para ficar nos arquétipos mais difundidos no imaginário social.

Mas, além da formação de um pensamento corriqueiro que aproxima a pobreza dos atributos negativos evidenciados, a associação dela com a doença tende a fazer acreditar que os pobres devem ser mantidos o mais distante possível das zonas centrais das cidades, estas, destinadas às pessoas “saudáveis”, de boa classe e bem-sucedidas financeiramente, a fim de se evitar a contaminação pelos males trazidos por quem habita diretamente no foco das endemias provocadas pela sujeira, lixo, esgotos a céu aberto, etc. Torna-se, de certa forma, redundante dizer que essa associação é extremamente perigosa, pois, uma vez que não seja possível erradicar o drama da pobreza, os jornais vão cotidianamente tornando-a repulsiva, repelente, indigesta e, como resultado, acabam por induzir a idéia de que um remédio eficaz talvez seja o combate duradouro dos incômodos provocados. Nesse sentido, as reportagens sobre reintegrações de posse são bons indicadores da constante vigilância exigida em face da ameaça de tantos “invasores”, causadores de desordem e confusão, conforme aparece no Diário do Povo do dia 2 de julho de 2004:

SEM-TETO VOLTAM A INTERDITAR AVENIDA

Dezenas de famílias que invadiram um terreno na avenida Presidente Kennedy, na zona leste, fizeram uma grande manifestação na manhã de ontem, interditando a via, queimando pneus e fazendo barricadas para evitar que os carros passassem. [...]

Muitos dos sem-teto que participavam da manifestação na avenida Presidente Kennedy cobriam os rostos como se fossem participar de uma guerra. Como se fossem um movimento previamente combinado, estudado, os mascarados eram os que estavam na linha de frente da confusão, seja ateando fogo no meio da pista, ou mesmo impedindo a passagem de algum motorista que não quisesse retornar.

A manifestação de ontem só confirmou o que muitas autoridades já desconfiavam, mas não tinham certeza: de que os movimentos tanto de sem-teto como de sem-terra hoje no estado estão cada vez mais ousados e muitas vezes beiram à violência. [...].

Essa associação dos pobres com a violência também remete à imagem de “classes perigosas” (VALLADARES, 1991) do início do século XX, cuja idéia ainda pode ser percebida com bastante vivacidade no imaginário social e que a imprensa se encarrega de reproduzir. Quer dizer, repete-se a representação do pobre como vagabundo, delinqüente e irresponsável que, automaticamente, deve ser responsabilizado de modo quase integral pelas alterações da ordem, devendo, a todo instante, ser combatido, a fim de se restabelecer e manter o funcionamento normal da cidade.

Outra metáfora aparece da análise dos textos que concentram os relatos de ações dos políticos no sentido de amenizar os problemas da pobreza na cidade. Sem meias palavras, a leitura dessas reportagens passa a impressão de que os pobres são quase objetos inanimados ou no mínimo animais quaisquer, na verdade um artefato que pode ser transportado de um lado para outro na dependência exclusiva da conveniência e vontade de seus donos.

Assim, em reportagens desse tipo sobressai a imagem de que os pobres funcionam como massa de manobra ora de políticos, ora de líderes comunitários com aspiração a cargos eletivos, sobretudo se está em jogo uma disputa política entre diferentes esferas de governo — como ocorreu entre a Prefeitura de Teresina e o governo estadual nas enchentes do início de 2004. Percebe-se, então, que o foco central das reportagens se concentra, quase na totalidade, nas ações dos governos e no acompanhamento das andanças dos políticos, enquanto as pessoas atingidas passam a ser retratadas no noticiário como meros elementos figurativos dos textos. Quer dizer, à margem das disputas entre poderes e poderosos, as próprias vítimas são tratadas pelos jornais como simples personagens de fundo de textos que, dia após dia, relatam discussões alongadas para questões que exigem soluções imediatas, sendo que os principais interessados nessas respostas são usados em demonstrações de força características da atividade política e, conseqüentemente, funcionam como um meio necessário para a ascensão de determinadas figuras públicas.

DESABRIGADOS SÓ RECEBERÃO AJUDA POR MAIS TRINTA DIAS

A Prefeitura de Teresina gasta R\$ 426 mil com o atendimento e alega que nunca recebeu um centavo do governo. [...] A secretária municipal de Assistência Social e Cidadania Umbelina Carvalho afirmou que a prefeitura nunca recebeu um centavo do governo do estado ou do governo federal. “A ajuda se resume a 1.833 cestas de alimentos de 18 quilos que foram entregues em fevereiro”, assinalou. [...] (DIÁRIO DO POVO, 1/4/2004).

PMT REMOVE FAMÍLIAS PARA RESIDENCIAL

A Prefeitura Municipal de Teresina está concluindo a remoção das famílias do Parque Rodoviário que estavam com as residências em situação de risco desde a cheia, em janeiro deste ano. [...] São mais de 20 famílias que devem sair do local para uma área no Residencial Mário Covas, na BR-316. [...] Os moradores das casas em maior situação de risco foram retirados do local e alojados no ginásio esportivo Rui Lima [...] (MEIO NORTE, 26/4/2004).

COMISSÃO VISITA FAMÍLIAS ABRIGADAS NO VERDÃO

Uma comissão formada por representantes da OAB, Assembléia Legislativa, Câmara Municipal, [...] fará uma visita às famílias de alagados que foram abrigadas no ginásio de esportes Verdão. [...] O vereador Francisco Sales quer assegurar uma verba de R\$ 3,6 milhões, oriunda do governo do estado e do município, para atender às famílias que tiveram as casas destruídas com as enchentes. [...] (DIÁRIO DO POVO, 7/4/2004).

Verifica-se que, quando se trata da pobreza e das ações dos políticos para combatê-la, predominam os relatos sobre liberação de verbas, disputas entre homens públicos (uns contra os outros e/ou entre esferas de governo), ou sobre divergências partidárias, o que concorre para que os pobres sejam representados como uma espécie de “massa de manobra” estendida por toda a cidade, a qual os políticos utilizam como apoio a seus discursos, estratégias político-eleitorais e contestação o discurso dos opositores. Ou seja, nessas representações transparece a imagem da pobreza como uma condição social que reúne seres errantes inteiramente desprovidos de perspectivas melhores de vida, porquanto pessoas que, sobrevivendo num mundo de incertezas, ainda são obrigadas a se submeter às promessas dos homens públicos.

Ao tratá-las como seres errantes é possível que os jornais sejam responsáveis por um processo de naturalização do pensamento segundo o qual os pobres servem aos propósitos da classe dominante sem nenhuma contestação ou qualquer tipo de insubordinação. Mais uma vez, as perigosas conseqüências que podem advir da constante construção dessas representações são a manutenção histórica de relações marcadas por subserviência, submissão e inferioridade.

Outra metáfora que sobressai da exposição da pobreza urbana nos jornais teresinenses é a do artista de circo, precisamente do malabarista. Quando se fala assim, obviamente que não se faz referência ao aspecto lúdico desses profissionais que ganham o sustento pela diversão que levam aos outros. Muito distante disso, salienta-se exclusivamente a inventividade dos pobres para fugir às agruras da vida, numa metáfora que pode ser notada

principalmente quando os jornais enaltecem o caráter persistente dessas pessoas ou quando recorrem à elementar explicação do “jeitinho brasileiro” para ilustrar a criatividade necessária à superação das dificuldades, conforme mostram os fragmentos que seguem:

[...] Muitos tentam driblar a fome e a miséria como podem. Algumas mulheres estão trocando alimento, material de limpeza e outros objetos pelo que necessitam. Outras chegam a vender doações, como roupas e confecções, para comprar uma comida melhor e também para manter vícios como o cigarro e a bebida. [...] Donas de casa revelam que os maridos vivem de “bicos”, mas quando a situação aperta e a necessidade fala mais alto elas fazem o que podem. [...] Na maioria das vezes, falta tudo, mas o brasileiro sempre encontra um jeitinho. [...] (O DIA, 13/3/2004).

A falta de água encanada e de uma rede de distribuição de energia na Vila Menino Jesus, zona sul de Teresina, vem forçando os moradores a colocar a vida em risco para fazer arranjos, ou seja, as “gambiarrras”. [...] Não há saneamento básico, mas sim ruas com esgoto a céu aberto, casas sem unidade sanitária e sem água encanada. Para ter como beber ou tomar banho, a população puxa água da vizinha Vila Jerusalém. “Aqui água se consegue na base da amizade. Quem tem amigo na Jerusalém tem água em casa. Se não tiver, tem que resolver de outra forma”, revela a dona de casa Maria Luzia de Sousa. [...] Para ter uma lâmpada em casa os moradores tiveram que se arriscar subindo em postes para fazer as gambiarrras. [...] (MEIO NORTE, 9/9/2004).

Esta metáfora, ao contrário das outras duas, se encontra em reportagens cuja forma de exposição dos problemas se dá pela ativação, por parte dos jornais, de uma postura mais inclinada a conceder o direito de expressão verbal diretamente às pessoas retratadas nos textos. Com isso, verifica-se a intenção de gerar no leitor uma maior receptividade aos problemas relacionados à pobreza para que, em seguida, sejam constantemente cobradas soluções eficazes e definitivas ou, quando possível, para que se promovam ações beneficentes visando amenizar o sofrimento mais urgente de alguém ou de alguma família.

Mas, se os jornais retratam a pobreza como algo que resulta em desespero, indignação, relutância, incômodo, sujeira e mau-cheiro, ainda assim os pobres são pessoas que nutrem sentimentos de esperança e garra, além de apresentarem uma gigantesca vontade de vencer, batalhar e lutar, tal como se verifica no seguinte texto:

MORADORES LUTAM POR POSSE DE TERRENO NA VILA SANTO AFONSO

Os moradores da Vila Santo Afonso, zona norte da cidade, estão ansiosos pela desapropriação do terreno para que possam ter em mãos o título de posse. Essa luta se arrasta por mais de quatro anos, porém a negociação da área já foi acertada com o

governo do estado, segundo Francisco Andrade, um dos diretores da Associação de Moradores do Matadouro, onde a vila está assentada.

“Felizmente, os moradores da Santo Afonso estão mais perto de terem seu terreno, sua casa própria”, disse Andrade, acrescentando que a proposta do governo está sendo aguardada com grande ansiedade pela vila, já que a prefeitura de Teresina não negocia mais quando o terreno é de particulares. [...] (O DIA, 8/7/2004)

Mesmo com a preocupação dos jornais de descrever cenários que aproximam a pobreza daquilo que é desestruturado, desconexo, caótico e confuso, ambiente este tornado mais sombrio pela reprodução continuada de uma atmosfera anuviada pela incerteza até mesmo do futuro mais imediato, ainda assim, constata-se-lhes uma certa inclinação para enaltecer características associadas à insistência, obstinação e paciência, sempre numa chave amplamente positiva. Nesse sentido, é possível perceber, em destaque, o caráter multifacetado dos discursos construídos pelos diários locais acerca da pobreza urbana.

Como resultado, tem-se a construção de discursos polifônicos que, premidos por pressões advindas de diversas frentes (dos sujeitos, do poder público ou dos próprios jornais concorrentes), acabam por reproduzir visões ora de resistência, ora de mobilização da sociedade, as quais, em determinados momentos, podem variar no grau de superposição momentânea uns sobre os outros. É o que ocorre quando se nota o predomínio do discurso paternalista, responsável por tirar o indivíduo da condição de cidadão e o colocar no patamar da carência.

Portanto, entre tantos outros discursos construídos pela imprensa teresinense, um dos que mais chamam a atenção, dado o modo como obtém complexidade nos noticiários, é aquele que reproduz os discursos assistencialistas e paternalistas presentes no imaginário social, caracterizando-se, então, como um discurso que privilegia a freqüente lembrança da importância de ações de caridade, situando-se na esfera do favor e não no âmbito da cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa, cujo relatório ora se encerra, teve como um dos objetivos investigar a mídia impressa de Teresina para buscar a compreensão das representações construídas pelos jornais locais acerca da pobreza urbana. Para a consecução da tarefa, empreendeu-se, de início, uma discussão visando demonstrar que a pobreza urbana se insere como uma dimensão concreta da questão social para, em seguida, instaurar o debate acerca da capacidade de enfrentamento dos problemas do país e, de modo especial, em Teresina. Evidenciar as expressões da pobreza na Capital a partir dos anos de 1960, momento em que a cidade passou a experimentar um acelerado processo de urbanização e o aumento dos conflitos urbanos, serviu, nesse sentido, ao propósito de examinar aspectos da realidade que levaram à configuração de um quadro de análise capaz de demandar uma reflexão acerca dos problemas relacionados às formas de enfrentamento da problemática da pobreza na cidade. Além disso, possibilitou discutir a emergência de novos desafios que se impõem à sociedade, ao Estado e a atores que passam a ocupar um papel de destaque na sociedade contemporânea, como é o caso dos meios de comunicação.

Isso gerou a necessidade de uma discussão na qual se mostrasse que a pobreza urbana não deve se limitar ao olhar que a encerra numa só dimensão, exigindo, assim, a busca de entendimentos de seus aspectos simbólicos, não mensuráveis puramente pela utilização de dados estatísticos, índices oficiais e gráficos bem acabados, uma vez que a construção da pobreza urbana, ao contrário do que privilegiam muitas pesquisas sobre o tema, passa pela produção de discursos, sobretudo os produzidos pela mídia, como propõe esta pesquisa. É que as convenções e regras que formatam os gêneros discursivos trazem indícios reveladores dos processos de produção, circulação e consumo de sentidos propostos pelo enunciador.

Procedeu-se, então, à análise dos contratos de leitura propostos por três veículos de comunicação, tendo como ponto de partida o acúmulo teórico-metodológico apresentado pela Semiologia dos Discursos Sociais, uma vez que esse instrumento se instala como um importante apoio para o exame do modo como são construídos os vínculos entre os jornais e os leitores no sentido de estimulá-los quotidianamente para a leitura das reportagens. Isso tornou possível analisar as imagens que sobressaem do noticiário e são relacionadas aos pobres na cidade.

Partiu-se, para tanto, da observação de casos concretos retirados de textos publicados pelos suportes que constituem a base empírica deste estudo (jornais O Dia, Meio Norte e Diário do Povo) para, em seguida, proceder-se à análise dos discursos por eles construídos acerca da pobreza urbana na Capital para identificar-lhes as marcas simbólicas deixadas no percurso de elaboração e publicação de notícias e que, ao fim, ajudam a compor um profuso conjunto de imagens sobre os pobres urbanos.

Penetrou-se, assim, num ambiente marcado por histórias de temor, angústia e incerteza, mas que é caracterizado também, em determinados momentos, por relatos que exprimem, verbalmente ou não, a vontade de continuar a luta por condições melhores de vida. Desse modo, na tentativa de compreender as estratégias enunciativas propostas pelos suportes analisados, notou-se que são reveladas algumas imagens que extrapolam o simples discurso textual ordenado em colunas, ilustrados com fotografias e organizados em blocos de páginas, que formam os cadernos.

Dentre outras coisas, foi possível observar que os contratos de leitura dos jornais pesquisados estimulam uma percepção da pobreza que se liga, num primeiro olhar, à simples carência de bens materiais nas quais as pessoas inseridas nessas condições são obrigadas a conviver. Esta é, portanto, a principal maneira de identificação dos pobres da cidade, tendo em vista a recorrência e o destaque com que são relatadas as faltas e as queixas dessas pessoas no noticiário cotidiano da cidade.

Contudo, ainda que inúmeras reportagens sejam realizadas com o objetivo básico de expor as carências de bens materiais dos pobres, é a falta de moradia o problema que exige, sem dúvida, maior atenção dos suportes analisados, pois se trata de um assunto que figura continuamente nas edições, sempre com grande evidência. Seja para acentuar o déficit habitacional da cidade e, com isso, instigar os agentes públicos para a rápida e eficaz solução do problema, seja para denunciar as ações dos líderes e dos integrantes de grupos que se unem na luta por moradia popular (tidos, quase sempre, como promotores de desordem e de tumultos oportunistas), os jornais dispensam grande atenção e atribuem larga importância aos conflitos por terra e moradia em Teresina.

A pesquisa revelou também que os jornais costumam invocar soluções para os problemas relacionados à pobreza com o apelo à necessidade de ações solidárias dos leitores, chegando, em certas ocasiões, ao equívoco de avaliar a própria atuação governamental como caridade. Isso se percebe, por exemplo, nos diversos pedidos de doações de cestas básicas, aparelhos ortopédicos e roupas, no incentivo para a participação em campanhas de arrecadação de alimentos, dentre outros casos similares. Sob a ótica da imprensa teresinense,

um comportamento como esse é justificado pelo raciocínio de que, se os problemas chegaram à magnitude com que atualmente se apresentam, qualquer atitude, por mais insignificante e localizada que possa parecer, merece ser vista como algo louvável e dignificante para quem a realiza.

Uma outra observação importante diz respeito as quatro principais instâncias de fala verificadas nos jornais. A primeira delas seria a dos próprios jornais, uma vez que, ao cederem espaço para outras instâncias poderem se manifestar, vai-se construindo, nesse processo, a fala jornalística, o que significa dizer que editar não se restringe apenas à escolha da melhor palavra, fotografia, enquadramento, espaço editorial, rechaçando-se a errônea explicação que transforma o jornalismo num mero instrumento de enquadramento objetivo da realidade. No lugar disso, aceita-se que as representações do mundo são construídas a partir das práticas culturais, econômicas, políticas e, de modo especial, discursivas, uma vez que por meio delas ocorre, a todo instante, a articulação entre as representações simbólicas que daí emergem e o contexto e o imaginário sociais.

Outra fala presente nos jornais é a dos governos, manifestadas tanto por iniciativa dos próprios jornais no acompanhamento cotidiano das ações empreendidas por pessoas públicas, quanto pelo trabalho realizado pelas assessorias de imprensa, que produzem e enviam às redações *releases*, amplamente acatados. Na exposição da fala desse ator se verifica, num maior grau de intensidade, a construção da noção de pobreza como algo que, na ânsia por soluções de seus problemas, depende quase que inteiramente de atitudes relacionadas à solidariedade e à benevolência, assentadas, sobretudo, em sentimentos de compaixão e misericórdia. Fica, assim, evidenciada nessa postura, a inversão da lógica da cidadania, haja vista que uma visão paternalista dos discursos, tal como se verifica na imprensa teresinense, transfere até mesmo alguns benefícios sociais para a esfera do favor, contrariando a ótica que os concebe, primordialmente, como uma questão de direitos.

Há também a fala das associações de moradores, verificada mediante a expressão de seus dirigentes. Os momentos em que essa voz aparece deixa transparecer que, na maioria dos casos, representa ela a maior autoridade para falar em nome das pessoas representadas, destinando os jornais espaço para a manifestação de descontentamento sobre os problemas vividos numa determinada região e demonstrando, nessas ocasiões, a magnanimidade de exibir uma aura de condescendência e simpatia com as causas defendidas pelos dirigentes entrevistados.

O noticiário apresenta ainda a fala dos moradores de vilas e favelas, sempre procurando evidenciar que suas maiores necessidades de expressão visam atingir as instâncias

responsáveis pela solução de seus problemas, num tipo de exposição que acentua o estado de ansiedade e temor constantes na vida dessas pessoas. Por isso, quando é permitido às pessoas comuns se expressarem em entrevistas, geralmente se reproduzem relatos de episódios desesperados, nos quais se percebe que o foco dos discursos dos jornais tende, em primeiro lugar, a chamar a atenção para o estado de penúria em que se encontram os indivíduos mostrados.

Mas, ainda que os jornais se debrucem na cobertura da pobreza em Teresina, expondo de modo extenuante as carências e deficiências das vilas e favelas locais, tal comportamento, expresso na elaboração de reportagens que compõem esses relatos, apresenta-lhe algo mais, o que resulta na construção de variadas representações acerca dos pobres e faz com que sejam ressaltadas, ao mesmo tempo, algumas metáforas para esse drama social. Assim, em alguns momentos, a pobreza assume as características de uma doença disseminada pela cidade, assustando e ameaçando de contaminação caso não seja constantemente controlada e combatida, não sendo raras as caracterizações dos lugares retratados nas páginas dos jornais, tanto em textos quanto em fotografias, que auxiliam na exposição da pobreza como uma condição de vida em que se encontram indivíduos altamente atormentados com as ocorrências diárias que privam qualquer possibilidade de existência humana decente.

Além disso, a elevada coleção de discursos com exemplos de lugares desconexos, assimétricos, desarmônicos e não-retilíneos, como as próprias histórias de vida de cada morador desses locais, sempre repletas de incertezas e insegurança até mesmo com o futuro mais imediato, é indício de que, para a imprensa de Teresina, a pobreza assemelha-se a um mal, de difícil controle e que exerce ameaça à sociedade.

Outra metáfora aproxima os pobres a objetos, sobretudo em função de reportagens que explicitam o caráter vil dos políticos ao utilizarem pessoas absolutamente marcadas por situações de intensos conflitos de ordem emocional e que, ainda assim, são tratadas como meros instrumentos para oferecer sustentação à atividade política de determinados homens públicos.

Nota-se, no entanto, que os jornais analisados têm a preocupação de deixar transparecer uma certa postura cidadã, o que faz brotar a necessidade de estarem, repetidas vezes, buscando expressar um comportamento que demonstre engajamento com questões sociais. Ao exhibir esse tipo de discurso, os suportes conclamam a sociedade, como já mencionado, para que atue de modo solidário com as pessoas que mais precisam de ajuda e, no mesmo instante, portam-se como uma caixa de ressonância privilegiada, a fim de atingir o número de contribuições necessárias para se encontrar a solução do problema em tela,

auxiliando, assim, a reprodução dos discursos paternalistas e assistencialistas contidos no imaginário social.

Nesse caminho, revela-se uma outra metáfora, na qual os pobres são apresentados como malabaristas, porquanto pessoas que, apesar de todas as adversidades, encontram meios de sobreviver que contrariam a própria natureza humana. Expressões como “pobre se vira” e “jeitinho brasileiro”, muito comuns nos diferentes noticiários examinados, são empregadas quando se procura exaltar a capacidade de superação dos problemas pelos pobres.

Enfim, dada a capacidade que a mídia apresenta, na atualidade, de ser um elemento capaz de organizar, legitimar, publicizar e distribuir discursos, a tarefa de ordenação do mundo que lhe é conferida gera, como conseqüência, a formação de conceitos sobre a pobreza urbana capazes de perpetuar estigmas historicamente assentados no imaginário social. É que a pobreza exposta nos jornais resulta de construções discursivas que sobressaem na especificidade com que cada suporte apreende e supõe desvendá-la integralmente ao leitor, seguindo, cada um, modos próprios de trabalho, em conformidade com suas intenções ou conveniências. Nesse sentido, embora tenham a aparência de universalidade, essas representações exprimem os interesses de cada veículo que as edifica, permitindo a conclusão de que a tentativa de compreender os discursos sobre a pobreza urbana em Teresina exige o entendimento de que são eles construídos conforme a necessidade de articulação constante com a posição particular de quem os produz.

Não se admite, portanto, a explicação que prevê a existência de discursos neutros e descompromissados, já que todos se assentam em estratégias de enunciação que objetivam impor autoridade sobre os discursos opostos. É que, por serem construídos num ambiente marcado por inúmeras disputas de poder e embates de sentido, são inegavelmente movidos pela tendência de buscar, a todo momento, legitimar-se e suplantar os discursos contrários, a fim de somar adesões às suas práticas e modos de agir.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Tânia Bacelar e GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Poder local, governos municipais e políticas de indução do desenvolvimento econômico no Brasil**. In: SOARES, José Arlindo e CACCIA-BAVA, Silvio. (Orgs.) Os desafios da gestão municipal democrática. São Paulo: Cortez, 1998.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 31-88.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1990. 196p.

_____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 421p.

BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela. et al. (org). **Desigualdade e questão social**. São Paulo: EDUC, 1997, p. 7-14.

CASTEL, Robert. **As transformações da questão social**. In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela. et al. (org). Desigualdade e questão social. São Paulo: EDUC, 1997.

_____. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A questão social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião: o novo jogo político**. Tradução de Guilherme de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

CHARTIER, Roger. **A história cultural. Entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CIAVATTA, Maria e ALVES, Nilda. (Orgs.) **A leitura de imagens na pesquisa social**. São Paulo: Cortez, 2004.

DAGNINO, Evelina. **Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania.** In: Anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 103-115.

_____. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DUARTE, Maurício. **Cidadania obstruída: jornais cariocas e a construção discursiva da violência pelos jornais do Rio.** In: Discursos – estudos da linguagem como prática social. Rio de Janeiro: Núcleo de Pesquisa em Estratégias de Comunicação – ECO/UFRJ, 2005, p. 59-99.

ESCOREL, Sarah. **Exclusão social no Brasil contemporâneo: um fenômeno sócio-cultural totalitário?** XIX Encontro anual da ANPOCS, Caxambú – MG, outubro de 1995, (MIMEO).

FAÇANHA, Antonio Cardoso. **A evolução urbana em Teresina: agentes, processos e formas espaciais da cidade.** Recife, 1998, 233p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Pernambuco.

_____. **Desmistificando a geografia: espaço, tempo e imagens.** Teresina: EDUFPI, 2004, p. 173-209.

FAUSTO NETO, Antônio. **Mortes em Derrapagem - os Casos Corona e Cazuzo no discurso da comunicação de massa.** Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991. 204p.

_____. **O Impeachment da televisão - como se cassa um presidente.** Rio de Janeiro: Diadorim, 1995. 75p.

_____. **Comunicação e mídia impressa: estudo sobre a AIDS.** São Paulo: Hacker Editores, 1999.

_____. **AIDS e recepção: a contaminação da AIDS pelos discursos sociais.** In: Revista FAMECOS. Porto Alegre: 2000, nº 13. p. 94-102.

_____. **O jornalismo e os limites da representação.** In: ECOS Revista. Pelotas: EDUCAT, 2004, vol.9, nº2, p. 23-40.

FEATHERSTONE, Mike. **Localismo, globalismo e identidade cultural**. In: Sociedade e Estado, vol.XI, nº 1, jan.-jun., 1996. Revista semestral de Sociologia da UnB.

FERREIRA, Maria D'Alva M. **Participação e controle social nos anos 80: novas descobertas ou novas utopias?** In: Serviço Social e Contemporaneidade: Vol. 1, Nº 1, Teresina: EDUFPI, 2001.

FIORI, José Luís. **O vôo da coruja: uma leitura (não liberal) da crise do estado desenvolvimentista**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1995.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Ática, 1974.

GUARESCHI, Pedrinho. (org.) **Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética**. Petrópolis: Vozes, 2000.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria de sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, p. 09-121.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações Sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LANDOWSKI, Eric. **Uma semiótica do cotidiano** (Le Monde, Libération) In: A sociedade refletida. São Paulo: Pontes, 1994.

LIMA, Antônia Jesuíta de. **Favela COHEBE: uma história de luta por habitação popular**. Teresina: EDUFPI, 1996.

_____. **As multifaces da pobreza: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos**. Teresina: Halley, 2003.

LOPES, Paulo Fernando de Carvalho. **Corpos em(cena): a construção do discurso midiático sobre a noção de saúde a quatro anos do século XXI**. Dissertação de Mestrado. UFRJ: 1998, mimeo.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Mídia e poder simbólico: um ensaio sobre comunicação e campo religioso**. São Paulo: Paulus, 2003.

MARTINS, Eduardo (Org.). **Manual de redação e estilo**. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 1990.

MENDES, José Maria Ribeiro. **Mudança vigiada no discurso da imprensa**. In: Revista de Comunicação e Linguagens. Lisboa: Edições Afrontamento, 1985, nº1.

OLIVEIRA, Ana Claudia de. **Jornal e hábito de leitura na construção da identidade**. GT Produção de Sentido nas Mídias, Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação – COMPÓS, 2004. Mimeo.

OLIVEIRA, Francisco de. **O Estado e o urbano no Brasil**. In: Revista de estudos regionais e urbanos. São Paulo: Cortez: nº 6, 1982, p. 36-54.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 1993.

PINTO, Milton José. **Semiologia e imagem**. In: A encenação do sentido. Rio de Janeiro: Diadorim/COMPÓS, 1995.

_____. **Comunicação e Discurso**. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

PIRES, Mara Fernanda Chiari. **A arte como forma simbólica**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: Dissertação de Mestrado, 2001, mimeo.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Trad. Fanny Wrobel. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 137-213.

RAICHELIS, Raquel e WANDERLEY, Luiz Eduardo. **Desafios de uma gestão pública democrática na integração regional**. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, julho de 2004, p. 05-32.

SALES, Teresa. **Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: nº 25, ano 9, junho de 1994, p. 26-51.

SANTANA, Mercejane Wanderley. **Programa moradia digna e segura em Teresina**. In: 20 experiências de gestão pública e cidadania. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2001.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça: A política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SANTOS, Boaventura de S. **Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

SOARES, José Arlindo e CACCIA-BAVA, Silvio. (Orgs.) **Os desafios da gestão municipal democrática**. São Paulo: Cortez, 1998.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1993, p. 93-188.

TELLES, Vera da Silva. **A pobreza como condição de vida: família, trabalho e direitos entre as classes trabalhadoras urbanas**. In: São Paulo em Perspectiva: vol. 4, nº 2, abril/junho 1990, p. 37-45.

_____. **Sociedade civil e a construção de espaços públicos**. In: Anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 91-102.

_____. **Questão Social: Afinal, do que se trata?** In: São Paulo em Perspectiva. São Paulo: vol 10, nº 4, 1996, p. 85-95.

THOMPSON, John B. **The media and modernity: a social theory of media**. In: CORREIA, João Carlos. O poder do jornalismo e a mediação do espaço público. Lisboa: UBI, 1995.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001, 220p.

VALLADARES, Lícia. **Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil**. In: BOSCHI, Renato. (org.) Corporativismo e Desigualdade: a construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991, p. 81-111.

VERÓN, Eliseo. **Quando ler é fazer: a enunciação no discurso da imprensa escrita**. Cópia xerográfica de tradução a partir do original do autor. Sem data.

VIEIRA, Liszt. **Sociedade civil e espaço global**. In: São Paulo em Perspectiva. São Paulo: vol 10, nº 4, 1996, p. 107-119.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ZALUAR, Alba. **As teorias sociais e os pobres: os pobres como objeto**. In: A máquina e a revolta. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 33-63.

Documentos:

FUNDAÇÃO CEPRO. **Teresina em números**. Teresina: 2004, 50p.

FUNDAÇÃO IBGE. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: 1970.

_____. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: 2000.

_____. Coordenação de Emprego e Rendimento. **Economia informal urbana 2003**. Rio de Janeiro: 2005, 165 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA. Secretaria de Trabalho e Assuntos Comunitários. **Censo das Vilas e Favelas de Teresina**. Teresina: 1993.

_____. Secretaria de Trabalho e Assuntos Comunitários. **III Censo das Vilas e Favelas de Teresina**. Teresina: 1999.

Periódicos:

DIÁRIO DO POVO. Teresina: 2004.

MEIO NORTE. Teresina: 2004.

O DIA. Teresina: 2004.

S192c

Sampaio, Hugo Assunção

As construções simbólicas acerca da
pobreza urbana na mídia impressa de Teresina/
Hugo Assunção Sampaio. - Teresina, 2006.

123p. il.

Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) –
Universidade Federal do Piauí, 2006.

Orientadora: Prof^a Dr^a Antonia Jesuíta de Lima.

1. Pobreza urbana – Teresina. 2. Mídia
impressa. 3. Análise do discurso. I. Lima,
Antonia Jesuíta de. II. Título.

CDD 305.5690981221

302.232

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)